



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 20

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 22 de Abril de 2009

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Apresentada a correspondência, no Período de Informar Parlamentar, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Foram apresentados dois **votos de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Martins Ribeiro.**

A apresentação do primeiro voto coube ao Sr. Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do PCP.

O segundo, foi apresentado pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Submetidos à votação, separadamente, os votos em apreço foram aprovados por unanimidade.

Seguiram-se três declarações políticas.

A primeira, foi apresentada pelo Sr. Deputado Helder Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre a mesma usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

A segunda, foi apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do PCP, usando de seguida da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

A terceira, foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usando novamente da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Bárbara Chaves (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente (*Álamo Meneses*) e da Presidência (*André Bradford*).

O Período da Agenda Reunião iniciou-se com a apresentação, debate e votação do **Projecto de Resolução – “condenando a utilização do espaço aéreo e território da Região Autónoma dos Açores para o transporte de prisioneiros detidos à margem do direito internacional e recomendando ao Governo que, no âmbito da Comissão Bilateral Permanente prevista no Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América expresse esta condenação e desenvolva os esforços necessários no sentido de cessarem de imediato tais transportes”**, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), José Cascalho (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o projecto foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e José San-Bento (*PS*).

2 - Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas cautelares de protecção e a realização dos estudos e avaliações

necessárias para “a classificação do "Castelinho de Santa Clara" como imóvel de interesse público e proceda à sua recuperação”, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputado Pedro Medina (*CDS/PP*), Piedade Lalanda (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

3 - Projecto de Resolução – “Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Cascalho, a quem coube a apresentação do diploma, José Rego (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Submetido à votação o Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

4 - Projecto de Resolução – “Alimentação Humana – promoção e consumo dos produtos regionais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A apresentação do Projecto coube ao Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), seguindo-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS/PP*), Duarte Moreira (*PS*), José Cascalho (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional do Economia (*Vasco Cordeiro*).

Novamente por maioria, o Projecto de Resolução foi rejeitado.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para podermos proceder à chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira **Jorge**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Secretário (*José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deu entrada o Projecto de Resolução – Implementação do “Passe Social” na Região Autónoma dos Açores.

Baixou às Comissões de Assuntos Sociais e de Economia.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa ser ouvido como testemunha nos autos do processo comum nº 1043/05.3TAPDL, a correr termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Secretário (*José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado António Augusto Baptista Soares Marinho ser ouvido como testemunha nos autos do Processo Ordinário nº 29/1999, a correr termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Presidente: Vamos entrar agora no Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Chegaram à mesa dois votos de pesar, um subscrito pelo Partido Comunista Português e outro subscrito pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentação do respectivo voto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 3 de Abril de 2009, em Angra do Heroísmo, Emílio Martins Ribeiro, funcionário público reformado e personalidade de grande projecção na sua ilha e no conjunto da Região. Emílio Ribeiro dedicou a sua vida a todas as formas de associativismo, tendo estado ligado a inúmeras associações de natureza cultural, às quais imprimiu sempre grande dinamismo. Defendendo que os problemas só se resolvem com a participação dos interessados, ou que as causas justas só ganham força se forem amplamente apoiadas, Emílio Ribeiro dedicou toda a sua vida, muitas vezes com sacrifício próprio e da família, à vida de muitas associações e à acção de diversos movimentos sociais, desenvolvendo uma acção associativa verdadeiramente notável.

A presença, liderança e acção desenvolvidas, por muitos anos, no âmbito do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, do qual foi fundador nos Açores e a sua participação na Direcção Nacional desse Sindicato e na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, projectaram Emílio Ribeiro para a galeria daqueles dirigentes sociais e políticos que existiram para tudo darem sem procurarem receber seja o que for.

Democrata convicto, orientou a sua intervenção política procurando contribuir para a introdução de equilíbrios em situações que, em certos momentos eram profundamente desequilibradas.

Cidadão desassombrado e após o 25 de Abril conhecedor dos seus direitos, Emílio Ribeiro deixou na imprensa regional um importante acervo de opinião escrita sobre as realidades sociais, culturais e políticas da nossa Região.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP Açores propõe o seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em 21 de Abril de 2009, aprova um muito sentido Voto de Pesar pelo desaparecimento do Sr. Emílio Martins Ribeiro, funcionário público aposentado, dirigente sindical ao mais alto nível nacional e regional, dinamizador e dirigente associativo de grande qualidade, interventor político e formador de opinião, a quem a Terceira e os Açores muito ficam a dever. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta também as mais sentidas condolências à sua família.

Sala das Sessões, 21 de Abril de 2009

O Deputado Regional do PCP: Aníbal Pires

Presidente: Devo informar que o voto de pesar do Partido Socialista é também sobre a mesma personalidade, mas de qualquer modo estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de pesar que acabou ser apresentado, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso para apresentar o voto do mesmo teor.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Emílio Martins Ribeiro nasce a 10 de Dezembro de 1929 na ilha do Pico. Em 1942 ingressa no Liceu Manuel de Arriaga, na ilha do Faial, onde vive durante dois anos. Em 1944 vai para Loulé, ingressando na MUD/Juvenil, onde exerce funções directivas como tesoureiro. Três anos depois inicia estudos na Sociedade Juvenil dos Autodidactas Portugueses, até que em 1949 vê-se forçado a fugir de Loulé para Lisboa, perseguido pela PIDE. Regressa então aos Açores, onde trabalha activamente na política, filiando-se em 1972 na Acção Socialista.

No seu longo percurso de intervenção e solidariedade desempenhou diversos cargos de presidência e de direcção, a título de exemplo foi Presidente da Direcção da Fanfarras Operária, Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, Presidente da Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, cumprindo assim aquele que era um traço marcante da sua personalidade: a atenção aos outros, natural num homem que era genuinamente gregário e solidário, humanista e determinado na luta pela justiça social.

No campo desportivo fez também sentir a sua acção de intervenção permanente, sendo Secretário-Geral da Direcção do Sport Clube Lusitânia, e mais tarde Presidente

da Direcção do Sport Clube Lusitânia e Secretário-Geral da Associação de Futebol. No âmbito social desempenhou funções de Secretário da Comissão Diocesana da Caritas. Foi ainda vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, sócio fundador da Associação de Intervenção Democrática, Presidente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e membro da Direcção Nacional deste sindicato.

Foi membro fundador do Cine Clube, da Fanfarra Operária e da UCCRA - União das Colectividades de Cultura e Recreio dos Açores, sendo também seu Secretário-Geral. Foi sócio fundador e colaborador do Jornal «O Directo», foi sócio fundador da «Sextante» - Cooperativa Cultural, foi colaborador frequente da imprensa da ilha, foi fundador e colaborador do Jornal de Associativismo Cultural "O Búzio", foi fundador do primeiro centro de convívio para a terceira idade na Fanfarra Operária.

Foi ainda colaborador do Rádio Clube de Angra, presidente do Secretariado Diocesano dos Cursos de Cristandade, membro do Conselho Diocesano de Pastoral. Finalmente, foi coordenador da União de Sindicatos de Angra onde exerceu meritório e vasto trabalho e foi fundador e destacado dirigente do Partido Socialista na ilha Terceira.

Hoje que a sua presença já não se conta entre nós este Parlamento deve expressar a manifestação do mais profundo pesar pelo seu falecimento no passado dia 3 e exaltar o seu exemplo como homem inteiro, permanentemente alertado para os outros e pela presença de outros, com um forte sentido gregário, de comunidade, profundamente solidário e comprometido como só alguns podem ser. E só muito poucos sabem efectivamente ser. Das acções de homens como Emílio Ribeiro todos beneficiamos, mas das suas raras qualidades nem todos nos podemos gabar.

Pelo atrás exposto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na sua reunião ordinária de 22 de Abril de 2009, e ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Emílio Ribeiro e apresenta aos familiares e amigos a mais sentida expressão de profundas condolências.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 2009.

Os Deputados Regionais do PS: Helder Silva, Cláudia Cardoso, José Gaspar Lima, António Toste e Domingos Cunha.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se aos dois votos aqui apresentados. Só agora fazemos esta intervenção para dar oportunidade dos subscritores dos dois votos, que tinham o mesmo objecto, de o fazerem em primeiro lugar.

Associamo-nos aos dois votos de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Ribeiro, por aquilo que a sua vida representou em termos da sua actividade cívica em geral, designadamente a nível cultural, do sindicalismo, na política partidária e também na comunicação social. Enfim, pela sua intervenção social em geral.

Foi um homem de convicções, causas e lutas, num tempo em que cada vez mais se sente a falta desta condição humana.

Tive o prazer de conviver com o Sr. Emílio Ribeiro, apesar de estar no outro lado do debate político, e de constatar o respeito com que se relacionava, mesmo com aqueles que tinham opiniões contrárias à sua.

Por isso o PSD associa-se com pesar pelo seu falecimento, deixando aqui registado o seu apreço e consideração pelo percurso de vida de Emílio Ribeiro.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos à votação deste voto de pesar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte deste Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Temos inscritos para declarações políticas 3 partidos.

Começaria por dar a palavra, ao Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a poucos dias de comemorar uma das datas mais marcantes da História recente de Portugal. Um dia que permitiu ao país, pela mão dos “militares de Abril”,

a quem prestamos a mais viva homenagem, viver em Democracia, deixando para trás 48 anos de obscurantismo de um regime que servia poucos à custa de muitos.

Nunca é demais recordar todos aqueles que permitiram que Portugal deixasse a escuridão em que se encontrava e que, com a coragem de quem não hesitou em colocar o interesse colectivo acima do das partes, tiveram a audácia de dar aos portugueses a Liberdade tantas vezes sonhada, mas constantemente adiada.

A “Revolução dos Cravos” permitiu, também, que os Açores materializassem as suas aspirações autonómicas, através de um sistema de auto-governo que já provou muitas das suas potencialidades e virtudes, que trouxe ao nosso Arquipélago um nível de desenvolvimento económico e social sem precedentes.

Com a autonomia financeira, política e administrativa que o 25 de Abril de 1974 proporcionou aos Açores foi possível concretizar os sonhos de várias gerações que se debateram com obstáculos em Lisboa, uma metrópole que teimava em desvalorizar a mais-valia que os Açores representavam para Portugal, mesmo quando outros países olhavam com cobiça geoestratégica para estas nove ilhas a meio caminho entre a Europa e a América.

Hoje, mais de três décadas depois da “Revolução dos Cravos”, temos os instrumentos necessários para cumprir a Autonomia – um novo Estatuto Político-Administrativo e uma Lei de Finanças Regionais – mas temos, também, um longo caminho a percorrer para fazer ver a alguns representantes da classe política nacional as vantagens do país poder contar – como sempre contou – com os Açores.

Os Açores devem ser vistos não como um incómodo geográfico, com custos acrescidos para Portugal, ou apenas como um paradisíaco destino de férias, para passarem a serem encarados como a vertente essencial e insubstituível da posição Atlântica do nosso país, uma das principais vantagens comparativas que Portugal pode apresentar na Europa, tanto ao nível geoestratégico, como ao nível económico, em que releva a extensão e importância da sua Zona Económica Exclusiva.

Apesar das nossas divergências ideológicas, devemos todos, da Esquerda à Direita, unirmo-nos no objectivo de afirmar a Autonomia Regional em Portugal como um verdadeiro e genuíno desígnio nacional. Assim estaremos, também, a cumprir Abril. Devemos todos, independentemente do passado autonomista que cada um tem no seu

currículo político, contribuir para um Pacto Autonómico entre os órgãos de governo próprio e os principais actores políticos e institucionais do Estado português.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Grande parte da população portuguesa já nasceu, felizmente, em Democracia. Um bom sinal que demonstra a estabilidade política e social que se vive em Portugal, mas que coloca a cada cidadão um desafio de cidadania, ao qual importa responder rapidamente e sem rodeios.

Como se justifica a falta de interesse dos portugueses, principalmente da geração posterior à minha, em participar nos actos eleitorais a que é chamada?

Quais as razões para que o supremo direito de escolher os seus representantes seja, cada vez mais, um acto fútil, um incómodo num Domingo qualquer ou um acto mais de descrença ou de protesto do que de optimismo na evolução do bem colectivo? Como se justifica que a abstenção, nas eleições que nos elegeram em Outubro, tenham atingido o valor mais alto de sempre em eleições legislativas regionais, 53,24 por cento?

As repostas não são fáceis e, seguramente, não podem absolver os políticos. São questões que nos devem interrogar sempre, sob pena de deixarmos, gradualmente, de compreender as pessoas que nos elegem e de responder aos seus anseios e aspirações. Os políticos não se devem conformar com esta realidade. As taxas de abstenção não podem ser vistas como uma fatalidade, muito menos como uma desculpa para fracos resultados eleitorais, e o desconhecimento e desinteresse dos cidadãos pela política não podem ser considerados uma inevitabilidade.

Preocupações que assumem, num ano em que os portugueses vão ser chamados às urnas por três vezes, uma particular acuidade. Os alertas são evidentes. Apenas um terço dos europeus admite votar nas eleições europeias de Junho, indicam os dados recentes do Eurobarómetro.

Citando Victor Hugo; “Tudo quanto aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade”. A classe política tem, obrigatoriamente, de reflectir sobre este pensamento. Tem de ser, por isso, consequente na sua missão de envolver as pessoas na política, para que nunca se deixe de cumprir “Abril”.

A actual classe política deve recusar ficar com o ónus de ser responsável pelo esmorecimento de um sentimento de esperança que, há poucas décadas, encheu Portugal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo,

É sempre importante invocar Abril e lembrar o país que fomos, isolado do mundo, vivendo em guerra para segurar um pretenso império, onde as pessoas não tinham acesso aos bens mais essenciais, como educação, habitação condigna, saúde, trabalho digno, uma pensão de reforma justa.

Este país, hoje longínquo na memória, foi o país onde eu cresci e não quero nunca mais. Mas sei que, para tal suceder, é importante recordar, quebrar os ciclos da memória e ausência de memória de um povo.

Depois de um longo período de ditadura que arrastou muitos portugueses para a Europa via emigração, foi a democracia quem nos conduziu para o espaço europeu, através do qual demos um enorme salto no nosso desenvolvimento, aos níveis social, económico, científico e educacional.

Foi no espaço da União Europeia que amadurecemos a nossa democracia e é neste mesmo espaço que podemos trabalhar para reforçar a democracia no mundo.

É verdade que, na era contemporânea e no espaço europeu, a nossa democracia é jovem e, também por isso, estamos aqui a relembrar uma data marcante que deu um novo impulso de desenvolvimento a um país estagnado e desmoralizado.

A evolução do nível de vida foi clara a todos os níveis, como no caso das emigrações, em que Portugal deixou de ver partir 80 mil pessoas por ano antes do 25 de Abril, para as cerca de 20 mil que ainda procuram outros países.

Passamos mesmo a ser um país e uma região de imigrantes.

Ao nível da Educação, a taxa de analfabetismo baixou de forma acentuada de 25,7 por cento, na década de 70, para menos de 9 por cento já no início deste século, registando-se, ainda, que as mulheres passaram a constituir 56 por cento dos alunos do Ensino Superior, em 2001.

Quanto à esperança média de vida, desde 1974 aumentou 9,2 anos para as mulheres e em 8,9 anos para os homens. Outro dado importante: Por cada mil crianças nascidas

em Portugal, no início da década de 70, 55 não completavam um ano de vida. Actualmente, por cada mil nascimentos apenas cinco não sobrevivem aos primeiros doze meses de vida.

Desde o 25 de Abril de 1974, o país já assistiu a mais de três dezenas de actos eleitorais, entre eleições para as Assembleias da República e Regionais, eleições presidenciais, europeias, autárquicas e referendos nacionais. Mais uma prova que a democracia está bem assimilada entre os portugueses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Desde as lutas liberais na primeira metade do século XIX que o país vive divisões e conflitos internos. Ainda assim foi um período de progresso, sobretudo na segunda parte do século XIX. Contudo a tensão foi enorme durante as últimas décadas da monarquia e viria ainda a acentuar-se após a implantação da República.

É neste cenário de instabilidade e marasmo que, na sequência dum golpe militar a 28 de Maio de 1926, se inicia o designado “Estado Novo”, de inspiração fascista, como de resto, à época, em alguns outros países europeus. António Oliveira Salazar cria, assim, um regime fortemente centralizado pelo governo/estado e ditatorial.

Em contrapartida, Salazar consegue impor finalmente uma certa acalmia e ordem social no país, muito à custa da designada PIDE, mais tarde DGS, já com Marcello Caetano como presidente do conselho de ministros (1968).

Após a II Guerra Mundial, o mundo transformava-se, enquanto Portugal se mantinha estático e inabalável como se o tempo tivesse parado.

As potências coloniais começavam a desfazer os seus impérios, enquanto Portugal mantinha o seu através da intervenção militar, que teve início em 1961 na Guiné-Bissau e depressa se estendeu a Angola e Moçambique. Já nesse ano de 1961, Portugal tinha perdido as praças de Goa, Damão e Diu para a União Indiana.

A guerra aumentava e o inimigo, cada vez mais bem apetrechado belicamente, sobretudo com armas soviéticas, mas também americanas, actuava em guerrilha no mato.

Os anos sucediam-se e a guerra sem fim à vista cansava o sector militar que já mostrava algum cansaço. O descontentamento, entretanto, grassava na sociedade

civil, também crescentemente descontente por ver os seus filhos partirem para uma guerra longínqua e prolongada.

A fadiga e o descontentamento militar levaram os militares a fazerem reuniões secretas que começaram em Agosto e Setembro de 1973 e que se prolongaram pelo início de 1974.

Nasce a ideia do golpe de 16 de Abril de 1974 que só viria a concretizar-se, com sucesso, a «25 de Abril».

Naquela longa noite, o primeiro sinal seria dado pelo então posto “Emissores Associados de Lisboa” às 22:55. João Paulo Dinis dá então voz e escolhe a canção [«E Depois do Adeus»](#), de Paulo de Carvalho. A segunda senha é dada na “Rádio Renascença”, pelas 0:20, e viria a ser um ícone do 25 de Abril ([«Grândola Vila Morena»](#)).

Através do Rádio Clube Português, o MFA apresenta-se ao país pela primeira vez às 4:26. A voz é do jornalista Joaquim Furtado: «Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas...».

Às 5 horas, o Major Silva Pais, director-geral da PIDE/DGS, dá conhecimento a Marcello Caetano dos acontecimentos que este ainda desconhecia, dando instruções para se refugiar o mais depressa possível no Comando-Geral da GNR, no Largo do Carmo.

Às 15:25 as metralhadoras duma viatura chaimite disparam contra a frontaria do quartel. Às 18 horas, chega Spínola. Caetano submete-se e entrega a Spínola o poder e pede protecção.

Às 19:50 é emitido o comunicado: «O Posto de Comando do MFA informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcello Caetano apresentado a sua rendição incondicional a sua Excelência o General António de Spínola».

Logo após as 20 horas, é lida no RCP a «Proclamação do Movimento das Forças Armadas». E à 1:30 já do dia 26/4/74 aparecem na televisão as novas caras do poder: A Junta de Salvação Nacional, como presidente, António de Spínola, em que lê uma proclamação ao país:

“...Um novo regime... A democracia, a paz.

Foram dias foram anos a esperar por um só dia.

Alegrias. Desenganos.

Foi o tempo que dói com seus riscos e seus danos.

Foi a noite e foi o dia na esperança de um só dia.”

Manuel Alegre

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Helder Silva:

Felicito-o pela sua declaração política. Foi feita de forma equilibrada.

Fez aqui um pouco a história do que foi o 25 de Abril.

V. Exa. colocou a tónica em diversos pontos que me parecem muito importantes.

Desde logo, e se me permite, começo pela nossa Autonomia, maior conquista da Revolução do 25 de Abril e batalha autonómica onde ainda temos muito para caminhar e todos devemos fazer esse esforço no combate ainda a algum centralismo que existe no Terreiro do Paço.

Fez V. Exa. também, e eu concordo plenamente, um apelo à classe política para exercer o seu papel com ética e dignidade e dar um exemplo aos mais novos, sobretudo aos pós-25 de Abril, àqueles que já nasceram em democracia, que conheceram este regime democrático e não conheceram as agruras da ditadura.

V. Exa. toca numa palavra: cobiça!

Realmente foi preciso que alguns democratas, que eu felicito, tivessem tido a coragem de evitar que de uma ditadura tivéssemos caído noutra ditadura de extrema-esquerda. Era essa a intenção de alguns pretensos democratas que não fizeram a revolução pela liberdade, mas pela cobiça de virem a instalar um regime totalitário em Portugal.

Felizmente houve democratas que impediram esse desiderato.

Queria ainda sublinhar um outro aspecto da sua intervenção, que muitas vezes é esquecido e V. Exa., e bem, enfatizou ali. É que a Guerra Colonial (é preciso lembrar, porque isto às vezes é esquecido) teve o apoio da União Soviética e da ex-União Soviética. Portanto, contribuiu muito para o estímulo da Guerra Colonial e para a morte de soldados portugueses.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a próxima declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portugal confronta-se hoje com os mais graves problemas da sua história dos últimos 35 anos.

O crescente aprofundamento das desigualdades e desequilíbrios sociais, o aumento inegável da pobreza e da exclusão põem hoje em causa o cerne do conteúdo do Regime Democrático nascido do 25 de Abril.

A verdade é que os caminhos que têm vindo a ser trilhados nas últimas décadas não conseguiram construir um país com maior justiça social, desenvolvimento, modernidade e bem-estar para todos.

Pelo contrário, temos hoje um Portugal mais injusto, com gritantes disparidades na distribuição dos rendimentos, que criam classes de cidadãos, acentuando o fosso entre os portugueses que beneficiam dos frutos do bem-estar e os que se vêem reduzidos à penosa luta diária pela sobrevivência.

Pelo contrário, temos hoje um Portugal mais dependente, onde o desígnio patriótico da soberania nacional é ameaçado pela destruição do aparelho produtivo e pela entrada desregulada de capitais estrangeiros em sectores estratégicos da nossa economia.

Pelo contrário, temos hoje um Portugal onde cada vez menos se reconhece a dignidade de quem trabalha. As profundas e graves limitações impostas aos direitos dos trabalhadores convertem o trabalho de actividade profícua e realizadora do

indivíduo, em regime de exploração bárbara, sem horários, sem direitos, sem estabilidade.

Temos, por fim, um Portugal que não garante os direitos sociais básicos, à saúde, à habitação, à educação e ao emprego aos seus cidadãos que uma vez mais, como nos tempos que julgávamos passados, se vêm forçados a emigrar em busca de uma vida melhor.

A verdade é que muitas das expectativas criadas em relação ao Regime Democrático nascido do 25 de Abril foram lamentavelmente goradas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta não é uma situação que nos tenha caído em cima, subitamente, qual fatalidade divina!

Estes são problemas que não nasceram ontem, nem se iniciaram em Setembro de 2008!

Não foi em 2008 que os portugueses começaram a perder poder de compra, a endividar-se e a reduzir o consumo interno. Não é de agora que a par do aumento do custo de vida, nomeadamente dos bens essenciais, tem sido acompanhado pela perda contínua de poder de compra dos salários. Desde há muito que as falências das empresas se sucediam e cresciam os números do desemprego, empurrando cada vez mais portugueses para a pobreza e exclusão.

Os défices e problemas estruturais da nossa economia têm uma história, e ela não começou com a crise do “*sub-prime*”, senhores Deputados!

Se a palavra “crise” ganhou maior visibilidade desde que começaram a falir grandes instituições financeiras, a verdade é que, de há muito, que os portugueses a sentiam na pele e, de há muito, o PCP e outras forças sociais a denunciavam e combatiam.

A crise já cá estava, devastadora, imparável, ainda que negada com veemência pelos Governos do PS e PSD e pelas respectivas legiões de comentadores de serviço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi a execução de uma política irresponsável, tanto a nível interno como externo, que nos conduziu até aqui.

Como disse, não foi uma fatalidade, nem um azar do destino que nos colocaram nesta situação.

Esta crise tem responsáveis! Esta crise, tem rostos, nomes e filiações partidárias!

Foram as opções políticas tomadas pelos partidos que nos governaram nas últimas décadas, PS e PSD, com e sem CDS-PP, que, de forma consciente e intencional, destruíram a nossa capacidade industrial, especialmente em termos de indústria pesada e actividades conexas, que esvaziaram a nossa agricultura e pescas, desvalorizando o seu peso social e económico.

Foram estes os autores das privatizações de grandes empresas estratégicas que asseguravam emprego, desenvolvimento e criação de riqueza para o país.

Foi esta política – objectivamente de direita, independentemente de quem conjunturalmente a aplica – que favoreceu o ressurgimento e concentração dos grandes grupos económicos, com prejuízo para as pequenas e médias empresas, que são o verdadeiro e real tecido económico do país.

Foi esta política que avançou na desregulação das relações laborais, que sempre defendeu a contenção salarial e a consequente perda de poder de compra das famílias, aumento do endividamento e retracção do consumo.

Foram estes os entusiastas do mercado financeiro desregulado, especulativo, que desviou o investimento da economia real e levou ao crescimento desmesurado de um sector bancário improdutivo, que se limita a parasitar os orçamentos das famílias endividadas.

Foram estes os defensores do desmantelamento, subversão e privatização dos serviços públicos essenciais, que generalizaram o conceito de utilizador-pagador, agravando as dificuldades sentidas pelos portugueses.

Foram estes partidos, não outros, que nos governaram.

Foi esta política, não outra, que arruinou as justas expectativas de desenvolvimento, prosperidade e bem-estar que nortearam a Revolução de Abril e que são fundamento do nosso sistema democrático!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão de Regime.

E, para provar o que digo, quero ler-vos a seguinte frase:

“A pobreza representa uma privação do direito básico de cada indivíduo participar plenamente na vida social, económica, cultural e política da comunidade em que se insere.”

Ao contrário do que possam pensar, não citei o Programa do PCP, mas sim um dos estudos anexos ao Relatório da Primavera do Banco de Portugal!

Esta é a questão de fundo, Srs. Deputados.

A situação social do país exclui cada vez mais portugueses do pleno usufruto dos seus direitos de cidadania.

A verdade é que os desempregados, os despedidos, os mal-pagos, os precários, os pensionistas, os reformados, os desprotegidos, estão desprovidos do exercício dos seus direitos de cidadania, não são cidadãos!

E, neste campo, o crescimento do abstencionismo eleitoral é um sinal que nos deveria fazer reflectir profundamente.

Aproximamo-nos da situação paradoxal e perigosa e de termos não uma democracia para todos, mas sim uma democracia apenas para os que têm emprego, para os que têm rendimento, para os que têm educação, para os que têm saúde, para os que têm as condições necessárias para serem, de corpo inteiro, cidadãos.

E isto porque os componentes jurídicos, políticos, culturais, sociais e económicos do Regime Democrático são inseparáveis, interdependentes e interligados. Não há democracia política sem democracia cultural e sem democracia económica.

E esse, Srs. Deputados, é o desafio de Regime que temos pela frente.

Ou somos capazes de alterar significativamente a distribuição dos benefícios do progresso económico, ou teremos de assumir que as instituições e este modelo de desenvolvimento falharam redondamente.

Ou somos capazes de integrar todos os portugueses no acesso aos bens e direitos essenciais ou teremos de assumir que o Estado é incapaz de cumprir o contrato social que nos une.

Ou construímos uma sociedade mais equilibrada e solidária ou enfrentaremos o abismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trinta e cinco anos volvidos sobre a Revolução do 25 de Abril é tempo de abordarmos, de forma decidida e enérgica estes problemas.

Saibamos colher dos ideais de Abril o rumo e orientação para as mudanças decisivas que se impõem.

Saibamos dar ao nosso povo o que o nosso povo de há muito anseia e merece:

Justiça, Srs. Deputados!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava a aguardar a minha intervenção sobre as celebrações do 25 de Abril de forma a poder fazê-la depois de todos os partidos, de todas as forças partidárias e representações parlamentares, que já anunciaram o desejo de se manifestarem sobre esse assunto, terem feito a sua intervenção.

O Sr. Deputado Aníbal Pires acabou de fazer com que isso não fosse possível, por isso julgo que me incumbe intervir neste momento, por duas razões: primeira, naturalmente para me associar e associar o Governo Regional, enquanto órgão executivo da autonomia, que é uma feliz decorrência do 25 de Abril, às celebrações de Abril, neste caso do 35º aniversário e faço-o com muito gosto.

Não o faço necessariamente, e o Governo Regional não o faz, nos exactos termos em que o Sr. Deputado Aníbal Pires se referiu ao legado de Abril.

Fazemo-lo antes em homenagem à Autonomia enquanto emanção da vontade e da vitória democrática de Abril e fazemo-lo em virtude da consagração da Autonomia como manifestação da moderação democrática, que acabou por ser vencedora na sequência do período conturbado que se seguiu ao 25 de Abril. É bom que fique dito dessa forma, porque é esse o nosso posicionamento.

O Governo Regional não podia deixar de manifestar nesta ocasião a sua congratulação pela passagem deste aniversário e também pelo facto do sistema que daí derivou nos permitir estar nesta casa a debater, a decidir, a analisar o futuro da nossa terra e das nossas gentes, com responsabilidade e sentido civil.

Dito isto, gostava agora de referir-me directamente à análise feita na intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Do nosso ponto de vista, o Sr. Deputado prestou um mau serviço à memória de Abril, naquilo que disse aqui.

O país e a Região que temos hoje, são, incomparavelmente, mais desenvolvidos. O país é mais desenvolvido. As vitórias de Abril notam-se nos mais variados sectores: na saúde, no bem-estar das populações, no desenvolvimento económico, na formação, no ensino, nota-se em qualquer estatística que o Sr. Deputado queira procurar.

Isso devia ser celebrado e não devia servir de motivo para se fazer uma tentativa de aproveitamento partidário que até não é, do nosso ponto de vista, aceitável para as forças políticas que tiveram o papel que tiveram na consagração de Abril.

O Sr. Deputado usou a pobreza como exemplo simbólico daquilo que considera ser o estado actual do país.

Esse dado que o Sr. Deputado utilizou, ou o estudo de onde o retirou, não é propriamente um estudo, é um artigo. É um artigo que sai no boletim de Primavera do Banco de Portugal assinado por um técnico que trabalha nesse banco. Ele próprio, no início do artigo, tem uma nota (calculo que o Sr. Deputado tenha lido o artigo) em que diz que as opiniões que expressa são suas, são pessoais, que não são coincidentes, nem podem ser lidas como opiniões do Banco de Portugal.

No meio de toda essa análise há um dado fundamental: a taxa de pobreza em Portugal sendo, infelizmente, ainda elevada ao padrão médio da União Europeia, tem vindo a baixar. Baixou 3% nos últimos dez anos e é mais baixa do que em alguns países da União Europeia.

O Sr. Deputado provavelmente já está a pensar nos países do costume, naqueles que mais recentemente deixaram outros espaços políticos e aderiram à União Europeia, mas os que estão acima de Portugal em termos de pobreza são a Espanha, a Grécia e a Irlanda, Sr. Deputado, que é o cume do supra-sumo do desenvolvimento económico. Era, até meados do ano passado. Deixou de ser e agora é um país mais pobre do que Portugal.

É claro que não nos satisfaz o facto da Irlanda ser pobre.

Agora, satisfaz-nos o facto de Abril ter permitido que Portugal fosse menos pobre que outros países que supostamente tinham condições de desenvolvimento superiores às de Portugal.

Portanto, foi esse o quadro negro que o Sr. Deputado quis pintar, mostrando uma crise que todos conhecem, que até se torna fastidioso repetir todas as vezes que se trata de uma crise internacional, que é uma crise de economia global, de uma economia globalizada, que pode ter causas iniciais, geograficamente delimitadas, mas que tem necessariamente consequências que se tornam globalizadas, porque a economia hoje é globalizada, porque as sociedades hoje comunicam em termos económicos, em termos sociais e em termos de mobilidade.

O Sr. Deputado sabe isso, mas aproveitou Abril como pretexto para fazer “partidarite”, para fazer um discurso partidário que eu não esperava de si, muito menos a pretexto de Abril. Gostava que isto ficasse claro.

Gostava também de aproveitar – e já termino – esta oportunidade para manifestar ao Sr. Deputado Aníbal Pires a satisfação do Governo Regional pelo facto de, apesar da taxa de pobreza nos Açores não ser satisfatória, os dados conhecidos demonstraram claramente dois dados que é preciso ter em atenção: um é que ela tem vindo a diminuir; o outro é que ao contrário do que acontecia há mais de uma década atrás, a maior taxa de pobreza que se verifica em Portugal já não é nos Açores, mas na Região Autónoma da Madeira. Gostava que isto também ficasse claro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Lembro que tem 1 minuto e 17 segundos, que pode usar para encerrar o debate.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

V. Exa. deve ter estado um pouco distraído relativamente à sessão do plenário de ontem, uma vez que foi ontem que o PCP apresentou aqui um voto de congratulação para assinalar a passagem do 35º aniversário do 25 de Abril e ao qual associou o 1º Maio.

Aquilo que hoje foi feito foi uma outra coisa. Foi falar da qualidade da nossa democracia.

Repare, Sr. Secretário: eu dirigi-me, em termos gerais, relativamente ao país e tive a preocupação de não me referir à Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que gostava de lhe lembrar é que ontem evidenciei, de facto, o 25 de Abril e associei-me ao 1º de Maio.

Hoje, o que faço é evidenciar aquilo que não foi atingido, ou melhor, que tem sofrido retrocessos relativamente àquilo que foi o espírito da Revolução de Abril.

Efectivamente, há retrocessos!

Quando hoje temos um país e uma região com profundas desigualdades, com mais de 2 milhões de pobres, com cidadãos a perder o seu emprego diariamente, isto não é um retrocesso relativamente àquilo que marcou a Revolução de Abril?

É, efectivamente!

O Sr. Secretário quer dizer-me que quem é desprovido de rendimento, quem é desprovido de emprego ou quem tendo emprego não tem direitos, é cidadão de corpo inteiro?

Isto marca a qualidade de uma democracia. São marcas de uma democracia!

Esta democracia enquanto mantiver pobres, enquanto mantiver excluídos, enquanto mantiver trabalhadores sem direitos, com certeza que não é uma democracia que eu pessoalmente quero. Não sei se o Sr. Secretário a quererá.

A verdade é que hoje temos várias classes de cidadãos, alguns têm acesso, outros nem por isso e outros não têm nada. Foi isso que eu quis vincar, Sr. Secretário Regional.

O senhor devia ter estado a atento, porque foi isso que eu quis vincar.

Fiz o apelo a todos, porque é nossa responsabilidade, procurar que a qualidade da democracia passe para um patamar diferente e vá de encontro àquilo que foi o ideal de Abril e que está por cumprir, Sr. Secretário. Já estive próximo, mas retrocedemos nos últimos anos.

Essa responsabilidade relativamente ao retrocesso não é da crise internacional, é de quem nos tem governado, é das opções que foram tomadas.

A qualidade da nossa democracia depende exactamente das opções e das estratégias políticas que conduziram à destruição da economia portuguesa.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nasci em 1968, o ano em que o Dr. Salazar caiu da cadeira. Não vivi assim, pelo menos de forma consciente, as agruras da ditadura. No entanto lembro-me bem do ambiente de desigualdade e injustiça social que se vivia no início da década de setenta em Portugal. Lembro-me dessa desigualdade entre as crianças na escola e na catequese. Dum lado os ricos – pouco numerosos e distantes – e do outro a imensa maioria dos remediados e dos pobres. Olhávamo-nos à distância. Pertencíamos a dois mundos, mutuamente visíveis mas quase sem contacto afectivo. Era assim, no Portugal continental e insular da década de setenta. Depois, lembro-me de ter integrado os bandos de rapazes e raparigas que cantavam nas ruas as canções da revolução. Éramos felizes pela simples razão que quase todos pareciam felizes. Passei, por isso, a infância toda a ouvir falar na liberdade e na igualdade. Durante anos nunca perdi a reposição televisiva das imagens da revolução. Gostava de ter estado lá de forma mais consciente. Gostava de ter vivido um pouco mais daquela utopia. Nunca vi, e penso que não voltarei a ver, as pessoas tão optimistas e tão profundamente solidárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passaram-se trinta e cinco anos sobre o 25 de Abril. As imagens da revolução desvaneceram-se com o tempo. O tempo demonstrou que nenhuma ideologia política está isenta de erros e contradições. As que prometiam libertar o homem da exploração por parte de outros homens, falharam estrondosamente.

Por detrás de muros mais ou menos espessos, cometeram-se enormes injustiças e violências em nome da igualdade. Esses homens nunca foram iguais. O pior é que também não os deixaram ser diferentes. A resposta não está, em definitivo, no lado dos politeístas adoradores do Estado absoluto e dos seus sucedâneos.

Nestes trinta e cinco anos, o capitalismo continuou imerso nas suas profundas contradições. Cria riqueza, mas gera um conjunto de desigualdades inaceitáveis entre

os homens. Intercala períodos de prosperidade com crises económico-sociais mais ou menos profundas.

Conquistas que resultaram de décadas de lutas laborais esfumaram-se em curtíssimos períodos de tempo. Não, o mercado não tem uma mão invisível. Não, o melhor estado não é aquele que não existe. Não, a privatização de tudo não é a solução. Não, Deus não existe no mercado.

A resposta, a melhor resposta, talvez esteja no fim dos dogmas e na convicção de que a história jamais terminará enquanto os homens continuarem a povoar este planeta.

Descobriremos, certamente, novas soluções. Aprenderemos a escrever junto de mercado, a palavra Estado. Escreveremos junto de mercado, a palavra regulamentação. Escreveremos junto de especulação, a palavra condenação. Escreveremos junto de sociedade, a palavra solidariedade. Escreveremos junto de ambiente, a palavra futuro. Escreveremos junto de homem, as palavras igualdade e fraternidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto o futuro não chega, dediquemos a nossa atenção ao presente dos nossos Açores. Sim, porque a minha justa ambição não é mudar o mundo, mas sim mudar os hábitos, as práticas e os defeitos do regime que nos governa.

Tarefa impossível e muito para além da curta capacidade humana de mudar, dirão alguns. Atrevo-me a concordar com eles, no entanto alguma coisa terei de fazer – ou tentar – nestes tempos que aqui estou.

Os Açores ganharam com o 25 de Abril uma justa, ainda que curta, autonomia. Aqui chegou o sistema parlamentar. Chegou a unidade política dos Açores. Chegou uma administração mais próxima do Povo e alcançaram-se alguns progressos nas condições de vida das populações. Estes últimos eram expectáveis, uma vez que partíamos, em quase todos os indicadores económicos e sociais, de valores extremamente baixos.

No entanto, a revolução da igualdade falhou espectacularmente nas áreas em que era proibido fazê-lo. Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril, os Açores continuam a ser uma das regiões da Europa com maiores desigualdades sociais. Os ricos são cada

vez mais ricos e a distância relativa entre estes e grande parte da população nunca foi tão grande. Treze anos de poder socialista não mudaram nada nesta área.

O Partido Socialista não mudou a estrutura social açoriana. Pelo contrário, os resultados da sua governação apenas acentuaram as piores debilidades da sociedade açoriana. Foi assim que, em poucos anos, o Governo do Partido Socialista vulnerabilizou a já de si reduzida classe média açoriana.

Sem classe média, não existem possibilidades de mobilidade social, pela simples razão de que não existem elevadores nos mecanismos de ascensão social. Estes, pura e simplesmente, não funcionam sem paragens intermédias entre a base e o topo da pirâmide social.

Em termos de estrutura social assemelhamo-nos muito mais ao mundo latino-americano que a qualquer país da Europa Ocidental. Talvez a pergunta aqui não seja quem quer ser milionário. Pragmáticos como são os açorianos, a pergunta correcta é: como chegar ao final do mês?

Evidentemente que o Presidente César não sabe responder. Como não sabe a resposta, o Presidente Carlos César também não quer que lhe façam a pergunta. É aí que eu entro: que faz o Governo Regional para combater esta crise? Na ausência de qualquer reacção, respondo eu: Muito pouco ou coisa nenhuma!

Depois temos a liberdade. Também aqui os ideais de Abril estão por cumprir. Depois de trinta e três anos do exercício do poder autonómico, a constatação é fácil de fazer. Os presidentes dos governos regionais são uma casta de invencíveis, tal como o foram os antigos dirigentes do Estado Novo. Além disso, são como as pilhas Duracell: duram, duram, duram e duram.

O defeito óbvio deste sistema político é que a única coisa que os tomba da cadeira é o tédio ou a vontade de mudar de ares. As liberdades públicas, durante a vigência do actual governo, tiveram a sua primavera marcelismo entre 1996 e 1998. Daí para cá, para discordar do Presidente do Governo Regional, Carlos César, é necessária uma de três coisas: coragem, loucura ou imunidade parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, falta falar do maior mito da política açoriana durante estes treze anos de consulado socialista: a política de coesão. Esta foi e continua a ser um desastre. O pior rombo de uma nau que mete água por todo o lado.

A ilha do Corvo é, infelizmente, um exemplo extremo deste estado de coisas. Neste âmbito, lanço-vos os seguintes desafios:

Os que não acreditam que na nossa Região existem dezenas de crianças e jovens que não possuem a possibilidade de jogar e sonhar vir a ser como o Ronaldo num campo aberto de futebol durante o Verão; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam que na nossa Região existe uma lixeira a céu aberto em plena Reserva da Biosfera da UNESCO; visitem a ilha do Corvo. Se observarem com atenção poderão ver os 750 mil euros do Aterro Sanitário do Corvo a esfumarem-se e, na mesma neblina, poderão ver a frota fantasma de navios piratas transportadores de lixo comandada pelo Secretário Francis Álamo.

Os que não acreditam que uma das ilhas da nossa Região não possui nenhuma forma de protecção do seu rico património cultural – um museu ou um Centro de Interpretação Ambiental a funcionar – desde a fundação da autonomia; visitem a ilha do Corvo.

Se o Vice-Presidente do Governo Regional não acredita que o edifício que inaugurou em 2007 só abriu no dia da inauguração; visite a ilha do Corvo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se vos custa a acreditar que as crianças e jovens do Corvo nunca tiveram a oportunidade de aprender música com um professor habilitado na área; visitem a ilha do Corvo.

Para os que não acreditam que as despesas projectadas para a juventude, numa ilha em que a prioridade é manter a população jovem, são inexistentes; leiam o orçamento.

Os que não acreditam que grande parte dos edificios classificados de uma ilha dos Açores estão em ruínas sem que nada se faça; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam ser possível criar Reservas da Biosfera e Parques Naturais e deixar tudo no papel e na mão da Santa Providência; visitem a ilha do Corvo.

Os que não acreditam que os utentes do Barco Ariel não podem comprar com antecedência os bilhetes da viagem e tem de fazer fila, ao vento e à chuva, desde as cinco ou seis da manhã; visitem a ilha do Corvo;

Os que não acreditam que os jovens e velhos doentes da ilha do Corvo vivem debaixo da tirania de um médico do qual dependem – por não haver outro – totalmente em questões de saúde; visitem a ilha do Corvo;

Deputado José Lima (PS): E o senhor ainda vive no Corvo?

O Orador: Os que não acreditam que as deslocações de médicos especialistas podem quase não existir numa ilha desta Região; visitem a ilha do Corvo;

Os que não acreditam que, seis meses depois de se iniciar esta legislatura, a Delegação da Assembleia Legislativa Regional da ilha do Corvo continua sem existir, apesar da garantia estatutária existente e das variadas promessas de empenho; visitem a ilha do Corvo.

Por fim, dado que o stock de negligências deste Governo Regional na ilha do Corvo é praticamente inesgotável, dou por finda esta intervenção, não sem antes desejar que um dia o espírito do 25 de Abril de 1974 chegue à Região e a liberdade de todos os indivíduos volte a ser inviolável.

Apesar de tudo continuo a acreditar que o principal objectivo de um Estado decente é fornecer a todos os indivíduos iguais oportunidades. Sejam brancos ou negros. Do PS ou da oposição. Vivam onde viverem. Mesmo que seja numa ilha chamada Corvo.

Disse!

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, que fique muito claro que esta minha intervenção não é uma resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não merece e não terá a minha resposta enquanto se comportar neste Parlamento nos termos em que o faz e fizer o uso que faz do privilégio de servir os açorianos como deputado regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Enquanto os termos forem esses não será assim que será tratado, pelo menos por esta bancada.

Vamos ao motivo da minha intervenção.

A minha intervenção pretende esclarecer os açorianos que possam ter ficado induzidos em dúvida com as afirmações feitas nesta intervenção que acabámos de ouvir.

Há pouco falou-se de um estudo do Banco de Portugal. Informo os açorianos que existe um outro estudo bastante recente, de 2009, do Centro de Estudos Territoriais, do ISCTE, da autoria dos Professores Isabel Guerra e Carlos Farinha, que se dedica a analisar as questões de pobreza e de desenvolvimento social e económico, na Região Autónoma dos Açores.

Esse estudo diz, entre outras conclusões, o seguinte:

1º - “O rendimento médio, por pessoa, nos Açores regista um incremento real na última década de 7.400 euros para 11.200 euros.”

2º - “Regista-se um processo efectivo de convergência com o nível médio de rendimento das famílias portuguesas”, ou seja, convergência das famílias na Região com as famílias no país.”

Deputado João Costa (PSD): Sempre foi assim!

O Orador: Não foi assim durante muito tempo!

3º - “Forte descida da incidência da pobreza cuja taxa desceu cerca de 10% nos últimos 10 anos”;

4º - “Diminuição da desigualdade constatável através da redução dos índices utilizados para medir esse factor” e que eu me vou abster de descrever ou nomear, mas que poderá consultar no estudo em questão;

5º - “Redução da intensidade da pobreza passando os Açores de segunda região com maior intensidade da pobreza em 94, para segunda região com menor intensidade da pobreza em 2005”.

Portanto, ficam os açorianos a saber que são estes os dados científicos sobre as matérias que aqui sofreram aproveitamento partidário e político, desonesto,...

Deputado Helder Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... pouco consentâneo com as responsabilidades que incumbem a quem representa os açorianos nesta casa e que não podem continuar a ser usados, a propósito do 25 de Abril (essa coisa que se usa como se quer), para falar do transporte marítimo do Corvo.

Aproveito para referir que acho que foi prestado aqui um mau serviço à ilha do Corvo e que se deu uma péssima imagem das potencialidades e da capacidade da ilha, nomeadamente em termos de imagem externa e de projecção turística.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Gostava de terminar dizendo que as matérias relativas à pobreza, às dificuldades das famílias, ao desenvolvimento da Região, são matérias da essência da actividade política, são matérias que não são apenas questões de dimensão política, são imperativos éticos para quem faz política.

Deve ser essa a nossa preocupação, deve ser esse um dos objectivos máximos de quem tem responsabilidades executivas e de quem tem o dever de servir os açorianos nesta casa com responsabilidade e sentido cívico.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra, mas não lha posso dar. O Sr. Deputado fez uma intervenção de 11 minutos e quarenta e um segundos e como sabe tem dez minutos no PTAP. Eu nunca o interrompi e até diria mesmo, para desanuviar o ambiente, que democracia parlamentar destas só nos Açores.

Portanto, não lhe posso dar a palavra.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Diga Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nos termos regimentais peço a palavra para solicitar a defesa da honra.

Presidente: Sr. Deputado, a defesa da honra, de acordo com o respectivo artigo, tem a ver com a imputação de determinados comportamentos pessoais, ou com a descrição de determinadas características de comportamento ou personalidade.

Eu gostaria que as identificasse porque não vi.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, considero que quando um membro do Governo se refere a um Deputado que foi eleito democraticamente pela população, dizendo que não respeita, isso é uma ofensa à honra.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não respeito!

O Orador: Quando diz que não tenho condições para estar nesta Casa, isso é uma ofensa à minha honra.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse isso!

Deputado José Lima (PS): O senhor é um mentiroso!

O Orador: Quando o Sr. Presidente do Governo diz que não mereço resposta isso é uma ofensa à minha honra.

Presidente: Sr. Deputado, eu não posso concordar consigo. As críticas que lhe foram feitas, foram feitas no campo puramente político. Crítica política poderá ser justa ou injusta, pode, com certeza, merecer resposta, mas não pode fazer alargar artificialmente o tempo distribuído a cada um dos partidos.

Portanto, a Mesa mantém a sua decisão e não considera que tenha sido atingida a sua honra ou consideração.

Não havendo mais intervenções, declaro encerrado o período das declarações políticas e proponho que façamos um intervalo até às 11 onze e quarenta e cinco minutos.

Agradecia aos líderes dos grupos e representações parlamentares que se aproximassem da mesa.

Até já. Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 20 minutos).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que retomassem os vossos lugares.

Vamos passar para o período de tratamento de assuntos políticos.

(Eram 11 horas e 50 minutos).

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, dia 22 de Abril, comemora-se o Dia Mundial da Terra!

Este dia comemorativo foi instituído em 1970 por Gaylord Nelson, um Senador norte-americano que convocou o primeiro protesto nacional relativo à poluição e que conduziu à criação da Agência de Protecção Ambiental dos Estados Unidos.

No entanto, só em 1990 é que o dia 22 de Abril foi designado, a nível mundial, como sendo o Dia Mundial da Terra, contribuindo de um modo muito significativo para a implementação de conceitos importantes ao nível da sustentabilidade e abrindo caminho para o desenvolvimento da Cimeira da Terra em 1992.

Como sabem, Cimeira da Terra ou Convenção do Rio ou Eco-92, são nomes associados à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou em Junho de 1992 no Rio de Janeiro e que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável.

A nível mundial, muitas são as organizações que desenvolvem actividades e iniciativas para a comemoração do Dia Mundial da Terra, alertando para problemas ambientais que actualmente preocupam já grande parte da população mundial devido ao incremento de uma consciência ambiental, que constitui uma realidade cada vez mais visível por parte da população e Governos de todo o Mundo.

À semelhança do que acontece a nível mundial, nos Açores, o Dia Mundial da Terra é também comemorado por parte do Governo dos Açores, através da Rede Regional de Ecotecas dos Açores.

A Rede de Ecotecas é uma estrutura recentemente criada pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, constituída por 10 ecotecas, distribuídas pelas ilhas dos Açores,

gerida pelo Governo Regional, através da celebração de protocolos de colaboração com Organizações não Governamentais, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Autarquias. Refira-se que essas parcerias têm-se revelado de extrema importância para a consolidação de procedimentos e implementação de estratégias ao nível da sensibilização e educação ambiental nos Açores.

As Ecotecas são assim espaços de divulgação de boas práticas ambientais, dinâmicos e interactivos, constituídas, em regra, por oficina, mediateca, laboratório, auditório e logradouro, em que, durante todo o ano, são desenvolvidas uma quantidade infindável de iniciativas de carácter ambiental, das quais gostaria de destacar as seguintes:

- Organização de sessões temáticas, palestras e workshops abordando questões ambientais e de sustentabilidade;
- Fomento da agricultura biológica, através do desenvolvimento de Hortas Biológicas;
- Realização de ateliers e oficinas temáticas abordando questões associadas à conservação da natureza e qualidade ambiental;
- Divulgação dos programas Eco-Escolas e Jovens Repórteres do Ambiente, nas ilhas correspondentes;
- Comemoração de dias dedicados ao ambiente;
- Projecção de filmes temáticos; Promoção de actividades laboratoriais;
- Apresentação de exposições;

E muitas outras iniciativas que neste curto espaço de tempo não me é possível explicitar.

Note-se que o conceito de Ecoteca é essencial para a implementação da Resolução aprovada na Cimeira da Terra, em que estabelece que todo o cidadão do planeta deve ter acesso à informação sobre ambiente, sem esquecer a necessidade de consolidação do conceito “Pensar Global, Agir Local”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às actividades a desenvolver pelo Governo dos Açores através das Ecotecas da Região no âmbito do Dia Mundial da Terra, gostaria de destacar algumas:

- Desenvolvimento do Concurso de ilustrações, como incentivo para a utilização de sacos de pano de forma a reduzir o consumo excessivo de sacos de plástico, a realizar pela Ecoteca das Flores;
- A Ecoteca do Faial tem no seu programa uma visita ao Monumento Natural da Gruta das Torres da ilha do Pico e apresentação da exposição “Geopaisagens dos Açores”;
- Sessões sobre compostagem e vermicompostagem a desenvolver pela Ecoteca do Pico;
- Apresentação de documentário sobre os impactes do aquecimento global, a realizar pela Ecoteca de São Jorge em parceria com a Eco-Escola da Escola Profissional de São Jorge;
- Acções de erradicação de infestantes para instalação de um pomar ecológico junto à Ecoteca da Graciosa;
- Promoção de visitas ao Museu Vulcanoespeleológico Machado Fagundes, desenvolvimento de trilhos pedestres e apresentação da exposição “A Artés Tu”, a desenvolver pela Ecoteca de Angra do Heroísmo;
- Numa iniciativa da Ecoteca da Lagoa, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores e Câmara Municipal da Lagoa, a realização de um Safari Geológico, com o objectivo de divulgar a geodiversidade de parte da ilha de São Miguel, bem como a promoção da geoconservação, ou seja, conservação da natureza sob o ponto de vista geológico enquanto factor fundamental na construção de um futuro sustentável;
- A Ecoteca da Ribeira Grande, pretende promover a quarta edição dos jogos “Eco Olimpíadas”, bem como apoiar a iniciativa “Escola Electrão” da Escola Secundária da Ribeira Grande e que pretende promover a recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos junto de alunos e professores.
- Desenvolvimento de conferência sobre Geopaisagens dos Açores, promoção de um peddy-paper e dinamização de actividades físicas ao ar livre, são as propostas da Ecoteca de Ponta Delgada;
- Actividades de agricultura biológica, desenvolvimento de ateliers e promoção de um curso Nível I em Canyoning a desenvolver pela Ecoteca de Santa Maria.

De facto, o papel da Rede Regional de Ecotecas dos Açores tem-se revelado fundamental para sensibilização ambiental das nossas crianças e jovens em idade escolar, bem como para a população menos jovem através de acções específicas direccionadas para adultos e que pretendem inculcar hábitos de vida ecologicamente saudáveis de forma a atingir-se uma cada vez maior sustentabilidade das nossas ilhas. Pretendendo-se, assim, formar cidadãos conscientes, capazes de intervirem activamente na sociedade civil em prol de um desenvolvimento que se quer cada vez mais sustentável.

É por isso uma medida que, considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, constituir mais um factor de sucesso na política ambiental dos Governos do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A ilha de Santa Maria irá, em breve, usufruir de uma nova infra-estrutura de carácter ambiental: refiro-me ao novo centro de interpretação e ecoteca de Santa Maria, que albergará igualmente os serviços de ambiente da ilha.

Nessa infra-estrutura, será possível juntar três serviços num único edifício, que terá como benefício a rentabilização de recursos humanos e materiais, sempre com o mesmo objectivo: o incremento da qualidade ambiental da ilha de Santa Maria, que implicará consequentemente uma melhor qualidade de vida dos marienses.

No centro de interpretação, estará disponível o espólio de Dalberto Pombo, um naturalista já falecido que dedicou a sua vida às questões ambientais, coleccionando borboletas, fósseis, aves, livros e que, ainda em vida, entregou as suas colecções à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Nesse centro, o visitante terá, assim, oportunidade de conhecer aspectos ambientais extremamente relevantes da ilha de Santa Maria, nomeadamente em termos geológicos, não fosse Santa Maria a mais antiga ilha dos Açores – com mais de 8,12 milhões de anos – que constitui um autêntico paraíso e um museu vivo para todos os geólogos e paleontólogos que anualmente se deslocam à ilha propositadamente para a estudar e melhor a conhecer. É, aliás, uma das vertentes que, em termos turísticos, poderá vir a crescer e que certamente trará à Região um forte contributo para o futuro Geoparque dos Açores.

No edifício, será também re-instalada a Ecoteca de Santa Maria. Aí, continuará a trabalhar-se em prol da sensibilização e promoção da consciência ambiental. Note-se que a Ecoteca da ilha existe já desde Outubro de 2005 e funciona, à semelhança do que acontece com todas as outras 9 Ecotecas da Região, através de protocolo de colaboração entre a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a IPSS Recolhimento de Santa Maria Madalena.

Refira-se que só a Ecoteca de Santa Maria, recebeu nas suas instalações no ano de 2008, cerca de 3200 visitantes, o que se considera constituir um número bastante significativo para uma ilha da dimensão de Santa Maria.

No novo edifício existirá ainda um auditório preparado para acolher iniciativas da Ecoteca e Centro de Interpretação, bem como por outras instituições locais que pretendam desenvolver acções associadas às respectivas áreas de intervenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que a alteração de comportamentos ao nível das boas práticas ambientais é uma temática que nem sempre é fácil de inculcar em qualquer sociedade, também é verdade que o investimento na sensibilização e educação ambiental por parte dos Governos do Partido Socialista tem sido uma realidade!

Os Açores dispõem hoje, como já referi, de 10 Ecotecas, oito Centros de Interpretação em funcionamento e seis em fase final de execução, geridos através de parcerias com diversas entidades locais, sempre com um mesmo objectivo: promoção de uma consciência ambiental, através da mudança de comportamentos menos ecológicos, de forma a incrementar-se a qualidade de vida e a sustentabilidade da população açoriana.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento acerca desta intervenção.

Volto a lembrar, agradeceia que com excepção do Sr. Secretário da Presidência e dos líderes das representações e grupos parlamentares, quem quiser participar no debata, faça favor de se inscrever agora.

Estão inscritos a Sra. Deputada Carla Bretão e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Tem a palavra a Sra. Carla Bretão.

*** Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero agradecer à Sra. Bárbara Chaves, o relatório que nos trouxe sobre as acções de sensibilização ambiental.

Deputado Herberto Rosa (PS): Incomodada!

O Orador: Quero dizer-lhe também, que temos consciência disso e demos nota positiva, relativamente à sensibilização ambiental na nossa intervenção sobre ambiente, no Plano e Orçamento.

No entanto, quero dizer-lhe que é fácil falar daquilo que se faz, difícil é falar sobre aquilo que não se faz. Isso era o desafio que aqui lhe deixava.

No entanto, no Plano e Orçamento deixámos aqui o alerta e gostaria de reiterá-lo aqui, porque ter uma população esclarecida e ambientalmente consciente realmente é precioso, difícil às vezes é ser consequente com as expectativas criadas e a verdade é que isso não tem acontecido nos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: As pessoas neste momento estão despertas para as questões ambientais, no entanto apercebemo-nos que muitas das práticas que são levadas a cabo não são condicentes com essa mesma sensibilização que se tenta fazer da população.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso mesmo pode-se estar a contribuir para a frustração dessa mesma sensibilidade ambiental que tanto tem levado a despertar.

Por isso Sra. Deputada, apenas lhe digo que ainda bem que trouxe esse relatório, já nos habituámos um pouco a esse tipo de relatórios, no entanto quero dizer-lhe novamente que fácil é falar do que se faz, difícil é falar do que não se faz.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria tomar aqui a palavra para me associar à Sra. Deputada, no trazer aqui hoje, neste dia, a ligação ao Dia da Terra.

De facto, é um dia importante, não só por aquilo que tem já de histórico, apesar de ser uma comemoração que não é tanto antiga como isso, mas já gerou um grande movimento e já foi capaz de gerar um conjunto muito importante de resultados, mas particularmente porque é algo que vai ganhando uma adesão e uma actualidade cada vez maior.

Nós vivemos num planeta que cada vez parece mais pequeno. Parece mais pequeno não só da maneira como o vemos, mas da maneira como o utilizamos.

A população humana tem vindo a crescer rapidamente na Terra, os recursos disponíveis não aumentam, pelo contrário, muitos deles são recursos não renováveis, que se vão esgotando e a maneira como nós utilizamos esses recursos e como nós utilizamos o nosso planeta, merece uma reflexão profunda e essa reflexão não pode ser apenas feita pelos responsáveis políticos, tem de ser feita por todos, porque de facto as questões do ambiente são questões que a todos envolvem.

Daí que eu queira saudar este dia, saudar a intervenção da Sra. Deputada e dizer que o Governo Regional se associa com grande entusiasmo àquilo que foi aqui trazido, nessa matéria.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Deputado Jaime Jorge (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciámos recentemente mais uma legislatura, neste caso a IX, com mais um governo liderado pelo partido socialista.

Este Governo, o décimo da nossa autonomia e o quarto liderado pelo partido socialista, já tem a sua história, embora, a apreciar pelas inúmeras tiradas comparativas com “ o tempo do PSD”, com que este partido socialista frequentemente nos brinda, dê aos mais desatentos, a ideia de que não.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O certo, é que este é um ciclo de governos socialistas, que já leva doze anos de gestão e liderança desta região e por isso já marcou, para o bem e para o mal, um período de desenvolvimento nestas ilhas, que vivem hoje uma democracia plena, saudável e pujante, resultante de um processo autonómico estável, não obstante dinâmico.

Vem isto a propósito da oportunidade que é de se fazer hoje um balanço, para a ilha do Pico, do que tem sido a acção governativa, enquadrada e comparada com aquilo que foram as grandes promessas para esta ilha.

Quase todas, prometidas no calor das últimas campanhas eleitorais, na pressa de garantir que o seu eleitorado não lhe fugisse, prendendo-o nas expectativas que se foram entretanto criando.

Ou não fora este governo, sustentado pelo Partido Socialista, um grande gestor, sobretudo de promessas e das consequentes expectativas, que com estas, semeia na mente dos açorianos.

Deputado Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E na ilha do Pico, ilha que não tem sido alvo de uma especial atenção por parte deste governo, que deixou o seu desenvolvimento muito à conta dos seus agentes económicos e sociais, que a par das suas autarquias, lá vão rumando contra a maré, a gestão dessas expectativas, tem-se verificado com bastante regularidade.

Num contexto de profunda crise económica, só agora, depois das eleições regionais, plenamente assumida e reconhecida por este Governo Regional, este poderia ter ido bem mais longe, relativamente à ilha do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando no comunicado do Conselho de Governo de 16 de Janeiro deste ano, o Governo Regional anuncia que deliberou, no âmbito da dinamização dos investimentos públicos e privados, autorizar a adjudicação e abertura de concursos, de diversas empreitadas, em todas as ilhas dos Açores, este Governo Regional prova isso mesmo.

Naquilo que poderia ter sido uma atitude de genuína e autêntica demonstração de boa vontade, para com o fragilizado sector económico da ilha do Pico que, tal como todos os das ilhas com menos densidade populacional, necessita com regularidade de investimento público,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... este governo, quedou-se por um punhado de obras menores, relevando bem a sua falta de ambição, para com aquela ilha.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este governo poderia e deveria ter aproveitado esta oportunidade para autorizar a adjudicação de empreitadas de obras como as dos portos de São Roque e Madalena ou mesmo, do centro de saúde da Madalena. Para não falar na escola Secundária das Lajes do Pico, obras há muitos anos prometidas e mais que assumidas politicamente, e das quais, já há muito tempo este Governo só fala em surdina, parecendo seriamente envergonhado, por estes processos avançarem, se for esse o caso, a passo de caracol.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesta altura, as únicas referências feitas a estas obras, parecem ser para anunciar, uma vez mais, o adiamento do seu arranque, esquecidos que estão, do compromisso apressadamente assumido perante os picoenses, quando isso lhes pareceu mais conveniente.

Ao invés desta, que era sem duvida a atitude mais correcta e consentânea com a conjuntura, que todos vivemos, este governo apenas promove três obras, que sendo sem dúvida importantes, não conseguirão contudo relançar a economia conforme era desejo e parece irá acontecer noutras ilhas.

Aliás este parece ser o fardo, que está destinado à Ilha do Pico: se por um lado não faz parte do grupo daquelas que tem serviços governamentais, as ilhas ditas

desenvolvidas, como sejam as ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, não contando com o impulso na sua economia, que esta situação inegavelmente proporciona;

Por outro, é excluída da possibilidade de acesso aos meios financeiros colocados à disposição das ilhas menos desenvolvidas, vulgo fundos de coesão, permanecendo assim sozinha, numa espécie de limbo, cinzento e intemporal, permanentemente adiada e esquecida.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, entalada entre uma situação e a outra, é a única ilha dos Açores que não usufrui dos impulsos económicos, que quer uma, quer outra, inegavelmente potenciam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O aeroporto do Pico será por ventura o melhor exemplo deste eterno adiamento, que importa analisar, em jeito do balanço que nos propomos fazer.

Tendo tido a sua primeira inauguração em 20.04.2005, entrou de imediato em funcionamento. Tarda, no entanto, em trazer à ilha as mais valias, sobretudo de ordem económica que todos aguardam.

Quatro anos depois, ainda continua a receber apenas um voo por semana, com ligação a Lisboa, número imposto aliás, pelas obrigações de serviço público, determinadas por este governo e que permanecerá em vigor até que este se decida alterá-las.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este voo continua a ser efectuado pela TAP. Pelo que se nos oferece perguntar. Onde está o contributo da SATA, a nossa empresa aérea regional, para um aumento dos voos daquele aeroporto com o continente? Empresa que é dos Açores, dos Açorianos, do Governo Regional, com um Presidente do Concelho de Administração nomeado por este.

Se este aeroporto é pertença do Governo Regional, que nele tem feito avultados investimentos, não deveria ser também o Governo Regional a criar as condições para a sua viabilização? Para o seu eficaz aproveitamento, como forma até de possibilitar uma gradual amortização dos meios financeiros que este consumiu?

Bastava que esta empresa Açoriana fizesse com aquele aeroporto, com destino a Lisboa, outras tantas viagens semanais como faz a TAP, já teríamos um número de

voos porventura satisfatórios, para potenciar um efectivo apoio às nossas actividades sócio-económicas, pelo menos no curto prazo.

Segundo o anterior Secretário da Economia esta situação era imposta pela falta de abastecimento de combustível do aeroporto e pela necessidade deste voo passar pelo aeroporto da ilha Terceira.

E para colmatar essa lacuna, o Governo Regional adjudicou no início do ano passado a obra necessária ao abastecimento das aeronaves no aeroporto do Pico.

Esta obra, com um prazo de execução de seis meses deveria ter terminado no passado Junho ou Julho. Ainda agora não terminou. Mais que duplicou o seu prazo de execução. Inédito!

Só com muito boa vontade não somos levados a pensar que este atraso tem um propósito por parte deste Governo: Agarrarem-se a um argumento para continuar a adiar o inevitável, ou ter uma obra para inaugurar, na próxima visita deste Governo, à Ilha do Pico.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Que Governo é este, que decide aplicar na ampliação daquela importante infra-estrutura, os avultados meios financeiros que a sua ampliação exigiu, sem que até hoje, nos tenha sido possível detectar uma estratégia de desenvolvimento subjacente ao investimento efectuado?

Como diria um reputado economista açoriano, numa intervenção pública a que recentemente assisti, um aeroporto, embora sendo um equipamento essencial para gerar desenvolvimento numa ilha, não é por si só, de forma isolada e descontextualizada, gerador desse mesmo desenvolvimento. Ele tem que ser um mero instrumento, numa estratégia muito mais lata.

E esse é hoje, o erro conceptual deste importante equipamento. A visível falta de uma estratégia de desenvolvimento para a ilha do Pico, que o inclua e que nele se alavanque.

A prová-lo está a recente notícia de que a Ilha do Pico, foi a que verificou o maior decréscimo na procura turística, em 2008. Apenas e só um decréscimo de 17.7%, relativamente ao ano anterior.

Outra falácia amplamente divulgada, e que serve de argumento para a manutenção desta situação, é a que se reporta às baixas taxas de ocupação destes dois voos.

É óbvio que, pelo desconforto decorrente da escala na Terceira, pelos dias em que estes são efectuados e conseqüentemente pelo escasso número de lugares com desconto, que estes voos comportam, estes não são muito procurados. Influenciando assim negativamente as estatísticas comparativas com outros destinos.

Neste caso acredito que, para que aumente a taxa de ocupação dos voos do Pico, é necessário que primeiro se aumente o número de voos.

O mesmo será dizer que, neste caso, é necessário que primeiro se aumente a oferta para potenciar a sua procura.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De igual forma, a falta de certificação dos pilotos da SATA, para operar no actual aeroporto ampliado, parece-nos um pormenor de somenos importância, usado apenas por quem só quer lançar mais confusão.

Quem melhor que os pilotos da SATA conhece a pista do aeroporto Pico?

O que já não é nenhuma falácia, é o facto da SATA continuar a desrespeitar uma decisão deste governo, recentemente anunciada, que tem a ver com o estatuto de aeroporto alternativo, atribuído ao aeroporto do Pico, em relação a todos os voos com destino ao aeroporto da Horta, que por motivos de ordem atmosférica, não possam ser efectuados.

É curioso verificar que até à data só a TAP respeitou essa decisão, enquanto que a nossa empresa regional parece, sobre esta questão, ter feito ouvidos de mercador.

Comprovadamente, portanto, estratégia de desenvolvimento não existe nem para a ilha do Pico, nem para nenhuma das ilhas menos povoadas dos Açores.

Tudo o que este Governo Regional conseguiu até hoje, neste domínio, não passa de pensos rápidos para tentar conter a hemorragia, que é o irreversível despovoamento de algumas das nossas ilhas.

Deputado Rui Ramos e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O desenvolvimento harmónico dos Açores, foi uma bandeira hasteada pelo PSD e infelizmente abandonada por este Partido Socialista, que ainda nos Governa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Presidência e os Senhores Deputados Hernâni Jorge, Cláudio Lopes e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, estou completamente estupefacto e surpreso ...

Deputado Jaime Jorge (*PSD*): Não me diga!

O Orador: ... com o facto do senhor vir, no presente contexto político, partidário, falar de desatenção e de desrespeito em relação à Ilha do Pico...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... na altura que o seu partido prescindiu dum Deputado do Pico, no Parlamento Europeu, trocando-o à última da hora, por uma senhora da cota do Sr. Presidente da República...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo)

... na altura que o seu partido prescindiu dum Deputado do Pico, no Parlamento Europeu, trocando-o por uma questão de discriminação sexual...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Discriminação sexual! É de sublinhar!

O Orador: ... que depois se acabou por verificar não ter sido a correcta, vem o Sr. Deputado falar de desatenção e de desrespeito em relação à Ilha do Pico.

Quer maior desatenção e maior desrespeito em relação à Ilha do Pico, do que acabou de fazer o seu partido? Julgo que não Sr. Deputado.

Portanto, devo confessar que se estivesse no seu lugar nunca teria feito a intervenção que o Sr. Deputado aqui fez.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor há-de falar com o Senhor Primeiro-Ministro sobre isso: Discriminação sexual!

E eu é que sou faxista!

O Orador: Vamos então à análise dos factos.

Sr. Deputado Jaime Jorge, como sabe, pois é público, o Governo Regional fará uma visita estatutária à Ilha Pico, no início de Maio e aproveitando o facto de haver este Plenário antes dessa visita, veio fazer um pouco daquilo que já foi feito pelo Presidente do Concelho de Ilha, que foi utilizar um outro local, um outro veículo de divulgação de informação, para fazer uma resenha do memorando do concelho e levantar as questões que o senhor já sabe, ou presumo, que serão respondidas, favoravelmente, durante a visita estatutária do Governo à Ilha do Pico.

(Aparte inaudível do Deputado Jaime Jorge).

Não o censuro. É perfeitamente possível. Agora era mais leal, do ponto de vista institucional, que esses documentos, que são documentos de relevância para a Ilha e para as instituições políticas regionais, chegassem ao seu destino oficial, que é o Governo Regional, antes de serem lidos na televisão, ou analisados partidariamente aqui nesta Casa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porquê?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: Porque é assim que as instituições se respeitam.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

Eu falei de aproveitamento partidário, não falei de tratamento parlamentar.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

Não sei se posso continuar?!

Presidente: O Sr. Secretário está no uso da palavra.

O Orador: De qualquer forma eu gostaria de mencionar, porque é de justiça, é verdade e os açorianos precisam de saber, e em particular os picoenses, que o Governo teve vasta obra, realizada na Ilha do Pico, no campo das acessibilidades, no campo das estradas, da rede viária, na área das pescas, do ambiente, da promoção do património natural e cultural a Ilha do Pico.

A projecção que a Ilha do Pico adquiriu, nos últimos tempos, deve-se ao esforço governamental de tirar o máximo partido das potencialidades naturais, culturais daquela Ilha, que muito honra os Açores e que mereceu classificação internacional por esse facto.

Portanto essas vantagens para a Ilha do Pico são reconhecidas pelos picoenses, não tenho dúvidas sobre isso. E conhecem mais uma, que foi anunciada aqui nesta Casa, no último plenário, sobre o Plano e Orçamento, que é o facto do Governo Regional, ter optado - pela consignação e distribuição de investimento para o ano de 2009 - por colocar o investimento da Ilha do Pico, acima do investimento médio da região.

Como se recorda, no último plenário foi anunciado um aumento médio do investimento de 10%, enquanto a Ilha do Pico terá um aumento de investimento na ordem dos 16%, 6% acima da média do aumento do investimento regional.

Portanto, Sr. Deputado, com este cenário, custa-me muito perceber que o Sr. Deputado venha aqui falar de discriminação, desrespeito e desatenção em relação à Ilha do Pico.

Eu só posso entender o que aqui foi feito como mais uma decorrência daquela sua famosa tese dos quilómetros quadrados, versus número de habitantes e, portanto, isso ainda não ficou bem resolvida da última vez, o senhor continua a insistir e agora inventou outra teoria que é a separação entre as ilhas ditas “desenvolvidas”, quando essa nomenclatura é sua, nunca foi utilizada por ninguém, muito menos pelo Governo Regional, e as ilhas da coesão.

O grande problema é que o Sr. Deputado convive mal com o conceito de ilhas de coesão e isso tem de ficar dito aqui. Já é a segunda vez que o Sr. Deputado demonstra claramente que convive mal, com o facto de haverem ilhas da coesão. O Sr. Deputado

convive mal com o facto do Governo ter criado um conjunto de medidas para promover a coesão de todos os Açores.

O senhor acha que o desenvolvimento do Pico se faria e se devia fazer à custa do desenvolvimento das ilhas da coesão. O Governo não tem essa posição, não terá, e continuará a agir tendo em consideração que a coesão promove-se desta forma. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Fazer um balanço duma legislatura de quatro anos, ao quinto mês da mesma, parece-me precipitado e prematuro.

Deputado Pedro Gomes (PSD): São 13 anos de governação!

O Orador: As promessas sufragadas em Outubro passado, serão julgadas em 2012. Por essa altura se fará o balanço, nessa ocasião se fará o julgamento político daquilo que foi ou não cumprido, daquilo que serão ou não as expectativas dos picoenses para o quadriénio que se seguirá.

A acção anterior do Governo Regional e do PS, já foi julgada. Foi sufragada com as vitórias do PS no Pico em 2000, 2004 e 2008 e com as consequentes derrotas do PSD, nos referidos actos eleitorais.

É cedo Sr. Deputado Jaime Jorge para se fazer um balanço desta Legislatura, mas percebemos a sua intervenção. Este é o seu balanço, mas faltou nesse balanço a referência ou o lamento à decisão da Dra. Manuela Ferreira Leite, em privar o Pico dum Deputado no Parlamento Europeu.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): É de muito mau gosto o Sr. Deputado não ter um tema mais interessante para a nossa Ilha!

É triste!

O Orador: Faltou essa referência no seu balanço e consequentemente nos vir privar da sua presença nesta Assembleia.

Seria no mínimo justo e adequado essa referência, uma vez que o conceito de ilhas ditas “desenvolvidas” para o Sr. Jaime Jorge, plasmado na sua intervenção, é daquelas Ilhas que possuem departamentos do Governo. Se é daquelas Ilhas que

possuem departamentos do Governo, eventualmente são aquelas ilhas que possuem Deputados com capacidade ou com competência reconhecida para integrarem lugares, designadamente no Parlamento Europeu.

Esse lamento teria sido de justiça, se fosse feito como protesto à atitude do PSD Nacional para com o PSD/Açores e neste caso concreto para com o PSD do Pico e para com o Deputado Duarte Freitas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Eu percebo porque lamentam isso!

O Orador: Para terminar Sr. Deputado Jaime Jorge, não alinhamos com este conceito de ilhas ditas “desenvolvidas”, que referencia aquelas que possuem departamentos governamentais.

O Pico tem o seu espaço de desenvolvimento. Os empresários e a economia do Pico têm dado provas da sua capacidade na promoção desse desenvolvimento. O Governo Regional tem potenciado e tem apoiado esse desenvolvimento.

O nosso papel na acção política, neste Parlamento, na Ilha do Pico e no espaço regional é reivindicar mais e melhor investimento, mais e maiores apoios ao desenvolvimento económico.

Faremos isso sempre. Estamos aqui para fazê-lo, inclusivamente com propostas de alteração, como fizemos recentemente ao Programa do Governo, e recordo que o PSD no meio do seu pacote de propostas de alteração não teve uma única, dum único cêntimo para a ilha do Pico.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

* **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção por lamentar o início da intervenção do Sr. Secretário da Presidência, que em vez de fazer a devida defesa do trabalho e da prestação política que o Governo tem feito na Ilha do Pico, começou muito mal a sua intervenção...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM).

... falando de uma matéria, que lamento que seja trazida da parte de V. Exa. a este Plenário e a esta Casa e remetendo para o canto aquilo que de essencial o senhor deveria fazer, que era a defesa do Governo em relação às suas omissões à Ilha do Pico.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Elas são simplesmente isto: remeter sistematicamente a Ilha do Pico - a segunda maior em área e a terceira ou quarta, maior em população - nos planos e orçamentos de investimento do Governo Regional dos Açores, para quinto lugar no cômputo regional. Esta é a atenção que este Governo Regional tem dado à Ilha do Pico.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Promete e não cumpre. Deixa o Pico fora das ilhas de coesão. Estuda e adia os problemas que deveriam ser estruturantes para a Ilha do Pico, como o porto comercial, como o porto da Madalena, como o centro de saúde e quando faz, faz mal, são obras muito caras e muito pouco consequentes para os picoenses.

Mas vamos a outra matéria, porque os apartes também constituem oportunidades políticas de intervenção e eles têm sido vários nesta matéria e vindo da parte do Sr. Secretário Regional da Presidência, merece aqui um esclarecimento claro e muito inequívoco da parte do PSD.

Quem escolhe os candidatos do PSD, em cada momento e para cada acto eleitoral, é o PSD.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PSD): Isso é tapar o sol com a peneira!

O Orador: São as mais diversas estruturas do partido, ao nível local e ao nível regional que fazem as suas escolhas, ao nível interno, de forma responsável, ponderada e legítima.

O PSD não comenta os candidatos doutros partidos e se fosse para comentar muito teria a dizer.

O PSD, felizmente, tem nas suas fileiras de militantes e simpatizantes gente com muito valor, quadros excelentes para candidatar a tudo o quanto quer que seja um acto eleitoral.

Não recorre a gente que vem doutros partidos, baldeada por qualquer frustração pessoal ou descontentamento, por não terem conseguido os seus objectivos pessoais e o PS acolhe-os no seu seio e transforma-os em candidatos próprios a vários órgãos, nomeadamente em autarcas.

O PSD não tem necessidade de fazer isso e portanto demarca-se de longe dessa postura política e partidária.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O Dr. Duarte Freitas, para que fique muito claro, é um dos quadros jovens do PSD Açores, com maior capital político na actualidade.

Deputado José San-Bento (PSD): Pode constituir uma ameaça!

O Orador: Pois, o vosso problema é esse, é que ele pode constituir uma ameaça para os senhores. Isso é que os preocupa.

(Aplausos dos Deputados da bancadas do PSD)

Sendo um dos nossos melhores quadros políticos e dos maiores valores que a Região tem neste momento na sua política regional activa, o PSD não enjeita, nem seria normal nem recomendável, pessoas com capital político tão importante como o Dr. Duarte Freitas, seja na Região seja fora desta.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O Dr. Duarte Freitas ao longo da sua curta, mas brilhante carreira política, tem servido muito bem os interesses da Região, seja na Região ou fora dela, nomeadamente na Europa, onde se transformou na voz dos Açores mais importante, no Parlamento Europeu.

Os senhores estão verdadeiramente preocupados, mas essa preocupação deve-se com o eventual regresso do Deputado Duarte Freitas à Região e de poder vir a causar “alguma pedra no sapato” na política regional dos socialistas.

Portanto, da nossa parte deixamos esta situação muita clara, muito limpinha, porque quem escolhe em cada momento os candidatos do PSD aos mais diversos órgãos e aos mais diversos actos eleitorais é o PSD de forma ponderada, responsável e legítima, internamente.

Mas vamos ao que interessa nesta matéria, que foi a intervenção do Deputado Jaime Jorge nesta Casa.

O Deputado Jaime Jorge trouxe a esta Casa, mais uma vez, uma matéria importantíssima para a Ilha do Pico que é o aeroporto do Pico. Foi efectivamente a obra mais emblemática que o Governo Socialista, em 12 anos, realizou na Ilha do Pico, devo afirmá-lo aqui mais uma vez, já o afirmei e já elogiei publicamente.

Agora, não se transformou na obra mais importante e mais estruturante da Ilha, como deveria ter sido e aqui é que falhou no seu objectivo.

Houve falta de estratégia e houve falta de vontade política.

Deputado Helder Silva (PS): Vê-se na paisagem da vinha e nas estradas!

O Orador: Sr. Deputado Helder Silva não se meta em áreas que não conhece.

Eu gostaria de retomar uma ideia que ontem aqui foi lançada pelo Sr. Secretário Regional da Economia, quando fez a defesa da questão do transporte marítimo de passageiros em que ele, habilmente, pegou na questão - e eu vou tomá-la também - para o caso do aeroporto do Pico.

O senhor falou de instrumentos e de objectivos. Foi inteligente, tenho que o reconhecer, em abordar dessa forma. Agora, pegue também no aeroporto do Pico doutra forma e vou ajudá-lo. O aeroporto do Pico é um instrumento para se criar maior desenvolvimento e progresso aos picoenses e à Ilha do Pico. O objectivo é servir os picoenses. Eu diria que o Senhor fez o instrumento mas falhou redondamente no objectivo, pelo menos até a esta data e 4 anos depois da inauguração os senhores falharam.

O caso do aeroporto do Pico é como se o Governo tivesse oferecido um “roll royce” a uma família que não tem dinheiro para comprara o combustível para o carro andar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O aeroporto está lá, mas não serve como deveria servir os picoenses na economia da Ilha. É isso que o Senhor tem de reconhecer que falhou no objectivo, embora tenha cumprido na parte instrumental.

Para já, ficar-me-ia por aqui, porque penso que já ultrapassei, largamente os meus três minutos.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, eu ouvi atentamente a sua intervenção e deixe-me que lhe diga, para que fique muito claro - porque da minha parte não há hipocrisia sobre estas matérias ou outras quaisquer – que eu não tenho pena nenhuma, absolutamente nenhuma, da saída do Eurodeputado Duarte Freitas. Não tenho mesmo nenhuma! É bom que isto fique claro.

Agora, tenho pena que ele o venha substituir e que o Sr. Deputado tenha sido sujeito a uma enorme desconsideração, como foi, pela sua líder regional, ao dizer que ele vinha reforçar o Grupo Parlamentar. Foi uma desconsideração pela sua pessoa, que como excelente Deputado que é, não merece.

Voices dos Deputados das bancadas do PS e Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

O Orador: Tendo em conta a sua intervenção, devo dizer-lhe que, atendendo às circunstâncias do momento político, compreendo perfeitamente o seu balanço, tendo em conta o ano e o momento político que estamos a viver, com eleições autárquicas, com as tomadas de posição do Conselho de Ilha de maioria PSD, aliás democráticas e isso não contesto.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Presidido por um socialista coordenador do PS, na Ilha do Pico!

O Orador: Relativamente às questões de que falou, portos, aeroportos, escolas, etc., essas questões ficaram aqui perfeitamente discutidas aquando do Plano e Orçamento, quer no que diz respeito à Escola da Lajes, quer no que diz respeito à escola da ponta da ilha, de resto basta ver na comunicação social o esclarecimento da Senhora Presidente da Câmara Municipal da Lajes, que está lá feito com toda a correcção.

Relativamente ao porto da Madalena ficou aqui perfeitamente claro o procedimento que se iria tomar em relação a essa obra e foi explicado pelo Sr. Secretário da Economia.

Em relação ao porto de S. Roque, os nossos compromissos são cumpridos até ao final da legislatura, como sempre foram e como se verificaram, no resultado no Pico nas últimas eleições regionais e daí ter alguma piada o aferir-se ao capital político de algumas pessoas que nem na sua rua ganharam eleições.

Há uma questão que releva em toda esta discussão e que é importante para o Pico, que é a questão das ligações aéreas e também nesta matéria, como em todas as outras não há da minha parte qualquer tipo de hipocrisia.

Nós temos um excelente aeroporto, mas também queremos mais voos. Nisso não há a mínima dúvida, mas queremos todos. Querem os Senhores, queremos nós e quer o Governo.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E o que é que o senhor tem feito para conseguir isso junto do Governo?!

O Orador: Queremos também ver a SATA mais envolvida nisto, uma vez que até tínhamos indicações da legislatura passada e doutros membros do Governo, que se a TAP não fizesse um segundo voo, a SATA faria.

Portanto, temos que assumir todas essas responsabilidades. Não há procura dum voo semanal, nem nunca houve. Essa procura acontecia no tempo em que, por exemplo, houve o primeiro voo para a Horta e em que a alternativa era ir de navio. Agora a situação não é assim.

Portanto, queremos mais e melhores voos, queremos um serviço directo. Temos o problema dos combustíveis solucionado, queremos um serviço directo sem passagem por qualquer outra ilha, porque isso tanto nos penaliza a nós como a outra ilha.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O Senhor já disse isso ao Secretário da Economia?!

O Orador: Mas não tenham dúvidas, vai ser pela nossa mão que isso irá chegar, como chegou o primeiro voo, como chegou o aeroporto, que os Senhores ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os Senhores não! Nós!

O Orador: ... não me refiro aos dois Deputados do PSD do Pico aqui presentes, mas os Senhores do PSD que na altura assumiram posição contra essa obra.

(Apartes inaudíveis do Deputado Jaime Jorge).

Eu estou a ser claro Sr. Deputado Jaime Jorge, muito claro.

Foi pela nossa mão que chegou o aeroporto, foi pela nossa mão que chegou a *gateway* e o primeiro voo e irá ser pela nossa mão que irão chegar mais voos.

Aliás, os picoenses não têm nenhuma dúvida relativamente a isso e manifestaram claramente nas últimas eleições regionais.

Eu compreendo a oportunidade de fazer este balanço, atendendo ao momento político, e ao tempo que ainda previsivelmente irá cá estar, que não é muito, mas o balanço tem de ser feito no final da legislatura e cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades, como sempre o fizemos, e para novamente termos o apoio dos picoenses.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vai ser fácil juntar aqui todas estas questões soltas que os meus colegas que me antecederam ajudaram a responder.

Eu começaria por si, Sr. Secretário Regional da Presidência, já que foi o primeiro que tomou a iniciativa de intervir neste debate, para lhe dizer que eu não estava a perceber qual era a sua confusão, no início deste debate, mas quando o vi confundir a questão da nomeação dum membro, indicado pelo PSD regional, às listas das europeias, com discriminação sexual, fiquei a perceber a confusão que vai na sua cabeça.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é má fé!

O Orador: Fiquei de facto a compreender que um exercício de imaginação desta natureza só poderia advir duma cabeça confusa e conturbada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu gostaria de dizer, Sr. Secretário, que nesta matéria, e para que fique bem claro, o PSD é um partido diferente do PS.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Porquê? Porque os lugares não interessam. Não estamos aqui pelos lugares, nem para o nosso benefício pessoal. Estamos aqui para defender causas, em determinadas circunstâncias...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM).

Deputado Clélio Meneses (PSD): Vocês olham para os cargos e para os lugares. Nós olhamos para os benefícios às pessoas!

O Orador: O PSD está aqui para prestar, cada vez mais, um melhor serviço à sua ilha, à ilha de cada um e nós, à nossa Região e para essas circunstâncias escolhe quem se afigura melhor para desempenhar essas tarefas, em cada momento.

Portanto eu gostaria ainda de dizer - respondendo também a dois ou três apartes e comentários, que só posso classificar de deselegantes e que fomos ouvindo ao longo do debate - que primeiro do que tudo, todos nós vamos sair de cena um dia...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Senhor não escolheu sair!

O Orador: ... e o que é importante não é a forma como entramos na cena, mas sim a forma como saímos, a forma como nós escolhemos sair.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM).

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sair é uma coisa, sair obrigado é outra!

Deputada Carla Bretão (PSD): Consciência de dever cumprido, acima de tudo!

O Orador: Repito, todos temos de sair de cena um dia, uns conseguem estar mais tempo, outros não, tal como na vida. Sair é tal como o destino. Agora, nem todos na altura de sair sabem comportar-se.

Eu vou tentar sair com a dignidade que sempre demonstrei nesta Casa.

O Dr. Duarte Freitas, o ainda Eurodeputado Duarte Freitas, ainda não saiu de cena. É importante registar aqui, se me permitem, que para quem durante 5 anos criticou o seu papel na Europa, agora são só elogios. Desde que este episódio se iniciou são só elogios, mas no fundo quem o elogia agora, não deixou de durante cinco anos criticar o seu trabalho que hoje é reconhecido com muito mérito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para concluir este episódio das listas europeias, eu gostaria de dizer uma coisa.

Neste processo – eu acredito nisto que vou dizer Sr. Deputado Lizuarte Machado – penso que ficará prejudicado os Açores.

Eventualmente, o PSD regional, poderá ter outra “ferida”, mas vai saber erguer-se com elevação e com qualidade neste processo, mas uma coisa é certa, eu acredito que o Grupo Parlamentar do PSD, ganha qualidade com a troca. Agora, não posso deixar de agradecer o elogio que o Senhor me fez. O senhor foi um cavalheiro, na forma com se dirigiu a mim neste processo. Eu agradeço reconhecidamente, a forma habilidosa e diplomática com que, no meio da sua crítica a todo o processo, acabou por me elogiar.

Deputado José San-Bento (PS): E sincera!

O Orador: Gostaria de realçar ainda, Sr. Deputado Lizuarte Machado, que pelos vistos, relativamente ao aeroporto, todos queremos o mesmo para a Ilha do Pico, o queremos é uma infra-estrutura que trabalhe e que potencie a economia daquela ilha e que até hoje ainda não se viu.

Aplaudo que o Senhor esteja do mesmo lado da barricada que eu.

O que peço é que nos empenhemos todos para concretizar esse desígnio, pois os Senhores Deputados da Ilha do Pico, do PS, têm, obviamente, muitas mais condições e proximidade com o Governo, para exercer a sua magistratura de influência, junto dos decisores.

Nesta matéria, os Deputados do PSD, do Pico, não têm qualquer tipo de embaraço, de quem será o partido que vai resolver o problema dos voos. Quanto mais depressa ele

for revolvido, tanto melhor para aquela ilha, para a sua economia e para o seu desenvolvimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Para terminar, e voltando ao debate do Sr. Secretário Regional da Presidência, sobre aquela questão que segundo o Sr. Secretário ficou mal esclarecida, dos critérios de distribuição das verbas no Plano, quero dizer-lhe que na minha cabeça não há confusão nenhuma. De facto, os vossos principais critérios de distribuição das verbas do Plano, e são critérios altamente discutíveis para o PSD, são a área e a população.

Retire desta equação a Ilha do Pico e veja se a distribuição para as outras ilhas, não bate certo com este critério.

Este é um critério condenado. O que nós queremos é mais investimento qualitativo e não quantitativo, como é aquele que marca a vossa política de desenvolvimento para a Região.

Façam esse exercício, por favor. Não há aqui nenhuma confusão! Nenhuma!

S. Miguel é a maior ilha dos Açores, com mais habitantes e tem a maior taxa de investimento.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: O Pico é a única excepção que confirma esta regra.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que aquilo que se está a passar aqui é perfeitamente confrangedor.

Deputado José San-Bento (PS): É! É!

O Orador: Os Senhores não conseguem disfarçar e continuam iguais a si mesmos.

Deputado José San-Bento (PS): Disfarce o Senhor!

O Orador: Quando aqui são trazidas questões que preocupam os açorianos de uma ilha, os Senhores tentam “chutar para canto” e tentam fazer distrair as atenções,

optando por risos que são perfeitamente deploráveis e tentam apontar uma situação que teoricamente muito nos penalizaria.

Nós somos diferentes! Nós somos completamente diferentes dos Senhores!

Não andamos a pôr a cabeça no ombro, a ver se ficamos na fotografia, para ver se alguém, com mais poder dentro do partido, nos dá mais um lugarzinho para podemos subir mais na escala socialista do poder.

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não somos efectivamente assim!

É certo que estamos habituados. Esses risos deploráveis só traduzem a brincadeira em que os Senhores querem transformar a política. Depois as afirmações do Sr. Secretário Regional da Presidência, são perfeitamente confrangedoras.

Nós podíamos ter trazido aqui, a esta Casa, episódios menos interessantes que se passam com o Partido Socialista e que se passam, por exemplo, com a substituição pelo Sr. Deputado Luís Paulo Alves relativamente a um Eurodeputado, que a estrutura nacional não aceitou, ou podíamos ter falado da extraordinária substituição que ocorreu na Câmara da Povoação, em que internamente, militantes e partidários, acabaram por levar a que, o tão badalado candidato do PS, à última da hora, dissesse que não porque o outro era melhor.

Não o fazemos. Não o fazemos porque não nos preocupamos com os lugares distribuídos por esta ou aquela pessoa. Aquilo que defendemos é os Açores e os açorianos e defendemos nos sítios e nos fóruns existentes.

A dignidade deste Parlamento é tanta, ou ainda maior, do que a do Parlamento Europeu, do que a da Assembleia da República, do que a de uma qualquer autarquia, ou a de qualquer outro fórum de intervenção política. Todas têm a mesma dignidade e provavelmente esta aqui é aquela que até nos interessa valorizar mais.

O Sr. Deputado Jaime Jorge, que tem tido uma intervenção a favor dos Açores e dos açorianos, irá continuar a tê-la num outro fórum qualquer; o Sr. Dr. Duarte Freitas, que prestou um serviço aos Açores, incalculável, na sua actuação enquanto Deputado ao Parlamento Europeu, vai continuar a dar o seu contributo para os Açores, noutros fóruns. Serão sempre bem-vindos e ambos vão continuar o trabalho do PSD a favor dos Açores e dos açorianos, independentemente do lugar onde estejam.

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem direitos de autor, Sr. Deputado!

O Orador: Efectivamente, quer os Senhores queiram, quer não, nós somos diferentes dos Senhores. Aquilo que nos motiva é os Açores e os açorianos. É isso que nos dá convicção para aquilo que fazemos. Não são os lugares que, episodicamente temos neste ou naquele momento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem! É diferente!

O Orador: Os lugares são episódicos, aquilo que nos move é a defesa dos Açores e dos açorianos e fazê-mo-lo nos sítios em que nesta ou naquela circunstância se revelarem os mais adequados.

Não temos problema nenhum em prescindir dos nossos lugares, ao contrário dos Senhores.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate ficou praticamente resumido à retirada ou não, do Deputado Duarte Freitas na lista do Parlamento Europeu.

Sobre isso queria apenas fazer uma referência muito breve.

Reconhecendo o trabalho do Deputado Duarte Freitas, eu não posso deixar de dizer e lembrar, que o Deputado Duarte Freitas foi eleito por uma coligação PSD/CDS e lamento que durante os quatro anos se tenha esquecido disso. Lamento profundamente, pois foi eleito por uma coligação PSD/CDS e assumiu-se apenas e só, com partidarite pura pelo PSD.

As questões internas da vitória ou da não vitória, já não são contas do meu rosário, talvez sejam do Deputado Pedro Gomes.

Vamos ao Pico, que é o que interessa.

Eu queria dizer aos Senhores Deputados do Partido Socialista que já é tempo de acabar com um argumento recorrente que os senhores usam e não vos fica bem, e que é o argumento que estes senhores usaram durante 20 anos enquanto estiveram no poder, que é o seguinte: o povo deu-nos maioria outra vez! O povo confiou em nós outra vez!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E é verdade!

O Orador: Mas os Senhores condenavam, Sr. Deputado Hernâni Jorge e agora sublimam esse argumento. Não vos fica bem! Usem o argumento pela positiva! Pela vossa diferenciação!

Agora, ao dizerem “o povo deu-nos maioria!” é um argumento repetitivo, não faz diferença em relação àquele que aqueles senhores usavam e os senhores tanto criticavam no passado.

O que se verifica é que neste Parlamento a entrada de gente nova não trouxe nenhuma inovação, antes pelo contrário, veio trazer argumentos repetitivos e gastos.

Relativamente às acessibilidades o Pico está prejudicado, porque não há nos Açores uma verdadeira política de transportes aéreos e isto tem de ser aqui dito e ficar bem claro.

Eu disse aqui que os senhores estavam a chamar gateway a uma coisa que nunca seria uma *gateway*, eu até apelidei-a aqui de *window-way*. É isso que se passa no Pico. Os picoenses têm apenas uma janela de oportunidade de saírem uma vez por semana da sua terra. Mas o mais grave é que os senhores sabiam que isso ia ser assim. Os senhores sabiam qual ia ser o resultado, porque houve estudos que foram feitos e os Srs. tinham-nos. Sabiam e sabem que nunca poderá ser doutra maneira a não ser que haja uma mudança na estratégia da política aérea dos Açores, que os senhores não querem fazer.

Quanto ao parque de combustíveis, era para ficar a funcionar em Julho, de 2008. Foi garantido aqui pelo Sr. Secretário da Economia, Duarte Ponte.

Não ficou a funcionar, continua a não funcionar e continuará a não funcionar, porque os senhores não querem que o parque de combustíveis funcione. Não querem, pela estratégia de transporte aérea para os Açores.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Não querem porque sabem que vão ter que mudar as regras e estão a prejudicar o Pico e a Terceira.

Estão a ceder aos interesses da TAP e da SATA.

Deputado Francisco César (PS): Porquê?

O Orador: Sr. Deputado é muito simples. Quando tiver capacidade de abastecer o avião, começa a não haver justificação para não fazer mais voos. A justificação é essa.

Quando os senhores não tiverem taxa de ocupação, vão ter que explicar como é que vão fazer o voo, à TAP e à SATA, às quais os Senhores são submissos.

Portanto, ou há serviço público e estabelece-se como é que é feito, ou não há serviço público. São essas dificuldades que os Senhores vão atirando para o futuro, mas já tem história no passado.

É isso que temos que definir.

Eu já sei no que é que isso vai dar e daqui a alguns meses quando vierem as novas maravilhas da SATA, nós iremos perceber mais alguma coisa e o Sr. Deputado dar-me-á razão, quando vierem os Dash 400.

O aeroporto ainda não está a funcionar como aeroporto, aquilo é um aeródromo, entenda-se. Uma belíssima estrutura, vai ter agora o ILS, coisa que a Horta não tem, nem nunca irá ter e os Senhores não explicam porquê

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O Senhor sabe!

O Orador: Eu quero é que o Senhor explique. Quero que explique e assuma. Eu sei porquê, é verdade! Os Senhores também sabem, mas não assumem!

Portanto o Pico nessa matéria e a Terceira continuam prejudicados, em termos de transportes aéreos, por culpa única e exclusiva do PS.

O Pico tem mais problemas: tem o problema da água, continua por resolver; tem o problema do matadouro, e por aí fora.

Vou ficar por aqui e apenas quero reafirmar que nos transportes aéreos continuamos a ter uma janela de saída e não uma porta e quando os picoenses tiverem uma porta, será naturalmente uma porta pequena.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados atingimos as 13 horas, vamos terminar o debate por aqui.

Retomamos às 15 horas com a nossa agenda.

Bom almoço.

(Eram 13 horas).

Srs. Deputados agradeça que reocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos).

(O Sr. Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Vamos continuar na nossa agenda. Ontem concluímos o primeiro ponto da mesma. Passamos ao ponto 2, que se trata do Projecto de Resolução e cito **“Condenando a utilização do espaço aéreo e território da Região Autónoma dos Açores para o transporte de prisioneiros detidos à margem do direito internacional e recomendando ao Governo que, no âmbito da Comissão Bilateral Permanente prevista no Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América expresse esta condenação e desenvolva os esforços necessários no sentido de cessarem de imediato tais transportes”**, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Seguiremos os artigos 92º. e seguintes do nosso Regimento.

Para apresentação do Projecto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sami Muhideen.

Binyam Mohamed.

Moazzam Begg.

Shafiq Rasul.

Asif Iqbal.

Said Farhi.

Shaker Aamer.

Tarek Dergoul.

Ahmed Errachidi.

Abdenmour Sameur.

Ainda não comecei as aulas de árabe, mas prometo que para a próxima será melhor.

Numa situação normal, estes nomes, estranhos e difíceis de pronunciar, nada teriam a ver com a Região Autónoma dos Açores e, como tal, nada nos diriam.

Numa situação normal, talvez alguns destes homens viessem visitar o nosso arquipélago e desfrutar da nossa hospitalidade.

Numa situação normal certamente que os açorianos os receberiam bem, aliás como é nosso timbre.

Mas não foi isso o que lhes sucedeu nem é por isso que os menciono. Todos eles passaram, de facto, pelos Açores, mas não por sua vontade. Bem pelo contrário.

Citei os seus nomes porque estes são apenas dez dos cerca de setecentos e vinte e oito prisioneiros (repito: SETECENTOS E VINTE E OITO PRISIONEIROS) que foram ilegalmente transportados para a prisão de Guantanamo através do território e espaço aéreo açorianos, entre Janeiro de 2002 e Maio de 2006.

E não são apenas nomes, Senhores Deputados. São muito mais do que nomes. São pessoas reais. Homens de diversos países que se viram subitamente raptados das suas casas, aprisionados em calabouços secretos, sem qualquer contacto com o exterior, sem qualquer acusação formada e à margem de qualquer processo judicial.

Pessoas reais que foram cobardemente torturadas das formas mais desumanas, que foram desde a privação sensorial, à privação do sono, aos espancamentos constantes, ao afogamento simulado e, mesmo, até às mutilações genitais do mais primitivo barbarismo.

Não, senhores Deputados. Não são apenas nomes. Muito mais do que nomes, são símbolos. Símbolos da opressão e violência da máquina de guerra imperial que

procurava impor o seu jugo aos povos do mundo. Não hesitando em rasgar tratados, ignorar com soberba toda a legislação internacional e, mesmo, cometendo os mais hediondos crimes contra a dignidade da pessoa humana e os seus direitos fundamentais. Direitos que afirmava defender!

Estes nomes são símbolos de todas as vítimas da política da administração norte-americana que, após os dramáticos eventos do 11 de Setembro, se dedicou à promoção sistemática da guerra, à exportação da violência, à promoção do medo global, porque servia os seus verdadeiros objectivos de domínio e de rapina.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentamos este Projecto de Resolução para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em fidelidade aos princípios que a norteiam, assuma um posicionamento político claro de condenação destas práticas e transmita um sinal positivo à nova administração Norte-americana, no seu esforço de se distanciar das actuações promovidas pela anterior administração, presidida pelo malfadado, George W. Bush.

Trazemos hoje estas questões não de forma extemporânea, nem gratuita, nem demagógica.

A nossa discussão não é extemporânea porque embora estes factos se tenham passado há alguns anos, a dimensão dos crimes cometidos não fazem prescrever a necessária atribuição de responsabilidades, nem isentam esta Assembleia do seu dever de tomar posição perante este assunto. Lamentamos, sim, que nenhuma das forças aqui representadas no mandato anterior tenha tido a coragem política de discutir este assunto.

As recentes e bem-vindas mudanças na administração Norte-americana mais reforçam a necessidade de assumirmos este posicionamento político de condenação das práticas bárbaras e ilegais da Administração Bush. Este é o sinal positivo que os Açores devem transmitir ao Presidente Obama. Este é o momento correcto de o fazer, também para garantir que o território da Região não voltará a ser utilizado desta forma, para estes fins.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que trazemos não é gratuita porque os indícios que a fundamentam são reais e não podem ser negados. Ao contrário do que diz o Senhor Presidente do Governo Regional, não se trata de uma questão de fé!

Entre muitas outras informações que têm vindo a público, ganha destaque o Relatório da ONG inglesa, Reprieve. Trata-se de uma conceituada organização que reúne advogados de diversos países na defesa dos direitos humanos e representa, mesmo vários dos detidos em Guantanamo.

Neste Relatório, é feita comparação entre dados oficiais fornecidos directamente pelo Gabinete do Primeiro-Ministro José Sócrates sobre registos de voos no espaço aéreo açoriano e dados, igualmente oficiais, sobre as datas de admissão de prisioneiros na prisão de Guantanamo. Esta comparação torna clara e incontestável a utilização do nosso espaço aéreo para estes transportes.

O facto é que os esforços conjugados do PS, PSD e CDS-PP não conseguiram abafar o assunto, nem apagar as evidências da vergonhosa cumplicidade e subserviência que os governos destes partidos e por eles apoiados, demonstraram nesta questão.

Repito: Não se trata de uma questão de fé. Trata-se de uma questão de evidências sérias de que não temos o direito de nos alhear. Pela nossa parte, não faremos. Quem quiser fechar os olhos e enterrar a cabeça na areia será livre de continuar a fazê-lo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que trazemos aqui hoje não é, por fim, demagógica porque não procura confundir as coisas.

Naturalmente que não compete à Região fiscalizar ou gerir a utilização do espaço aéreo, nem terá tido o Governo Regional qualquer intervenção nesta matéria. Assim estamos em crer. E aqui sim, é uma questão de fé.

É óbvio que não é esta Assembleia que tem competência para ajuizar sobre a veracidade destes factos, nem para atribuir culpas e responsabilidades aos autores destes crimes e aos seus cúmplices. Esta tarefa está, aliás, presentemente cometida ao Procurador-geral da República, que oportunamente trará a público as suas conclusões.

Mas é igualmente verdade que esta é uma questão demasiado grave para que o Poder Regional se possa alhear dela.

Trata-se aqui também de um assunto que diz respeito ao cerne dos valores políticos da nossa Autonomia.

Somos ou não representantes eleitos do Povo Açoriano, e como tal legitimados para ajuizar sobre tudo o que diga respeito à nossa Região?

Temos ou não maioria política para nos assumirmos como a Casa da Autonomia, ou preferimos ser apenas o pequeno palco das operetas da politiquice regional?

Pela nossa parte, o mandato que nos foi conferido pelos açorianos obriga-nos a querer discutir, com serenidade e lucidez, este, como outros assuntos que concernem à nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem, ou não, esta Região um representante na Comissão Bilateral do Acordo de Cooperação e Defesa? E para quê? Qual é o seu papel? Qual é a sua utilidade?

Estará lá apenas para acenar obedientemente com a cabeça, de cada vez que o Comando Americano pretende manter os trabalhadores da Base em situações de continuada precariedade laboral, à margem da legislação portuguesa?

Estará lá apenas para aceitar, sem queixas nem contrapartidas, a instalação de mais valências na Base das Lajes sem que os seus impactos, riscos e problemas sejam devidamente medidos?

Estará lá apenas para guardar respeitoso silêncio perante assuntos que possam ser incómodos para com o parceiro negocial?

Não, Senhores Deputados! Não é certamente para isso que a Região tem assento nesta comissão!

Temos um representante na Comissão Bilateral para aí expressarmos as nossas opiniões e discutirmos os problemas relacionados com o Acordo e desta forma cimentarmos uma antiga e profícua relação de pareceria, construída em moldes de respeito mútuo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouviremos hoje, certamente, durante este debate, a estafada cassette acusando o PCP de anti-americanismo e de não valorizar os antigos laços...

(Risos do Deputado Artur Lima).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Senhor utilizará a sua cassette!

O Orador: O Sr. Deputado depois utilizará a sua cassette, mas para já não utilize esta.

...que unem a Região Autónoma dos Açores e os Estados Unidos da América.

Esta acusação oca e esgotada é característica dos que não conseguem compreender que os laços de amizade só podem existir quando assentes em sólidas bases de respeito mútuo. Revela da atitude pusilânime dos que julgam que apenas pela submissão e humilde subserviência poderão obter a amizade dos poderosos.

Essa velha mentira, como tantas outras sobre o PCP, apesar de tantas vezes repetida, nunca se tornou verdade. Não, Senhores Deputados! Não somos anti-americanos. O que somos, certamente, é pró-açorianos!

Por sermos pró-açorianos é que assumimos a dignidade do nosso povo e recusamos o seu aviltamento.

Por sermos pró-açorianos é que preferimos a coragem da crítica frontal ao silêncio amargurado dos derrotados.

Por sermos pró-açorianos é que pensamos que as relações de amizade entre os povos se fazem de cabeça erguida e não de joelho em terra!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que pretendemos com esta proposta é que a Assembleia Legislativa assuma um posicionamento político, no campo dos princípios, afirmando os valores que norteiam a nossa Região de paz e cooperação entre os povos e, sobretudo, de defesa intransigente dos Direitos Humanos. Este é a mensagem que importam transmitir aos açorianos e ao mundo.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Já tenho inscritos os Srs. Deputados, José San-Bento, Artur Lima, Pedro Gomes, José Cascalho, Paulo Estevão e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Shalom, Sr. Deputado Aníbal Pires!

A sua intervenção, extravasou, claramente, a Proposta de Resolução, que estamos a apreciar e tem um risco. O risco de nós divagarmos e de darmos azo a que neste debate, que seria certamente estimulante, contrapor a desobriga que o Sr. teve que fazer aqui em nome do Comité Central do seu partido.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Eu gostaria de referir que o PS, abordando este tema com o rigor e a importância que ele merece, é contra, claramente contra, essa Projecto de Resolução e isso ficou muito claro na Comissão.

Mas antes de analisar propriamente a Resolução, que em bom rigor não tem assim tanto que se diga, eu gostaria de referir alguns aspectos prévios.

Em primeiro lugar gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Aníbal Pires e todos os Deputados desta Assembleia que o PS não transige um milímetro na defesa intransigente dos Açores, da nossa autonomia e da dignidade do nosso povo e das nossas ilhas, seja contra os interesses que forem.

Em segundo lugar, gostaria de referir, que não há nenhum dado objectivo, de foro jurídico, que permita sustentar a afirmação de que o espaço aéreo ou o território da Região, foram lesados em sobrevoo ou em escala técnica, com os voos de transporte de quaisquer prisioneiros, para a Base Norte Americana de Guantanamo, sediada em Cuba. Afirmar o contrário é uma irresponsabilidade.

Em terceiro lugar, gostaria de registar a passagem dos primeiros cem dias, da administração Obama, na Casa Branca e aproveitar o momento para afirmar de forma clara e inequívoca que em todos os domínios essenciais para o mundo, para a Europa, para o nosso país e para os Açores, as posições americanas evoluíram, no bom sentido.

Destaco, precisamente, o compromisso de renunciar a métodos violentos de interrogação de prisioneiros de guerra, chegando-se mesmo ao ponto de julgar os que legitimaram a tortura e o recurso a esses métodos para o interrogatório de prisioneiros. A este propósito eu gostaria de oferecer ao Sr. Deputado Aníbal Pires, um editorial, não é de um jornal americano, para o Senhor não ficar impressionado, também não consegui arranjar uma versão do Pravda, mas tenho aqui um editorial de hoje do jornal “El País” que refere precisamente o esforço pessoal do Presidente Norte-Americano, de acabar de uma vez por todos, com métodos que ele não concorda e que inclusivamente são contrários aos valores comuns que, a nossa democracia e o nosso País, têm com os Estados Unidos, inspirados também na Constituição Americana.

Portanto convém salientar que neste quadro os Açores, podem e devem, dar um sinal ao País e ao mundo, Sr. Deputado Aníbal Pires, de que reconhecem a viragem nas relações transatlânticas e que devem estar preparados para assumir as nossas responsabilidades, numa aliança renovada, vital para a segurança do mundo - que o Senhor não compreende! - essencial para vencer o fanatismo – que o Senhor não aceita! – e crucial para afirmar a nossa partilha de valores e de princípios comuns que evidentemente o Senhor não partilha também.

Mais não seja, do que por este último aspecto, a sua iniciativa tem de facto um enorme mérito, isso o PS reconhece. O seu chumbo permite a este Parlamento afirmar e evidenciar esse importante sinal.

Porquanto, dito isto, e quanto à proposta, numa forma muito sintética, o que poderei dizer é que estamos perante um conjunto de considerandos imprecisos e até contraditórios e que constituem um processo de intenção irrealista e muito pouco prudente.

A obra também se reveste, do inevitável, anti-americanismo, como seria de esperar, na forma tentada, de uma ironia desinspirada, mas não deixa de ter essa componente.

Quanto, às recomendações propriamente ditas, são simples, e são basicamente as seguintes: a primeira, propõe que esta Assembleia assuma como provado a ocorrência de factos, lesivos dos nossos interesses, que nenhum tribunal provou, utilizando a linguagem popular “que enfie o chapéu até aos pés”; a segunda, recomenda que disso

se dê conta aos norte-americanos, utilizando para isso a Comissão Bilateral, criada no âmbito do acordo das Lajes.

Em síntese, é isso. Portanto perante esses enquadramento e perante essa proposta, o PS, tal como afirmou na Comissão, de uma forma clara, vota contra, não está a favor e por isso chumbará este projecto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero lamentar que o Sr. Deputado Aníbal Pires, do PCP, tenha trazido a esta casa este tema, quando o seu partido se inibiu, ou nunca o apresentou no local próprio, que é a Assembleia da República e o Governo da República, que têm competência nessa matéria.

O Sr. Deputado Aníbal, não sendo religioso, ao que sei, parece que acredita na história dos “Três Pastorinhos”. Realmente anda a ver sombras na Base das Lajes.

Para que fique bem claro, nós não recebemos lições ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem muita lição a aprender do PCP!

O Orador: ... nem de S. Ex^a. e muito menos do Partido Comunista. Não recebemos lições, nem suas, nem do totalitarista Partido Comunista Português.

Nós não aceitamos lições da sua parte no que diz respeito à defesa dos direitos humanos. Está a ouvir o que eu lhe estou a dizer?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá se arranja outro argumento!

O Orador: Não aceitamos porque o Senhor não tem moral para isso, nem sequer o seu partido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é uma cassette!

O Orador: Isto não é uma cassette! É um disco duro! É um disco duro para o Senhor ouvir aqui hoje e ver que não trouxe nada de inovador a este Parlamento! Não basta ter o descaramento de vir aqui apresentar algumas coisas! Vai ouvir o que quer e o que não quer!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já ninguém vai nessa conversa! Não é descaramento, é um direito!

O Orador: Já agora vou lembrar-lhe um voto de congratulação que foi apresentado na Assembleia da República, pelo CDS/PP, que dizia o seguinte: “A Assembleia da República, considera particularmente relevante, o anúncio do cumprimento da promessa de encerrar a prisão do Guantanamo – aliás comum aos dois candidatos americanos – por entender que a tortura não tem lugar na aplicação do direito em sociedades democráticas, mas também por requerer a suspensão, por quatro meses, de todos os processos em curso contra presos de Guantanamo nos Tribunais Especiais Militares, aquando da tomada de posse de Barack Obama”.

Está aqui condenado Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer branquear aqui hoje os actos da administração pública!

O Orador: Ouça Sr. Deputado!

O voto foi aprovado na Assembleia da República pelo PS, PSD, CDS/PP e BE. Qual é o partido que falta aqui? É o seu, que não aprovou esse voto, e o senhor vem para aqui fazer demagogia, que não fez no local próprio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O mestre da demagogia é o Senhor! Aliás estamos todos a aprender consigo!

O Orador: É hipocrisia pura, o que o senhor traz aqui, com esse Projecto de Resolução, com a sua cassete anti-americana.

Sem provas nenhuma, vem para aqui fazer aquilo que na Assembleia da República, no local próprio, o seu partido se recusou a fazer e que o seu partido não aprovou.

Agora permita-me que lhe faça um plágio:

China! Conhece o país?

Chen Guang Cheng

Age: 35

Human’s Rights Defender – um defensor dos direitos humanos, preso e torturado na China. Qual é o regime que está em vigor na China, Sr. Deputado? Comunista, não é?

Vamos a outro.

Jorge Luís Garcia Pérez

Iris Tamara Aguilera

Carlos Rodriguez

Dionísio Pérez

Cuba! Presos! Apenas por terem uma opinião diferente da do regimento comunista dominante, Sr. Deputado.

Mas tem mais: Zen Jinyan cego, preso, sem assistência médica, recusada assistência médica diária, torturado sofredor.

Tem mais aqui da China: tem um crime, é um defensor dos direitos humanos, está preso na China.

Eu ficava, hoje, amanhã, uma semana a ler os nomes dos milhares de prisioneiros da China e da Coreia do Norte.

Mas tenho mais para lhe dizer, Sr. Deputado. O Sr. falou no Guantanamo. Nós condenamos o Guantanamo, já o fizemos.

Olhe bem para aqui! Veja! São os gulags russos, onde tem milhares de prisioneiros. Milhares! Olhe para o mapa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, a câmara da televisão está ali!

Faça favor! Tem direito ao seu número de circo!

O Orador: Posso mostrar à câmara. Está aqui, os gulags russos, Sr. Deputado, onde são assassinadas pessoas e torturadas.

O Sr. vai ouvir o disco duro que lhe custa ouvir Sr. Deputado.

“O gulag, um símbolo da repressão da ditadura de Estaline. Embora muitas vezes comparado aos campos de concentração nazistas, os motivos que presidiram à construção de ambos, são bastante diferentes: para os gulags, as motivações eram tanto a punição por crimes comuns, como também aos adversários políticos do estalinismo, enquanto para aos campos de concentração...”.

Lá estima-se que foram assassinados cerca de 60 milhões de pessoas, Sr. Deputado. Isto é que o devia envergonhar.

O Sr. agora não tem o sentimento de culpa, de que falou ali. Devia tê-lo sobre essa matéria, porque senão o Senhor e o seu partido perdem toda a credibilidade para virem aqui “apontar o dedo”, a quem quer que seja, em matéria de direitos humanos.

É pena que neste Parlamento não tenhamos aqui projecção de vídeo, para o Senhor ver a reportagem que passou na SIC Notícias, no passado domingo. O Senhor viu?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não!

O Orador: A viagem dos prisioneiros da Coreia do Norte. Viu, como eles fazem o trajecto, pela selva? Sabe o que é que lhes acontece? Sabe o que é que eles levam na mochila, na sua bagagem pessoal? Cianeto! Para não serem apanhados preferem morrer a regressar ao seu País. Aquele que não tiveram possibilidade de comprar a cápsula de cianeto, sabe o que é que o seu camarada Kim Jong II faz?

(Apartes inaudíveis do Deputado Aníbal Pires)

Realmente eles poupam muito, não têm cadeias, não têm problemas. Sabe o que é que faz? São executados, Sr. Deputado! São assassinados!

Nessa reportagem havia um casal que fugiu com o filho da sua Coreia do Norte. Sabe o que é que fizeram? Sabe qual foi o destino? Uma bala, para cada um e o bebé para adopção, Sr. Deputado.

Isto é que devia envergonhá-lo! Isto é que devia impedir o Senhor de vir para aqui fazer demagogia, nem é barata, é abaixo disso, é a mais reles demagogia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O mestre é o Sr. Deputado! Tenho muita pena, mas o mestre da demagogia é o Sr. Deputado!

O Orador: O Senhor considera ou não a Human's Rights Watch? Considera ou não estas organizações internacionais? São credíveis ou não? O Senhor não acredita na amnistia internacional?

Tenho aqui “um monte”: penas de morte, execuções, execuções reportadas, torturas, até os direitos dos trabalhadores na sua Coreia do Norte.

Sr. Deputado, nós não branqueamos nem aceitamos as suas declarações demagógicas e irresponsáveis para com a Região Autónoma dos Açores, porque o Senhor não tem uma única prova que tenha sido utilizada a Base da Lajes, para transporte ou para transacção de prisioneiros. O Senhor não tem uma única prova, São apenas suspeições

Eu apresento-lhe aqui provas irrefutáveis, que o Senhor não as nega.

O que o Senhor está a pôr em causa, são as relações bilaterais entre dois países amigos e irresponsavelmente põe em risco postos de trabalho na Base da Lajes. Isso é

o que o Senhor vai conseguir com essa sua irresponsabilidade de trazer este assunto a esta casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por iniciativa do PCP, está esta Assembleia a discutir um Projecto de Resolução, que condena a suposta utilização do espaço aéreo e território da Região, os Açores, para o transporte de prisioneiros, detidos à margem do direito internacional.

Este é um Projecto de Resolução que surge num contexto em que o PCP, procura ganhar um campeonato à esquerda, com o BE em questões internacionais.

Tivemos há pouco tempo, neste Parlamento, o BE a apresentar um Projecto de Resolução de condenação do comportamento de Israel, em relação à Faixa de Gaza.

Neste Plenário, temos o PCP a apresentar um Projecto de Resolução, relativamente à condenação por uma suposta utilização do espaço território e aéreo da Região, por prisioneiros, detidos à margem do direito internacional.

Este é um campeonato da esquerda, para o qual este Parlamento não tem que ser arrastado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Além disso, eu devo dizer que depois deste Projecto de Resolução do PCP, que expressa uma opção política, que expressa uma saudável e natural preocupação com os direitos humanos, espero que o Sr. Deputado Aníbal Pires, possa apresentar brevemente neste Parlamento, outros projectos de resolução, no sentido de acautelarmos a defesa de direitos humanos, em várias parcelas do globo, nomeadamente, na Coreia do Norte, Cuba ou China.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Fica aqui o desafio, porque os direitos humanos não têm cor política, não têm fronteira geográfica e creio – do meu ponto de vista e do ponto de vista da bancada do PSD – não tem matriz ideológica.

Fica o desafio para que possa apresentar alguns projectos de resolução, durante esta legislatura, no sentido de nos podermos associar à defesa dos direitos humanos nessas parcelas do globo.

É um desafio que a bancada do PSD e certamente outras bancadas democráticas deste hemiciclo se associam e subscrevem também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso dizer que este Projecto de Resolução do PCP, aparece e surge num momento historicamente errado, porque a 22 de Janeiro deste ano o novo Presidente dos Estados Unidos accionou uma *executive order* no sentido de encerrar a prisão de Guantanamo e tem tomado um conjunto de outras medidas, ao longo destes primeiros dias do seu mandato, que representa uma mudança de paradigma no comportamento americano, naquilo a que foi designada a guerra contra o terror.

Nessa medida, este Projecto de Resolução está temporalmente desadequado às novas circunstâncias da atitude americana face ao combate ao terrorismo global que nos atinge a todos e que é um dos flagelos da nossa sociedade moderna.

O que era de esperar de alguém como V. Exa., Sr. Deputado Aníbal Pires, que daquela tribuna ainda há pouco reafirmou o empenhamento do seu partido, que todos queremos crer que seja genuíno e verdadeiro, no sentido de salvaguardar e de aprofundar as relações de Portugal com os Estados Unidos ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa e ao abrigo do qual foram e estão a ser concedidas facilidades aos Estados Unidos para a utilização da Base das Lajes, ao afirmar essa disponibilidade, e era consentâneo com essa afirmação, era de facto uma saudação a esta mudança de paradigma na atitude da administração americana, resultado de uma nova presidência.

O que era razoável esperar era um incentivo a um aliado para que outros aliados, como Portugal, pudessem colaborar nesta mudança de paradigma político e na execução de uma nova política que certamente todos esperamos que traga bons frutos.

Ao contrário, não foi isso que assistimos. Assistimos, sim, a um Projecto de Resolução errado em quatro pressupostos.

O primeiro erro deste Projecto de Resolução é o de condenar uma suposta utilização do espaço aéreo e do território da Região quando não há – sublinho – nenhuma informação, nenhum dado novo, que permita a esta Câmara e ao autor do Projecto de Resolução tirar a conclusão de que o espaço aéreo açoriano e o território da Região foram utilizados para essa finalidade.

Lembro apenas a V. Exa. a Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro deste ano (há um mês e pouco), que não conclui pela utilização do espaço aéreo dos Açores para essa finalidade.

Lembro também a V. Exa. o inquérito que ainda está em curso, instaurado pela Procuradoria-Geral da República Portuguesa, com a idoneidade e com a independência que tem a magistratura em Portugal, que está a averiguar se houve ou não utilização do espaço aéreo e do território da Região para um alegado transporte de prisioneiros detidos à margem das regras do direito internacional.

O inquérito não está concluído pelo que não é possível, tal qual faz o Partido Comunista, concluir que o território e o espaço aéreo dos Açores foram utilizados para essa finalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O segundo erro deste Projecto de Resolução é o da instrumentalização desta matéria para uma questão de política doméstica, isto é, o Partido Comunista usa, habilmente, uma questão de relações externas do Estado Português, uma questão que tem a ver com a utilização de facilidades no território nacional, ao abrigo de um acordo celebrado com um aliado, no quadro da nossa participação numa Organização Internacional de Defesa e Cooperação, usa todas estas questões, embrulhadas em supostas notícias do jornal, em insinuações, para instrumentalizar esta questão ao serviço de uma agenda própria do Partido Comunista.

O terceiro erro é o da crítica errada, no tempo errado, a uma administração nova nos Estados Unidos que ainda agora começou.

A maneira de olhar esta nova administração é ao contrário. Os sinais que Barack Obama deu ao mundo são bem diferentes da anterior administração Bush, traduzem uma nova abordagem, uma nova política, um novo estilo e, sobretudo uma nova

atitude, um novo compromisso dos Estados Unidos na relação com o mundo, mas também na relação com os seus aliados.

Os aliados – para usar a expressão “churchiliana” – que têm opinião, dizem: Muito bem! Os Estados Unidos fizeram uma viragem no sentido que os aliados apoiam.

O quarto erro (este é o erro fatal, porque é erro e é também pecado) é o do pecado da superioridade moral do autor deste Projecto de Resolução, ou melhor, da falsa superioridade moral.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, das duas uma:

Só não padecerá V. Exa. deste pecado da suposta superioridade moral se aceitar o repto que aqui lhe foi feito, o repto de apresentar também Projectos de Resolução de defesa dos direitos humanos noutras parcelas onde o seu partido, os seus camaradas, marxistas e leninistas, estão no poder.

Só não padecerá este Projecto de Resolução deste vício, se V. Exa. declarar *expressi verbis* aqui que vai apresentar, e está disposto a votar, iniciativas para defesa estrita dos direitos humanos, em qualquer parte do mundo, independentemente da cor partidária e da cor do poder que estiver no poder nesses locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso dizer que nenhum dos princípios que fundam o direito internacional, que estão inscritos na Constituição Portuguesa no catálogo dos direitos fundamentais, que estão inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que estão inscritos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ou no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, é posto em causa com o voto contrário do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a este Projecto de Resolução.

Acreditamos no primado do direito!

Acreditamos no primado da inviolabilidade da vida humana!

Acreditamos que o princípio da inviolabilidade e da dignidade de cada uma das pessoas é um princípio cogente dos direitos fundamentais, sejam eles nacionais, europeus ou internacionais!

O que não aceitamos, e é por isso que votamos contra, é que um Projecto de Resolução serôdio, como este, procure instrumentalizar uma questão de relações

externas do Estado Português, em satisfação de uma agenda própria do Partido Comunista e, sobretudo, numa disputa menor à esquerda neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado José Cascalho.

* **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do relatório e parecer da Comissão de Política Geral sobre este Projecto surpreendemo-nos a dúvida suscitada sobre a mais que provável passagem dos aviões da CIA na Base das Lajes.

Como sabem, a Eurodeputada Socialista Ana Gomes, entre múltiplas declarações sobre este assunto, afirmou claramente que há dados que o mostram e desafiou a seu tempo o Governo nacional a divulgar registos que comprovassem que os voos da CIA que passam por Portugal não se destinavam ao transporte de prisioneiros. Até agora não teve nenhuma resposta.

Do relatório e parecer da Comissão de Política Geral preocupa-nos que o Secretário Regional da Presidência justifique que as autoridades regionais não podem autorizar ou negar os voos das aeronaves militares.

Poderia, no entanto, ter sido accionado pelas autoridades portuguesas a inspecção dos aparelhos que aterraram nos Açores.

Note-se que há suspeitas que estes voos tenham ocorrido até ao final de 2007, isto é, mesmo depois do Parlamento Europeu ter iniciado a investigação sobre este caso. Nada foi feito!

Finalmente, no relatório assusta-nos que o Partido Socialista, na pessoa do Sr. Deputado San-Bento, considere que não está disponível para apoiar esta iniciativa que, segundo ele, compromete a defesa dos valores que todos partilhamos na Região. Que valores são esses? – Perguntamos.

O Partido Socialista acrescenta, e cito:

“Há que fazer um esforço para abordar com lucidez e bom senso este assunto, quando se regista uma viragem nos Estados Unidos com a eleição do seu novo Presidente”.

Na prática isto quer dizer que vamos todos para casa esquecer que este problema existiu.

Na prática isto quer dizer que os aviões podem continuar a levantar e a aterrar, transportando eventualmente prisioneiros, pois esse, para o Partido Socialista, não é um problema dos açorianos e açorianas.

Dizemos:

É perigoso que os militares na Base das Lajes possam actuar com suspeitas de violarem os direitos humanos e à margem do direito internacional, sem que nada contra seja feita.

Vamos ficar à espera que os militares americanos nos digam se os aviões da CIA que aterraram nos Açores transportaram ou não os prisioneiros à revelia do direito internacional e violando os direitos humanos?

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará a favor deste Projecto de Resolução.

Obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*** Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero contextualizar a minha intervenção sobre esta temática, uma vez que estamos a falar de liberdades, de garantias, de democracia e de torturas.

A minha postura, a postura do Partido Popular Monárquico, é uma postura que corresponde à sua história.

Fomos fundados por políticos da oposição monárquica que combateram o regime salazarista, que estiveram sempre contra qualquer género de ditadura, de esquerda ou de direita.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Não diga isso, Sr. Secretário, que isso é ignorância. É uma ditadura?

Os senhores dá lições de democracia à Grã-Bretanha, à Suécia, à Noruega e a Luxemburgo!

O senhor não diga isso! Tenha seriedade, porque este tipo de discurso revela uma de duas coisas: ou demagogia ou ignorância!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é por berrar que passa a ter razão, Sr. Deputado!

O Orador: Peço-lhe que respeite a minha intervenção.

Sr. Secretário Bradford, eu não falo consigo. Falo é com o Secretário Regional da Presidência.

Nesse sentido quero reafirmar aqui aquela que será, de certeza, a postura que pode esperar por parte do Deputado do PPM. Pode esperar uma postura de combate político, de discordar quando tiver que discordar, de defender os interesses dos Açores ou das diferentes ilhas. Hoje falei no caso do Corvo, mas vou falar em todas as ilhas ao longo da actual legislatura.

A minha postura não se vai alterar nunca!

Vou condenar, sempre, de forma veemente, os erros do Governo. Acho que isso é o meu dever. É para isso que fui eleito e, mais do que isso, isso é um imperativo do ponto de vista da representação parlamentar.

Não estou aqui para ser simpático ao Governo.

Estou aqui para fazer o melhor possível para servir os açorianos. É isso que vou fazer ao longo da actual legislatura.

Relativamente a esta questão considero que existe uma enorme hipocrisia na abordagem destas temáticas.

É evidente que os Estados Unidos são uma potência com interesses imperialistas. Nesse sentido, não são diferentes de qualquer outra hegemónica. Não são diferentes da Grã-Bretanha que antecedeu ao longo da primeira metade do Séc. XX e do Séc. XIX.

Não são diferentes da Grã-Bretanha do Séc. XIX e da Grã-Bretanha da II Guerra Mundial. Também o era, mas essa tinha uma política imperialista.

Não é diferente do que foram as diversas potências hegemónicas do mundo ocidental ao longo deste período que estudámos.

É uma potência que é diferente nalguns contextos, uma vez que sempre defendeu, e muitas vezes aplicou, uma série de políticas baseadas em valores democráticos (nisto não é diferente da Grã-Bretanha) e em valores que são valores de uma política externa em que defenderam a descolonização, eles que foram das primeiras colónias mundiais a conseguir alcançar a independência política.

Nesse sentido, obviamente que a política americana tem um passado e eu não esqueço o que foi o contributo da luta dos Estados Unidos, na II Guerra Mundial, para a defesa da democracia na Europa.

Quero dizer-vos que ao longo deste percurso da política externa dos Estados Unidos, foram cometidos erros: as intervenções sucessivas na América Latina, a intervenção no Vietname, a intervenção no Iraque.

A intervenção no Iraque foi um erro, um erro da política externa americana.

Foram à procura – diziam – de armas químicas. Não estavam lá!

Foram à procura de provas, de ligações, do regime, da ditadura iraquiana com o fundamentalismo islâmico. Não se encontraram essas ligações, pelo contrário, a intervenção americana no Iraque criou o terreno fértil para o crescimento dos movimentos fundamentalistas no Médio Oriente. Essa é que é a questão.

O que o Partido Popular Monárquico defende em relação à política externa é, considerando os Estados Unidos um aliado de Portugal, não consideramos que a política externa portuguesa possa ser uma política subserviente em relação aos Estados Unidos como tem sido ao longo das últimas décadas.

Portugal tem desenvolvido uma política externa nos últimos 30 anos que tem sido, de facto, uma política subserviente aos interesses dos Estados Unidos.

Eu digo-lhe: o que eu defendo, o que o Partido Popular Monárquico defende é uma política externa deste país, uma política externa com dignidade, com independência, baseada em valores morais que servem para o mundo capitalista e para o mundo comunista.

Não fazemos diferenças. Condenamos igualmente o regime Mussolini, do Hitler, como também o estalinismo. Na nossa perspectiva foram regimes igualmente condenáveis.

Nessa perspectiva não branqueamos aqueles que foram os erros, reconhecidos pelo Presidente Obama, em relação à política externa. Não branqueamos esses erros!

Quero dizer-lhe que, através deste percurso, chegamos à questão de Guantanamo.

Há pouco foram exibidas aqui provas em relação ao Jornal “El País”.

Há cerca de 3 meses tive oportunidade de verificar uns documentos que o Jornal “El País” publicou, em que a administração Bush pediu autorização a vários países aliados para que os prisioneiros que eram transportados para Guantanamo pudessem utilizar as diversas bases militares dos países aliados. Esse documento é público.

Também foram reveladas diversas provas pela Eurodeputado Ana Gomes, do Partido Socialista, que demonstravam precisamente a mesma coisa. Demonstravam que a Base das Lajes foi utilizada...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mostre lá um desses documentos!

O Orador: ... para o transporte de prisioneiros de Guerra.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mostre o documento!

O Orador: Considero que hoje estão reunidas, cada vez mais, condições; são conhecidos, cada vez mais, pormenores, nomeadamente os que saíram há dois dias, sobre as condições e a tortura de que foram alvos os prisioneiros de Guerra, em Guantanamo.

Nesse sentido, penso que se acumulam as provas para demonstrar, em relação à administração Bush, em relação à intervenção no Iraque e à utilização da Base das Lajes em todo este problema, a utilização, como escala técnica e escala estratégica, da Base das Lajes.

Considero que este é o momento certo para o que Parlamento açoriano se possa exprimir em relação a esta situação.

Se há uma coisa, uma lição que podemos recolher na política externa Norte Americana é a sua capacidade em reinventar-se, em reconhecer erros, algo que, por exemplo, a bancada do Partido Socialista tem muita dificuldade, tem dificuldade em reconhecer os seus erros, mas se há algo que admiro na democracia americana é a sua capacidade em regenerar-se, é a sua capacidade em reconhecer erros e o Presidente Obama reconheceu que foram cometidos erros nesta matéria.

Neste contexto, só dignifica este Parlamento (nunca será considerado um acto agressivo em relação aos Estados Unidos, nunca será considerado um acto de menos amizade) o facto de termos um juízo político em relação a esta questão, que defenda os mesmos valores que o Presidente Obama, que são a dignidade e os direitos humanos.

É nesse sentido que considero que, enquanto representantes de um povo livre e de uma potência que ao longo da história conseguiu, durante 900 anos, manter-se como uma potência independente, o Parlamento dos Açores deve ter em relação a esta questão uma posição independente, digna, criticando aqueles que foram os erros dos nossos aliados.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito gosto em transmitir a posição do Governo Regional sobre este Projecto de Resolução do Partido Comunista Português e fazer esta transmissão da posição no quadro daquilo que me parece ser o objecto do Projecto de Resolução e os objectivos que ele pretende atender.

Aqui gerou-se um outro debate no qual eu poderei também participar, mas não me parece que seja incumbência, como Secretário Regional da Presidência, neste momento.

Em relação à matéria gostava de começar por deixar muito claro que o Governo Regional dos Açores partilha integralmente dos valores e dos princípios que o Sr. Deputado Aníbal Pires e que a Representação Parlamentar do PCP alega – acredito que sim e aceito essa alegação – estarem na base e estarem subjacentes à proposta que fez.

O Governo Regional dos Açores partilha, obviamente, do respeito pelos princípios do direito internacional que os senhores invocam: o respeito pelos direitos humanos, o respeito escrupuloso pelo direito internacional e a igualdade entre os Estados, a dignidade da pessoa humana. Sobre isto não restem dúvidas.

Obviamente que isto não significa que a sua proposta seja aceitável ou coerente, como iremos ver de seguida.

Primeiro, é uma proposta claramente assente em probabilidades e eventualidades.

Em relação ao que se terá passado, fala em indícios.

Em relação ao futuro, àquilo que acha que se poderá passar, fala em receios.

Julgamos que esta casa e o Governo Regional, em particular, não podem, nesta matéria, como noutras matérias, agir com base em receios e em indícios.

Estamos aqui para tomar decisões, para executar, no caso do Governo Regional, decisões com base em factos e com um intuito muito claro e objectivo quanto àquilo que se pretende atingir, não para agir com base em indícios e receios. Isso, deixe-me que lhe diga, resulta claro da intervenção que fez aqui hoje.

Os dados que o senhor diz serem oficiais são dados de uma ONG. Repare-se que não é minha intenção criticar a valia dos dados. Estou só a dizer que não são dados oficiais.

As coisas têm que ter os nomes que têm, têm que ter o estatuto que têm. São dados coligidos por um senhor, de uma Organização Não Governamental, que, por acaso até é advogado de alguns dos presos de Guantanamo e que fez um esforço nesse sentido.

Gostava também de deixar claro um outro aspecto que me parece essencial e que também resulta da intervenção do Sr. Deputado José Cascalho.

Não é necessária fé para se acreditar, ou para se aceitar, que o Governo Regional dos Açores não tem participação nesta matéria. Isto resulta, directa e claramente, dos termos do acordo existente.

O acordo técnico, que faz parte integrante do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, determina uma série de procedimentos, no que diz respeito à recepção, ao acompanhamento e despacho dos voos e dos sobrevoos da Base das Lajes, que determinam quem são os intervenientes em cada momento.

No caso de aviões militares existe uma autorização genérica, mas é preciso um aviso prévio. Não é o caso destes pressupostos voos.

No caso de voos que não sejam militares é necessário a autorização pontual, caso a caso, prévia, que é conferida pelas entidades nacionais competentes. Portanto, não é o Governo Regional.

Se se tratar de voos afretados, que é supostamente o caso em apreço, o princípio geral é que esses voos são despachados em termos de logística e de operação de pista por militares portugueses e por americanos. Mas no caso dos afretados existe uma regra específica que diz que esse tratamento deve ser preferencialmente feito pelas forças americanas.

Portanto, é assim que as coisas se processam.

O Governo Regional, e isto decorre da própria lógica relativa à soberania e aos próprios princípios nacional, não tem nessa matéria participação directa. Portanto, não poderia ter conhecimento de qualquer um desses factos que alguns pretenderam imputar ao Governo Regional, não poderia ter pelo sistema em vigor...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que o senhor estava a fazer no âmbito da Comissão Bilateral?

O Orador: A Comissão Bilateral tem outro âmbito de actuação, que eu tenho muito prazer em explicar-lhe e já chego a si, Sr. Deputado. Tenha calma, que lá chego!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que o senhor estava lá a fazer?

O Orador: O senhor está enervado hoje. Há dias assim! Uns correm melhor, outros correm pior! Não é preciso ficar enervado. Eu já chego lá. Não se preocupe com isso que terá a sua resposta no tempo devido.

Parece-me que é importante que isto fique claro, para que não subsistam dúvidas sobre uma eventual participação do Governo Regional.

Agora, a posição pública que o Governo Regional já assumiu em declarações feitas sobre esta matéria é aquela que mantém.

Podemos todos suspeitar da passagem de eventuais voos com estas características no espaço aéreo português. Agora, temos que seguir os trâmites oficiais e a lógica da soberania, neste caso.

Aquilo que existe, de facto, é um processo a correr os seus trâmites, como já aqui foi referido, de investigação judicial, na Procuradoria-Geral da República.

Não está concluído. Não há conclusões. As conclusões que se possam tirar são apressadas, extemporâneas e são da responsabilidade política daqueles que as promovem.

O que há, e pode haver, é um posicionamento e esse posicionamento é claro, no nosso caso. Diz o seguinte: não há provas que tenham existido; se existiram, não há provas que fossem do conhecimento das autoridades nacionais; se eram do conhecimento das autoridades nacionais, aí temos que partir para uma fase seguinte, que é de esclarecimento do porquê serem do conhecimento, porquê terem sido autorizados.

Se não foram do conhecimento, se não foi esse o caso, não aconteceu nada do que o Sr. Deputado Aníbal Pires faz crer que aconteceu.

Portanto, são estes os dados, tão simples quanto isso.

É com isso que temos que trabalhar. Portanto, a sua proposta não vai neste sentido.

A sua proposta vai no sentido de antecipar conclusões que não são passíveis de serem tomadas ou aceites numa altura como esta.

Portanto, é esta a nossa posição. É a posição que eu gostava que ficasse clara neste debate e que daqui resultasse não a desresponsabilização do Governo Regional sobre as matérias relativas à Base das Lajes, porque isso não acontece, nunca aconteceu, nem acontecerá. Também não acontece a nível laboral, e o Sr. Deputado procurou aproveitar esta oportunidade para fazer uma espécie de resenha lateral das questões da Base das Lajes. As questões laborais têm o seu tratamento, têm tido a posição firme do Governo Regional e do Representante do Governo Regional na Comissão Bilateral Permanente e na Comissão Laboral sempre que isso se justificou. Portanto, esse é um outro lado da questão.

Aqui não é essa matéria que está em jogo, mas o Governo não deixa de assumir essa posição sempre que isso for necessário e justificado.

Por outro lado, e já que estivemos numa maré de citações de árabe e de mandarim, eu também vou tentar pronunciar correctamente um nome: Binyam Mohamed, etíope de 30 anos e foi o primeiro a ser libertado da prisão de Guantanamo, a 22 de Fevereiro de 2009.

Esse nome devia ter feito parte, Sr. Deputado Aníbal Pires, da sua lista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está referenciado!

O Orador: Está referenciado na sua lista como prisioneiro. Está na minha lista como libertado. A diferença é essa, Sr. Deputado.

Quando ali foi dizer o nome daquele que tinham sido presos, devia também ter dito a lista daquele que, face à nova administração, face à nova atitude da administração, foi o primeiro a ser libertado. Isso teria sido uma prova inequívoca da boa vontade e de algum equilíbrio no posicionamento que o senhor assumiu sobre esta matéria.

Para terminar e admito que um bocadinho fora de contexto, gostava de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, por mim, o senhor não tem que se justificar em relação à sua atitude no Parlamento, nem à forma como faz política, nem por mim, nem a mim enquanto Secretário Regional da Presidência.

Agora fique com a certeza absoluta que, enquanto for nos termos que tem sido, não nos merecerá resposta institucional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma segunda intervenção.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por dizer que se geraram aqui alguns equívocos.

A recomendação do PCP tem a ver com uma recomendação ao Governo para que o representante da Região na Comissão Bilateral fizesse, junto dos seus parceiros, menção ao facto de que situações como as que estamos aqui a falar não se verificassem.

Portanto, houve aqui alguns grupos parlamentares que, ou não entenderam isto ou quiseram aproveitar a oportunidade para fazer o eventual *show off*.

Deputado José San-Bento (PS): Olha quem fala!

O Orador: Um aparte!

No entanto, gostaria de referir a lisura como o Grupo Parlamentar do PSD e o Sr. Secretário Regional da Presidência trataram esta questão.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Presidência gostaria de dizer o seguinte: Eu não afirmei que os dados eram oficiais. Eles resultam (a comunicação está aqui e eu posso fornecer-lhe cópia) do cruzamento de dados fornecidos pelo Gabinete do Primeiro-Ministro. Foi isso que eu disse. Está aqui e estará no Diário das Sessões.

Isto é apenas um esclarecimento e como já disse, agradeço a lisura como tratou esta situação.

Relativamente ao etíope, por acaso foi libertado, com base numa informação transmitida pela Procuradoria-Geral da República. Quando tiver acesso à leitura daquilo que eu disse, foi o segundo nome que eu li.

Relativamente ao desafio que o Deputado Pedro Gomes me coloca, quero dizer-lhe que faço esse exercício diariamente.

Quanto à defesa dos direitos, faço isso diariamente, faço todos os dias. Começo por fazê-lo, desde logo, no meu país e na minha região, porque um país que tem 2 milhões de pessoas que não acedem a rendimento digno, isto é não cumprir os direitos humanos; quem não tem trabalho, não lhe está garantido esse direito. Eu faço isso diariamente. De qualquer forma quero manifestar aqui o meu agrado pela lisura como o PSD tratou a questão.

Relativamente ao Deputado José San-Bento, gostava de dizer-lhe que tratava-se aqui de referências à administração norte-americana do tempo do Presidente Bush. Aliás, também na minha intervenção há uma referência à nova administração norte-americana.

Aquilo que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que pode tirar o joelho da terra e deixar de estar de cócoras.

Relativamente ao CDS/PP, apenas dizer o seguinte:

Dei-lhe oportunidade de mais uma vez, com a mestria que lhe é reconhecida, de fazer um exercício de populismo, de demagogia.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Relativamente àquilo que fez, gostava de lhe dizer o seguinte:

O CDS/PP, ou o que quer que seja que os senhores representam, nasceu depois do 25 de Abril.

O Sr. Deputado vive no dia 24 de Abril!

Quanto à defesa dos direitos humanos e à defesa dos direitos universais, o CDS/PP tem sobre isso a visão de esmola. O que propõe são medidas caritativas.

O PCP defende os direitos das pessoas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Na Coreia do Norte.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo “entradas de leão e saídas de sandeiro”, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado não me obrigue a nenhuma saída de leão!

O Orador: É uma ameaça, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É sim senhor!

O Orador: Isso é que é democracia, isso é que é direitos humanos. A ameaça a um parlamentar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é demagogia, nem populismo. É frontalidade. Não me obrigue a uma saída de leão!

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode!

O Orador: Como eu disse, “entrada de leão e saída de sandeiro”!

O Sr. Deputado é que desviou o assunto do seu Projecto de Resolução para a questão dos direitos humanos.

O Sr. Deputado é que veio aqui questionar os outros se não tinham sentimento de culpa.

O Sr. Deputado é que falou nisso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não têm. Se tivessem não permitiam que este país tivesse 200 mil pobres!

O Orador: “Quem semeia ventos colhe tempestades!”

O senhor não pode branquear as situações que o seu partido...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O meu partido, Sr. Deputado, tem 28 anos de história, em defesa da democracia e da liberdade!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra.

O Orador: Como eu dia dizendo, o Sr. Deputado trouxe para aqui matérias da cena internacional.

Portanto, nós também temos o direito de trazer para aqui as matérias internacionais do Partido Comunista, nomeadamente a Coreia do Norte, a China, Cuba, Tibete e por aí fora, Sr. Deputado.

Portanto, tenho tanto legitimidade ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado está cheio de equívocos!

O Orador: ... como o senhor tem legitimidade de invocar o que quiser.

Compreendo, Sr. Deputado, que o senhor já não possa defender aquilo que o trouxe aqui.

Efectivamente, quando aqui se queixam que as autoridades não deixam fazer a fiscalização dos aviões, pois, nos países do seu partido, nem sequer a imprensa pode entrar. Não há livre acesso à imprensa.

Nos países do seu partido, que aliás são todos os anos convidados e vêm a Portugal à sua grande festa do Avante, não há livre circulação de pessoas, não há liberdade de expressão, não podem sair do seu país, não podem exercer os mais elementares direitos humanos.

O senhor tinha que fazer aqui, como disse o Deputado Pedro Gomes, *mea culpa*.

Se se orgulha dos 88 anos de história do seu partido (naturalmente, o senhor tem todo o direito de se orgulhar), orgulhe-se também e assuma toda a história do comunismo na história, porque essa também está sobre os seus ombros e há-de ficar sobre os seus ombros o sentimento de culpa do assassinato de milhões de pessoas. Essa fica sobre os seus ombros, Sr. Deputado, porque o senhor não se pode agarrar apenas à populista demagógica democracia que os senhores defendem e esquecer o extermínio que fizeram e estão fazendo no Tibete.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não fale daquilo que não sabe!

O senhor não sabe aquilo que está a dizer!

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Presidência pediu-me provas. Eu tenho aqui cópias das autorizações e dos pedidos realizados pelos Estados Unidos às potências aliadas, incluindo Portugal obviamente. Vou imprimir e vou fazer chegar-lhe.

Obviamente que sabemos, não tenho é as respostas dadas pelo Governo Português, mas não tenho nenhuma dúvida sobre o teor das mesmas quando elas forem encontradas.

A história não termina hoje, neste plenário, porque como hoje estamos a saber cada vez mais pormenores em relação às torturas que foram realizadas em Guantanamo, nós também vamos saber mais pormenores do envolvimento do Estado Português em relação aos voos da CIA que utilizaram a Base das Lajes para se deslocarem para Guantanamo.

Quero fazer-lhe uma pergunta muito simples:

O senhor e o Partido Socialista gostam de se escudar nas políticas seguidas pelo Presidente Obama.

Com certeza que estou de acordo com as decisões do Presidente Obama em relação a encerrar Guantanamo e em sair, a médio prazo, do Iraque, mas não estou de acordo com o facto do Presidente Obama ter afirmado que não pretende investigar as responsabilidades políticas da administração Bush e da CIA em relação ao que se passou anteriormente. Vai limpar a história e não vai pedir responsabilidades.

A pergunta que lhe faço muito claramente, uma vez que se escudou nas decisões do Presidente Obama, é se também está de acordo com esta decisão de não pedir responsabilidades, de não investigar responsabilidades políticas e operacionais à administração Bush, em relação às torturas que foram realizadas em Guantanamo?

Era esta a questão que lhe queria deixar.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito sintética apenas para afirmar que ficou claro neste debate a derrota política do PCP com esta proposta.

Quanto à forma, quanto ao conteúdo, quanto ao timing, foi uma clara derrota!

O senhor percebeu isso, porque o senhor tem, apesar de tudo, alguma sensibilidade política. Percebeu que a coisa lhe correu mal e, infelizmente, tentou relançar o debate recorrendo a uma provocação barata à qual o PS não reagirá. Todavia, rejeita-a liminarmente e devolve-a a si, ao seu ilustre remetente.

Sr. Deputado, gostava de lhe fazer uma proposta de recomendação. Faça-a, porque o senhor não esteve à altura deste momento, por uma razão simples, porque o substitui um debate por um preconceito. Isso foi o seu erro e acho que o senhor deve evitar isso no futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma coisa que tem que ficar claro, Sr. Deputado Artur Lima: o projecto do PCP é para Portugal.

A importância do Movimento Comunista Internacional é inegável em termos dos avanços civilizacionais que se verificaram durante o Séc. XX. Isso o senhor não pode negar!

Primeiro, V. Exa., preocupe-se, no essencial, com a nossa região e com o nosso país e que na nossa região e nosso país sejam garantidos os direitos humanos.

Os relatórios da Amnistia Internacional, se calhar, também referem Portugal, mas não quero ir por aí.

Não proponha esmolas! Garanta os direitos aos cidadãos!

É isso que eu faço todos os dias.

Relativamente ao PCP, como lhe disse há pouco, o PCP tem uma longa história, da qual muito me orgulho e à qual, à existência do PCP, o senhor muito deve.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado!

O Orador: Não precisa de agradecer, Sr. Deputado, porque sem querer colocar aqui nenhum tipo de superioridade moral, naquilo que é o trabalho dos comunistas, não olhamos a quem. Não precisa de agradecer. Esteja à vontade.

Era bom que o Sr. Deputado passasse para o dia 25 de Abril. Já se passaram muitas coisas, já aconteceu muita coisa no mundo e continuar a utilizar uma linguagem...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Incomoda-o?!

O Orador: Não me incomoda nada. Agora o senhor fala de coisas que já não existem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Existem!

O Orador: Faz referências que acabaram há muito.

O senhor sabe ao que é que me estou a referir. Não precisa que lhe diga mais nada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): União Soviética ...

O Orador: O senhor continua a falar da União Soviética.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): ... Coreia do Norte, Chile, Cuba!

O Orador: Mas o que é isso tem a ver? O que é isso de União Soviética?

(Apartes inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Existe. E o senhor saberá qual é o meu posicionamento relativamente àquilo que está a falar?

Não sabe!

O senhor tem que passar do dia 24 para o dia 25 de Abril, porque o senhor ainda não passou.

O senhor ainda vive no dia 24 de Abril!

Usufrii das vantagens do 25 de Abril e vive no dia 24 de Abril.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que já falámos e debatemos tudo e mais alguma coisa a propósito do Projecto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP e à margem do mesmo. Portanto, também me será permitido andar nas duas vertentes e fazer alguns comentários sobre algumas coisas aqui foram ditas a propósito.

Começaria por uma parte da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência que explicou, e muito bem, as responsabilidades absolutas do Governo da República no que concerne a vários e diversos ditames do Acordo Bilateral da Base das Lajes.

Sobre isso, é evidente que cada um terá que assumir as responsabilidades que tem e o Governo da República, quando ficar provado que as tem, tê-las-á que assumir.

A nossa estranheza e a nossa dúvida (nossa, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda) não passa por aí.

A nossa estranheza advém de considerarmos que competiria ao Governo desta Região exigir do Governo da República explicações sobre todas as dúvidas e suspeições que legitimamente impendem sobre a natureza de alguns voos. Vou explicar porquê?

Numa altura em que não havia nenhuma prova no mundo de que havia armas de destruição massiva no Iraque, fez-se uma cimeira nesta região, da qual (nós, o país!) fizemos parte e todos disseram que tinham visto as provas inequívocas dessas armas, quando passado pouco tempo foi admitido por todos os intervenientes, inclusive pelo Presidente Norte Americano, que afinal não havia armas e que já se sabia na altura.

O que é extraordinário é que quando não havia nenhuma prova, aceitámos a verdade da afirmação. Neste momento, que cada vez se avoluma mais a legitimidade da suspeição de que estes voos existiram, e existiram à revelia do direito internacional (e do direito nacional, já agora) e dos direitos humanos, nós olhamos para o lado e ficamos à espera das provas concludentes.

Finalmente, a recente eleição de Barack Obama, o novo Presidente do Estados Unidos, que criou expectativas fundadas, ou infundadas (estamos cá para ver!) no mundo em geral, não pode branquear a anterior administração e as responsabilidades políticas e humanas dessa administração, porque senão a história é feita de branqueamento em branqueamento, ninguém é culpado de coisa nenhuma, mas não vivemos no melhor dos mundos, à conta disso.

Finalmente, não basta dizer, penso eu, que o direito internacional, as leis, a legalidade e os direitos humanos são um valor, porque aí estamos todos de acordo. É evidente que são, pelo menos para alguma parte do mundo.

Mas não chega afirmar! É preciso garantir que estes mesmos direitos, humanos, internacional e nacional, são cumpridos. É preciso fiscalizar o seu cumprimento e

punir as suas transgressões. Caso contrário, aquilo que nós afirmamos não quer dizer coisa nenhuma.

Muito obrigada.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria, porque acho que já não se justifica prolongar mais.

Sr. Deputado Aníbal Pires, não aceito e refuto veementemente que o Partido Comunista se arrogue dos valores da liberdade e da democracia em Portugal.

Realmente, feliz ou infelizmente, cresci em democracia!

Não me lembro do outro regime. Tinha apenas 10 anos quando se deu o 25 de Abril.

Portanto, vivo em democracia e não tenho nenhuma memória da ditadura, felizmente.

Agora, o senhor tem e continua a ter. Tem da ditadura que existiu e tem da ditadura vigente na China.

O Sr. Deputado Pedro Gomes fez-lhe dois ou três desafios. Eu faço-lhe mais um.

O senhor hoje falou de descolonização e falou de colonialismo. Recomendo-lhe, que recomende ao seu partido, para que na Assembleia da República e para que nas instâncias internacionais (Nações Unidas, etc.) proponha a desocupação do Tibete pela China e proponha que os tibetianos voltem ao Tibete. Proponha a desocupação de um povo pacífico que está a ser vítima. Proponha isso, Sr. Deputado e aí ficaremos a saber quais são as suas posições.

Quanto às esmolas, eu percebo bem o que o Sr. Deputado quer dizer, mas não é neste debate que lhe vou dar a resposta. Será noutra, Sr. Deputado.

Não é com essa sua postura e com essas suas iniciativas que o senhor defende os Açores e a Região Autónoma dos Açores, porque se era essa a voz que fazia falta no Parlamento dos Açores, os açorianos neste momento, já passado um oitavo da legislatura, estão muito desiludidos consigo, porque o senhor até hoje ainda não fez isto por eles.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado não sabe é fazer contas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Posso garantir-lhe que sei!

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

*** Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não previa fazer esta intervenção, mas faço-a pelas questões levantadas pela Sra. Deputada Zuraída Soares, porque me parece relevante esclarecê-las, em relação àquilo que (acha a Sra. Deputada!) devia ser o posicionamento do Governo Regional. Na minha intervenção inicial não disse se teria havido voos ou não. O que disse foi que o assunto estava a ser esclarecido pelas instâncias próprias e que uma atitude responsável, equilibrada e institucionalmente válida do Governo Regional era esperar pelos resultados das investigações. Foi isso que disse e é isso que gostava de reiterar para que fique claro.

Por outro lado, não foi minha intenção dar a entender que as instâncias nacionais, nomeadamente o Governo da República, era conivente com nenhuma situação de ilegalidade, até porque isso só será passível de ser provado uma vez terminada a investigação.

Há algumas organizações, que aqui já foram utilizadas como fonte fiável, fidedigna de informação sobre esta matéria, que têm elogiado o Governo da República, como por exemplo a própria REPRIEVE que foi aqui mencionada, como sendo a autora do tal estudo, que falava em 700 prisioneiros, pois já este mês o responsável máximo pela REPRIEVE fez um elogio público ao Governo da República por ter sido o

Governo, a nível mundial, pioneiro na vontade de receber e acolher prisioneiros libertados de Guantanamo.

Portanto, aqui não há que diabolizar, nem encontrar culpados, nem procurar concentrar a culpa naqueles que não são da nossa cor política ou em quem nos dá jeito criticar. Isto aqui é uma questão de Estado, é uma questão com a sua relevância, que tem a ver com a política externa portuguesa, com as alianças que necessariamente todos os países fazem a nível externo, com a nossa história e com uma relação de proximidade, de comunhão de valores entre a democracia portuguesa e a democracia norte-americana, o que é algo que a nós não nos choca de maneira nenhuma, aliás é algo que há região diz respeito muito particularmente, até pelo nosso relacionamento histórico, tradicional e até emocional que se gera particularmente com os Estados Unidos da América.

Julgo que as coisas devem ser entendidas dessa forma, aguardando-se que do inquérito e do processo em curso surja uma conclusão sobre o que se terá passado.

É isso que gostava que ficasse claro como posição do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar para a votação desta resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*** Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar os factores que nos levaram a votar favoravelmente este projecto.

No nosso entendimento, faz todo o sentido que a Região, tal como está no projecto, “manifeste a sua veemente condenação de utilização do espaço aéreo e território

regional para a detenção ou transporte de prisioneiros à margem do direito internacional e das regras consignadas no Acordo de Cooperação e Defesa estabelecido entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América.”

Também concordamos com a segunda proposta, que “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que, no âmbito da participação da Comissão Bilateral Permanente, expresse essa condenação e desenvolva todos os esforços no sentido de obter as garantias de que estes transportes não voltarão a ocorrer no futuro”.

Era isto que estava em causa, pura e simplesmente.

Também quero reiterar que, em relação à posição que a Eurodeputada do Partido Socialista, Ana Gomes, defendeu recentemente no âmbito do Parlamento Europeu, concordo. Vou citar a posição que ela assumiu em relação a este assunto:

“O Presidente Barroso tem negado conhecimento da cooperação dada pelo Governo que encabeçou na transferência de prisioneiros para Guantanamo e para as prisões secretas.

No entanto, ninguém acredita que os militares, a polícia, os Serviços de Informação e a Administração Pública Portugueses fossem tão incompetentes de modo a permitir que o espaço aéreo, marítimo e terrestre de Portugal fossem sistematicamente violados pelos Estados Unidos.”

Tendo em conta estes factores que acabei de enunciar e tendo em conta que o Partido Popular Monárquico defende uma relação estreita com os Estados Unidos, mas defende em simultâneo uma relação digna e independente por parte do nosso país em relação aos Estados Unidos, votámos a favor do projecto do PCP em relação a este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

* **Deputado José San-Bento** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar claro que o PS votou contra este projecto pelas razões que foram perfeitamente explicitadas durante o debate e que contrariam em absoluto as razões que levaram o PPM a votar a favor.

Presidente: Não havendo mais inscrições para declaração de voto, passamos ao ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas cautelares de protecção e a realização dos estudos e avaliações necessárias para “a classificação do “Castelinho de Santa Clara” como imóvel de interesse público e proceda à sua recuperação”**, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta proposta, o PCP Açores pretende garantir que sejam tomadas medidas de protecção expeditas e eficazes para o imóvel conhecido como o “Castelinho de Santa Clara”, na Freguesia de Santa Clara, Concelho de Ponta Delgada, tendo em conta o avanço do processo de degradação a que de há muito está sujeito.

Trata-se de um pequeno forte de defesa costeira, que está situado no núcleo primevo da ocupação da cidade de Ponta Delgada, estando nas imediações quer da Ermida de Santa Clara, quer da ponta delgada de onde a cidade recolheu o seu nome.

Estas fortificações desempenharam, em diversos momentos da nossa história, um importante papel na defesa das ilhas e da sua população contra invasões e rapinas, transportam, por isso, uma importante carga simbólica e cultural específica da nossa identidade insular, que é património das gerações presentes e futuras de açorianos.

Existe, claramente, um valor patrimonial significativo a proteger, facto que é confirmado, nomeadamente, pelo relatório da vistoria efectuada pela Direcção Regional de Cultura no ano de 2006. No entanto, segmentos da história da sua fundação, vicissitudes e substrato arqueológico são mal conhecidos, daí que se recomende também a promoção dos estudos necessários para uma melhor compreensão da sua importância.

A área da Freguesia de Santa Clara está num processo de profundas transformações urbanas, com grandes alterações nas suas funcionalidades, com a deslocalização de

alguns equipamentos estruturantes e existindo projectos de implantação de outros. Nesta importante dinâmica de renovação urbana da zona ocidental de Ponta Delgada, o Castelinho de Santa Clara poderá ser ameaçado pela implantação de outras estruturas que, de forma definitiva, poderiam destruir em parte, ou na totalidade, vestígios significativos da sua memória. Daí a importância da elaboração de um plano de salvaguarda que assegure, também, a protecção da sua envolvente.

No entanto, a protecção do monumento poderá também ser uma oportunidade para a transformação daquela área numa zona de cultura e lazer de elevada qualidade urbana, que se constitua também num pólo de atracção turística, pelo potencial e significado do seu património histórico.

Neste âmbito, a valorização e protecção do Castelinho impõe-se com importância acrescida, podendo ter um efeito que extravasa a simples conservação do edificado.

Para o PCP Açores a preservação da nossa memória é a condição primeira da construção da nossa identidade. Por isso, quando ao apresentamos uma proposta para a defesa dos vestígios do nosso passado, fazemo-lo com os olhos bem postos no futuro.

Disse.

Presidente: Tenho inscritos para o debate os Srs. Deputados Pedro Medina, Piedade Lalanda, António Pedro Costa e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para associarmo-nos a esta iniciativa, porque, no nosso entender, é importante sabermos quem somos e quem queremos ser.

O Estado, e neste caso concreto a Região, deve, de certa forma, preservar o nosso património e as nossas memórias históricas.

Neste caso, estamos a discutir a preservação do património edificado nos Açores.

Por estas razões plenamente justificadas, a recuperação do Castelinho de Santa Clara é um passo e um contributo para a requalificação da zona histórica de Santa Clara.

Mais do que isto, é um passo para a requalificação da ponta que dá o nome a Ponta

Delgada e que nós sabemos que na altura, antes de surgir Ponta Delgada, era dos tempos em que Vila Franca era a “capital do Reino”, digamos assim.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do CDS apoia o Projecto de Resolução considerando de relevância histórica o bem patrimonial.

Por fim, gostaria de saudar esta iniciativa verdadeiramente ao centro, da parte de quem a apresentou, porque de facto a CDU consta dos boletins de votos e consta dos cartazes, mas, em termos de iniciativas, temos que ser consensuais em muitas matérias.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como referiu o Deputado Aníbal Pires, o mar, na história dos Açores, nem sempre foi um espaço de ligação. Foi também um espaço de receio, de onde vieram ataques de piratas e de corsários.

Esta história de que se no séc. XV, e particularmente no séc. XVI, tivessem procurado estratégias de defesa face aos corsários, particularmente os franceses, que nas embarcações que aportavam a Ponta Delgada, levou a que se construísse nesse século o Castelo de São Brás, que dizem os textos que foi concluído no ano 1580 e, como também refere o preâmbulo da proposta de resolução do PCP, provavelmente também é desse séc. a construção do Castelinho de Santa Clara.

Já foi aqui referido, e é importante, que esta fortificação a poente da cidade, seja recuperada, porque ela faz parte, no fundo, da própria história da cidade de Ponta Delgada.

Consta do relatório da Comissão de Política Geral que esta tentativa de classificação já terá sido iniciada pelo município, mas não foi conseqüente, ou seja, o município de Ponta Delgada poderia ter classificado o Castelinho de Santa Clara como monumento de interesse municipal.

Neste momento o que se propõe, e ao qual o PS se associa favoravelmente, é que esta fortificação seja classificada como imóvel de interesse público ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 29/A, de 2004.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD considera que esta iniciativa do PCP tem mérito pelo facto de vir chamar a atenção para a necessidade de se preservar um monumento que faz parte da nossa memória colectiva.

Uma edificação militar deve merecer a nossa defesa, tendo em vista a sua salvaguarda, pois é uma herança simbólica dos nossos antepassados.

É verdade que se trata de uma pequena fortaleza em ruínas, mas que importa preservá-la, pois é um património de interesse público que se não for protegido a tempo acabará por desaparecer e com ele poderá desaparecer também, nas brumas do tempo, mais um legado da nossa identidade colectiva.

Por outro lado, este bem cultural imóvel situa-se exactamente numa zona, de acordo com Gaspar Frutuoso, ligada aos primórdios da cidade de Ponta Delgada.

Assim sendo, é de todo o interesse que se preserve a memória desta pequena edificação militar.

Concordamos com a necessidade de se tomarem medidas tendo em vista a sua eventual classificação, designadamente a elaboração de estudos que sustentem esta pretensão.

Por isso, no nosso entender, tem pertinência essa recomendação e é mais um alerta para a protecção do Castelinho de Santa Clara.

Já alguns apelos públicos foram feitos nos órgãos de comunicação social relativamente ao seu estado de abandono, onde se lastimou a forma como o Ministério da Defesa tem cuidado e mantido o seu património.

Este velho reduto militar de Santa Clara, como edificação do séc. XVI, constitui uma pequena mas expressiva fortaleza de protecção daquela zona da costa.

Já em 1643 se regista a menção dele, com referência às obras que tiveram lugar, tendo em vista a sua salvaguarda. Muito antes, a sua referência já tinha sido feita por Gaspar Frutuoso nas “Saudades da Terra”.

Aquele Castelinho sempre desempenhou o seu papel de defesa da zona de Santa Clara, antes da construção do porto de Ponta Delgada em 1875, e está registado que ainda se mantinha em bom estado de conservação, pois protegia os desembarques que eram feitos nos desembarcadores junto do Castelinho.

Nos dias de hoje, esta pequena fortificação em ruínas ainda existe, graças à população de Santa Clara que durante décadas sempre procurou a sua preservação.

Aquando da análise do diploma na Comissão Parlamentar de Política Geral, foi entendimento geral que esta resolução deveria ser adoptada tendo em vista recomendar que o Governo Regional adopte as medidas cautelares de protecção e a realização de estudos e avaliações necessárias para a sua classificação.

O Grupo Parlamentar do PSD apoia e irá votar a favor deste Projecto de Resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por salientar que o Governo Regional partilha integralmente do valor e da importância da preservação do património edificado, da memória e do registo cultural que se associa a esse tipo de bens, bem como a valia historiográfica que está subjacente à manutenção do património.

É por isso mesmo que o Governo Regional consigna, em termos de orçamento, parte das verbas de que dispõe a Região para preservar e manter imóveis, infra-estruturas com valor histórico-cultural, quer existam nesses imóveis serviços da própria região, quer se tratem de imóveis que, em virtude da sua recuperação poderão ser postos à disposição e ao usufruto dos açorianos.

É neste contexto que nos parece válida a presente proposta do PCP, acrescentando-se neste caso estarmos perante um imóvel que tem também um valor afectivo para a

população de Santa Clara e que, por essa razão acrescida, deve ser objecto de preocupação das entidades públicas no sentido da sua manutenção.

Foi, aliás, por causa disso, que o Governo Regional, respondendo a uma solicitação da Junta de Freguesia de Santa Clara, já fez, através da Divisão de Serviços do Património Arquitectónico da Direcção Regional da Cultura, uma primeira vistoria ao local e à infra-estrutura em questão, com o objectivo de proceder a um primeiro levantamento conjunto do património edificado, do estado em que ele está e da envolvente.

Agora, seria necessário, e será necessário numa fase subsequente, passarmos a uma fase de recolha de elementos escritos que têm em atenção a história, a origem, bem como a propriedade do imóvel em questão.

Por isso convém também salientar nesta ocasião, e por uma questão de precaução, porque é agora que se devem colocar as questões de precaução, questões de âmbito dominial e de propriedade, que resultam necessariamente da leitura que se tem que fazer do facto do bem em questão se situar no domínio público marítimo, das implicações que isso tem, das dificuldades que isso pode criar e que normalmente em casos anteriores tem acontecido, e, por essa mesma via, ser um bem que está fora do domínio público regional.

Portanto, temos também a questão, levantada pela Sra. Deputada Piedade Lalande, de, segundo o que se consegue apurar e depois de uma decisão em Assembleia Municipal, existir um processo de classificação municipal do imóvel em questão em curso (não sei em que fase desse processo, mas em curso).

Portanto, esses elementos devem também nesta altura ser tidos em consideração, porque terão com certeza consequências nas diligências que é necessário tomar a partir da presumível aprovação desta proposta do PCP.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Neste momento a mesa não tem mais inscrições. Assim sendo, vou pôr à votação este projecto de resolução apresentado pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **Projecto de Resolução – Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores**, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho, para fazer a sua apresentação.

Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No Tratado de Lisboa estabelecem-se com clareza as competências que são atribuídas à União Europeia. Entre as que são designadas competências exclusivas, aquelas para as quais as decisões são tomadas pela União Europeia está “a conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas”.

Quer isto dizer que este Tratado de Lisboa confirma que Portugal e os Açores deixam de ter a Gestão dos Recursos biológicos do Mar da sua Zona Económica Exclusiva.

Por outro lado e ao abrigo dos acordos de política comum das pescas, actualmente os barcos de pesca da comunidade, barcos com capacidade de pesca muito superior aos pequenos barcos dos Açores e que pertencem a grandes empresas piscatórias, têm a autorização para pescar entre as 100 e 200 milhas.

Quer isto dizer, mais uma vez, que com este Tratado, não há a garantia da manutenção das 100 milhas, uma vez que as negociações ao abrigo da política comum de pescas não nos dão essas garantias e muito menos a garantia das 200 milhas.

Ora, de acordo com o novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional pode (e deve, dizemos nós) ter a iniciativa própria de pronunciar-se relativamente às questões que digam respeito à Região e que sejam da competência do Estado Português. Por outro lado, de acordo com o novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Região deve legislar em matéria de pescas, mar e recursos marinhos, incluindo a sua conservação, gestão e exploração (Artigo 53º, número 2, alínea b).

Isto quer dizer que, à luz do novo Estatuto Político-Administrativo da Região, o Governo Regional deve propor ao Governo da República a negociação de uma derrogação no Tratado, para que se abra uma excepção para os Açores de forma a

possibilitar a co-gestão da Zona Económica Exclusiva entre a Região e a Comissão Europeia. Só assim se cumprirá o estipulado no nosso novo Estatuto.

Como tem vindo a ser documentado pelos cientistas do DOP, a actividade piscatória dos barcos que actuam no nosso mar está a pôr em causa a biodiversidade no mar dos Açores. Exemplos claros deste facto é o aumento do esforço de pesca, isto é a quantidade de peixe capturado, em relação ao Espadarte e à Tintureira, bem como às espécies de tubarão Azul e Raposo e à Tartaruga *Caretta caretta* que são pescados por bycatch, isto é, são capturados como um subproduto da pesca. Note-se que com a abertura das 100 às 200 milhas, os barcos com actividade piscatória na zona aumentaram em número, aumentando também a capacidade total de pesca que diariamente está presente na zona em mais de 500%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A co-gestão da Zona Económica Exclusiva é vital para os Açores. A co-gestão permite o que se designa gestão de proximidade, atribuindo também responsabilidades aos Açorianos e Açorianas na gestão da biodiversidade e da manutenção dos ecossistemas em toda a sua Zona Económica Exclusiva. Nós queremos essa responsabilidade, para que possamos gerir os recursos e preservar a biodiversidade do mar dos Açores.

Ora o facto de o povo Irlandês ter em referendo, chumbado a ratificação do Tratado de Lisboa, (o que impediu a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009) abre novas perspectivas para a Região Autónoma dos Açores.

Como já aconteceu anteriormente, mormente com a Dinamarca, a Presidência Europeia propôs concessões aos Irlandeses, o que abre um novo processo negocial.

Os países da comunidade Europeia vêem nesta situação política uma janela de oportunidade para renegociar contrapartidas para os seus países, no âmbito de protocolos que se estabelecem e que fazem parte do Tratado. O Bloco de Esquerda/Açores entende que Portugal no âmbito desta renegociação, deve trazer em regime de excepção para os Açores, a co-gestão da sub-zona Económica Exclusiva dos Açores.

Exigir esta excepção é uma contrapartida mais do que justa para uma Região Ultra-periférica cujos recursos piscatórios são reduzidos e com a permissão da pesca entre as 100 e 200 milhas, ficam ainda mais sujeitos à sua depleção, uma região que, paralelamente, tem desenvolvido um trabalho exemplar na defesa da biodiversidade e dos seus recursos haliêuticos, pela acção dos pescadores e investigadores com a colaboração e apoio dos governantes.

Qual é a alternativa a esta proposta?

A alternativa apresentada no relatório do projecto aqui discutido, e segundo o Partido Socialista é esperar pela redefinição da política comum de pescas que ocorrerá em 2012. Perguntamos se devemos esperar na situação em que estamos e na qual não existe qualquer capacidade para fiscalizar o que é verdadeiramente pescado entre as 100 e 200 milhas, onde existem muitos montes submarinos ricos em biodiversidade e também em recursos minerais, alguns desses locais ainda pouco estudados ou mesmo não conhecidos e que poderão ser alvo de depleção dos seus stocks e da destruição da sua fauna e flora marinha?

Parece-nos que não. Queremos ter uma palavra a dizer na gestão do equilíbrio desses ecossistemas. A quem vamos atribuir responsabilidades pela destruição destas zonas tão importantes para o Açores em 2012?

A defesa destes ecossistemas pode ser feita já, com esta oportunidade política. Os Açores têm, no DOP, e na Universidade em geral, conhecimentos e competências reconhecidas internacionalmente que permitem realizar essa gestão com conhecimento científico, têm nos pescadores a consciência da importância da gestão sustentável dos recursos e nos Açorianos e Açorianas o apoio incondicional para a defesa destes ecossistemas. Estamos pois mais do que aptos para a sua gestão.

A renegociação do Tratado de Lisboa, neste ponto de vista, é uma oportunidade política única para fazer valer os direitos sobre o mar, que, entendemos, deverão ser sempre co-geridos pela Região.

Esta oportunidade política deverá também contribuir para criar uma estrutura organizada de governança que possa eficazmente defender a política Portuguesa sustentável para o Mar junto da União Europeia e da qual os Açores têm necessariamente uma voz activa.

Disse.

Presidente: Está aberto o debate.

Estão inscritos os Srs. Deputados José Rego e Paulo Rosa, o Sr. Subsecretário Regional das Pescas e o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Tal como já havia afirmado na Comissão de Economia, o Partido Socialista considera que o Projecto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda é extemporâneo. É extemporâneo por duas razões:

Primeira, por causa da ratificação do Tratado de Lisboa, que já foi feito pela Assembleia da República com os votos do Partido Socialista, do CDS e do PSD.

O Tratado de Lisboa ao ser ratificado pelo Parlamento Nacional e por vários Parlamentos Europeus, não está aberto nestes países a uma nova renegociação, como o Bloco de Esquerda pretende.

Entendemos que para o Bloco de Esquerda o Tratado de Lisboa não é um bom tratado. Para o Partido Socialista o Tratado de Lisboa é um bom tratado para os Açores e para as Regiões Periféricas da Europa. Tem um “senão” na parte relativa à gestão dos recursos marinhos.

Todavia, tal como nós analisamos em termos da Comissão, a gestão dos recursos marinhos não aparece neste tratado pela primeira vez em termos da Comunidade Económica Europeia.

Portanto, é matéria que foi referenciada ao longo de vários anos em regulamentos comunitários como o Regulamento das águas ocidentais, regulamento este que tem uma durabilidade de 10 anos, como qualquer regulamento comunitário.

Não se pode, no momento em que o regulamento está em vigor e no momento em que o país está comprometido com outros países para a rectificação do Tratado de Lisboa, abrir um precedente nesta matéria.

Portanto, nós entendemos que ele é extemporâneo.

Ainda relativamente a esta matéria, importa referir que a nossa Zona Económica Exclusiva não é só defendida através do Tratado de Lisboa, nem só defendida através do Regulamento Comunitário das Águas Ocidentais.

O Governo tem dado prova ao longo desses anos, quando foi aprovado o último Regulamento Comunitário, que tem trazido para a Região grandes benefícios na defesa das nossas Zonas Marinhas e dos nossos recursos.

Lembro que após ter sido aprovado o Regulamento 2002, por solicitação do Governo Regional, algumas técnicas depredadoras dos nossos mares, e que não são tradição nas nossas pescas, foram defendidas e hoje não são praticadas na nossa Região por frotas que o faziam, como as técnicas de arrasto ou a outra técnica relacionada com as redes de emalhar. Eram duas técnicas que não eram utilizadas pelos nossos pescadores e que hoje as nossas águas estão mais defendidas sem ser através do Tratado de Lisboa ou do próprio Regulamento.

A defesa da nossa Zona Económica Exclusiva não passa também só por aí. Passa por todos os fóruns em que o Governo Regional tem participado e onde continua a defender a Zona Económica Exclusiva dos Açores entre as 100 milhas e as 100 e as 200 milhas, defendendo sempre que os Açores deverão ter uma palavra a dizer sobre a gestão desses recursos marinhos.

A defesa dos nossos mares passa pela investigação científica no sentido de que se deve continuar a apoiar o departamento, por excelência, da nossa universidade, por um melhor conhecimento para que nestes fóruns possamos continuar a conhecer melhor os nossos mares e defender melhor a nossa Zona Económica Exclusiva.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa defesa não passa só por aí. Passa também pela classificação de algumas áreas em algumas zonas marinhas. Há pouco tempo foi criado o Parque Marinho dos Açores que incluiu as Zonas Classificadas e que alerta para a classificação de outras zonas.

Em nosso entender o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda não vai ser aprovado por parte do Partido Socialista.

Deputados Lizuarte Machado e José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP, no passado, já abordou a temática da restauração do limite das 200 milhas para a Zona Económica Exclusiva e já o repetiu nesta legislatura nomeadamente logo na reunião plenária desta Assembleia para discussão e votação do Programa do Governo, em Dezembro último.

O CDS/PP é, e sempre foi, um acérrimo defensor da soberania das nossas águas territoriais, sobretudo quando teve responsabilidades de Estado.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Exemplo disso foi o mediático caso do petroleiro “Prestige” que se afundou ao largo da Galiza a 19 de Novembro de 2002 e que “*nuestros hermanos*” tentaram empurrar para as nossas águas...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: ... tendo essa intenção sido frustrada por um navio da armada portuguesa. Era Ministro de Estado e da Defesa Paulo Portas.

A iniciativa do Bloco de Esquerda, em debate, está longe de ser uma iniciativa pioneira, como se só o Bloco de Esquerda, de forma inédita, tivesse descoberto, subitamente, que é de interesse regional a crescida restauração das 200 milhas das nossas águas territoriais.

A iniciativa do Bloco de Esquerda invoca normas da nova redacção do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que permitem e exigem mesmo um maior intervencionismo da Região e invoca-as correctamente. Mas o Bloco de Esquerda só pode invocar essas novas normas do Estatuto, porque, durante cerca de 2 anos, deputados do PS, do PSD e do CDS trabalharam afincadamente para a nova redacção do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a quem reiteramos hoje, e aqui, a nossa homenagem.

Anteontem surgiram notícias na comunicação social de um encontro entre o Sr. Presidente do Governo Regional e a Sra. Coordenadora das Regiões Ultraperiféricas na Comissão Europeia, Paula Lassi, que terá deixado bons augúrios, relativamente às pretensões regionais nesta matéria.

Esta visita de um alto representante da Comissão Europeia constituiu também uma oportunidade excelente que esperamos que tenha sido bem aproveitada no sentido de uma sensibilização acrescida junto das instituições europeias para fazermos prevalecer uma reivindicação que é de todos os açorianos e não exclusiva do Bloco de Esquerda.

Importa neste momento salientar que os açorianos são os guardiões de um terço da Zona Económica Exclusiva da União Europeia. Já vai sendo tempo de assumirmos colectivamente essa posição e a nova redacção do Estatuto Político-Administrativo dá um importante contributo nesse sentido.

Há diligências em curso, aliás referidas no texto preambular da iniciativa, o que legitima questões sobre a oportunidade da iniciativa.

É um dever patriótico defender o nosso território, mas não nos podemos alhear dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado e dos quais temos vindo a beneficiar a vários níveis.

A gestão do nosso mar, que vai exigir de nós destreza e sabedoria no sentido de conciliar os compromissos assumidos a nível internacional, pelo Estado Português, com o interesse de preservação dos recursos, dos quais os açorianos são os guardiões a nível europeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

* **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria eu gostaria de fazer uma retrospectiva do que é que aconteceu à Zona Económica Exclusiva dos Açores, quando houve uma alteração aos mecanismos de protecção que existiam na nossa Zona Económica Exclusiva.

Em 1995, a gestão dos recursos estava na Comissão Europeia. Foram criados dois mecanismos, dois regulamentos comunitários, que proibiam que embarcações de outros Estados-Membros pudessem exercer a actividade da pesca nas águas sob jurisdição nacional à volta dos Açores.

A jurisdição nacional, como sabem, são as 60 milhas e esse regulamento comunitário fazia com que nenhuma embarcação de outra bandeira, que não fosse a nacional e registada nos Açores, em particular, pescasse na Zona Económica dos Açores.

Com a alteração do novo pacote da Política Comum de Pescas em 2002, foi criado um regime para os próximos 10 anos para funcionar até 2012.

Após a aplicação dessa nova Política Comum de Pescas, em que os Estados-Membros passaram a gestão para a Comissão Europeia, foi retirada a protecção que existia, em Novembro de 2003, através do Regulamento das Águas Ocidentais.

Convém referir aqui quais os partidos políticos que contribuíram decisivamente para que fosse retirada a protecção das 200 para as 100 milhas. Foi o PSD e o CDS que, tendo a Região já obtido nas negociações nos Grupos de Política Interna das Pescas as 200 milhas, como o Governo da República não conseguiu negociar bem essa questão do Continente Europeu, acabou por retirar as 100 milhas, tendo como contrapartida poder negociar o acordo bilateral com a Espanha para limitar o número de embarcações que entravam nas águas do Continente Europeu.

Nesse sentido, foi assinado um acordo. A nossa Zona Económica Exclusiva foi reduzida com o Regulamento das Águas Ocidentais.

Entretanto foi negociado um acordo que limitava o número de embarcações espanholas nas águas continentais portuguesas, mas que permitia que qualquer embarcação licenciada por Espanha pudesse pescar até às 100 milhas das águas açorianas.

Mais grave do que isso. Esse regulamento só entrava em vigor em Julho de 2004 e os dois partidos políticos que na altura formavam o Governo da República tomaram a iniciativa de autorizar as embarcações espanholas a pescar dentro da Zona Económica Exclusiva antes desse documento entrar em vigor.

Foram dadas instruções às autoridades fiscalizadoras no mar para não fiscalizarem entre as 100 e as 200 milhas.

As associações de pesca interpuseram um recurso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, no qual está a ser posto em causa o comportamento do Ministro de Estado da altura que deu instruções concretas para os navios de fiscalização e os meios aéreos não fiscalizarem as embarcações fora das 100 milhas.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): E agora estão a fiscalizar?

O Orador: Estão a fiscalizar, Sr. Deputado.

A semana passada existiu uma missão VIMAR, que é uma missão via mar, em que há a componente naval e a componente aérea, não com o reforço que nós pretendíamos,...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Porquê? O Sócrates não arranjou uns helicópteros para fiscalizar?

O Orador: ... porque nós consideramos que tem que haver mais fiscalização no mar. Mas o que foi grave foi o comportamento pouco ético dos partidos da altura que puseram os interesses estratégicos da Região de lado para poderem negociar o acordo bilateral com Espanha.

Nós queremos estar na Política Comum de Pescas, porque a Política Comum de Pescas também tem coisas boas, tem os apoios comunitários, tem os apoios do POSEIMA, tem uma evolução no âmbito da gestão dos recursos. Nós aprendemos com as negociações e com os conhecimentos que existem na União Europeia.

Nós pretendemos que os mecanismos de controlo e de protecção que tínhamos fossem novamente introduzidos. Esses mecanismos são possíveis de introduzir. Aliás, ainda hoje a própria Comissão Europeia lançou um novo debate sobre a Política Comum de Pescas, porque considera que ela não está a produzir os efeitos que se pretendiam.

Na nossa opinião, devemos tratar dos assuntos da protecção das nossas águas dentro da Política Comum de Pescas. Nós não queremos estar fora, queremos estar dentro e isso faz-se debatendo tecnicamente e também com o apoio do sector das pescas, porque queremos que seja criado um Conselho Consultivo Regional para as Regiões Ultraperiféricas nesta matéria e estamos convencidos que, ou através do recurso que temos do Tribunal ou através também de novas negociações que se vão iniciar a partir do dia de hoje, para conseguirmos melhorar a protecção e recuperar aquela área que foi, por negligência de dois partidos políticos, deitada abaixo da Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira referência para a proposta do Bloco de Esquerda. O PSD entende que é uma proposta bem intencionada, mas do ponto de vista da metodologia entendemos que é uma proposta que não produziria os resultados que todos desejamos.

O que é que todos desejamos?

É que a Zona Económica Exclusiva, a zona de jurisdição dos Açores nos seus mares, seja alargada até às 200 milhas. Mas atenção! Actualmente exige-se fiscalização.

Se vamos ter que esperar até à revisão da Política Comum de Pescas, até lá, é preciso que a fiscalização actue e não, como o Sr. Secretário acabou de referir, que queríamos mais meios mas não temos.

Sabemos perfeitamente o que é que isso quer dizer. Queríamos mais meios e não temos, significa que a fiscalização é feita de um modo perfeitamente incipiente.

O PSD não concorda com a metodologia da proposta do Bloco de Esquerda, porque inclusive já foi vertida em doutrina do Partido Popular Europeu que a negociação desse alargamento das 100 para as 200 milhas, deverá ser feita alavancando aquilo que são as questões ambientais, nomeadamente com a criação de uma zona ambientalmente sustentável, naturalmente com restrição ao acesso de frotas e às correspondentes artes de pesca.

Como disse há pouco, as 200 milhas é uma reivindicação política de todos (julgo que ninguém nesta casa pensará de maneira diferente), mas como reivindicação política deve ser tratada como tal, politicamente, e não judicialmente.

O Governo Regional entendeu colocar em tribunal a decisão e os decisores da altura, ou seja, estão a “entreter-se a bater com a cabeça contra a parede”, porque por aí não vão conseguir coisíssima nenhuma. Está mais que provado. O processo já se arrasta não sei há quanto tempo. O escritório de advogados continua a receber os respectivos honorários, suponho eu. Portanto, por aí não vamos lá.

Pela via política, sim! Pela via judicial, evidentemente que vamos continuar a “bater com a cabeça contra a parede”.

Agora, aproveitando aquilo que hoje é anunciado, que é a adopção do Livro Verde sobre a Política Comum de Pescas, julgo que aí, sim, poderão ser vertidas todas as preocupações de natureza ambiental. Esses contributos são recolhidos até 31 de Dezembro e seria muito bom que a própria Comissão Europeia pudesse adoptar as nossas reivindicações, porque dessa maneira seria meio caminho andado para a respectiva aprovação.

Vamos à demagogiazinha do Sr. Secretário Regional.

Como sabe, em 2002 a derrogação que nos permitia ter a jurisdição até às 200 milhas acabou. Como acontece em todos os Estados-Membros a jurisdição passou a ser até às 12 milhas, como acontece em todos os Estados da União Europeia.

Por defeito, todos os países da União Europeia têm 12 milhas. Nós tivemos uma derrogação que nos permitiu, até 2002, ter as 200 milhas.

Agora vejamos a cronologia dos acontecimentos.

O Sr. Secretário gosta muito de dizer que passámos das 200 para as 100, mas a cronologia dos acontecimentos não foi essa: passámos das 200 para as 12, para as 100.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Provo isso com o seguinte:

Nesta casa, em 2002, foi aprovada por unanimidade uma proposta de resolução do PCP, assinada pelos Srs. Deputados de então José Decq Mota e Paulo Valadão, e que se defendia que no Plano nacional deveria ser mantida, para além de 31 de Dezembro de 2002, a soberania nacional sobre o mar territorial das 12 milhas. Ou seja, o que tínhamos eram 12 milhas. Tudo o que viesse a mais era lucro. Vou explicar por que é que era lucro. Um documento da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, assinado pelo então Secretário Regional Ricardo Rodrigues, afirmava, a páginas tantas, no ponto nº 6 (depois posso facultar esta fotocópia ao Sr. Subsecretário Regional), que um dos objectivos era alargar até às 50 milhas...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a zona marítima de reserva de pesca das espécies demersais, das espécies de profundidade, crustáceos, etc., etc.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Estávamos com 200, passámos às 12, aqui timidamente passámos para as 50.

Vamos mais longe...

Deputado José Lima (PS): Nessa altura os senhores estavam de acordo com o Governo lá de fora!

O Orador: Sr. Deputado, pode inscrever-se.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

O Orador: Posso continuar?

Deputado José Lima (PS): Pode! Mas com verdades, não com mentiras!

O Orador: Eu estou a ler documentos.

Quando nós dizíamos que passámos das 200 para as 12 e nesta casa pedíamos mais do que 12, ou seja, tudo o que fosse mais do que 12 era lucro, na Assembleia da República foi apresentado o Projecto de Resolução nº 28, sobre a Revisão da Política Comum de Pescas, que na sua alínea b) dizia o seguinte:

“Assegurar o acesso preferencial das frotas nacionais à zona contígua adjacente ao limite externo do mar territorial, alargando a zona de acesso reservado até às 50 milhas marítimas”.

Vou ler quem é que subscreve esse Projecto de Resolução (vamos lá ver se conhecem):

António Costa – conhecem?

Deputado José San-Bento (PS): Não!!!

O Orador: José Apolinário – conhecem?

Deputado José San-Bento (PS): Não!!!

O Orador: Capoulas Santos – conhecem?

Que me recordo, só me lembro ligeiramente de Ascenso Simões.

Deputado José Lima (PS): O que é que os senhores fizeram?

Os senhores assinaram as 12 milhas!

O Orador: Sr. Deputado, espere! Tenha calma! Normalmente quando se perdem os argumentos tira-se a palavra ao debatente.

Concluindo, recordo só que, na altura, o Governo que foi acusado pelo Sr. Subsecretário Regional das Pescas de que tinha reduzido de 200 para 100 milhas, o que conseguiu foi passar das 12 para as 100 milhas mais os montes submarinos, e agora a pérola que fecha todo este processo.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, de então, Dr. Ricardo Rodrigues, afirmou publicamente que se tinha obtido uma boa negociação.

Ou seja, todos esses argumentos só foram aduzidos aqui, porque o Sr. Subsecretário não resistiu à tentaçãozinha de dizer que o Governo de Durão Barroso e de Paulo Portas tinha reduzido de 200 para 100 milhas.

Não foi nada disso que aconteceu!

O que aconteceu foi que o Governo de Durão Barroso e de Paulo Portas passou das 12 para as 100 milhas mais os montes submarinos, aliás com a concordância e o aplauso do Secretário Regional de então, Ricardo Rodrigues.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já aqui foi afirmado, o mar é o recurso primordial da nossa Região. Factor de dificuldades e isolamento no passado, não obstante é, de há muito, um elemento de aproximação entre os Açores e o mundo, gerador de riqueza e oportunidades.

Por ser uma das principais fontes de prosperidade do nosso arquipélago, é tarefa central de todos nós, desta Assembleia, a sua defesa intransigente e a sua valorização e protecção.

No momento em que se inicia o longo processo de discussão para a revisão da Política Comum de Pescas, tendo sido hoje mesmo apresentado o Livro Verde sobre a política de pescas pela Comissão Europeia, importa que esta Assembleia não se demita do seu papel de defesa dos nossos interesses e de protecção dos nossos

recursos. Não temos o direito de nos abster nem de deixar que outros decidam por nós!

E, Srs. Deputados, a verdade que não gostam de ouvir, ou pelo menos alguns dos Deputados presentes, é que o Tratado de Lisboa não está em vigor! O Tratado de Lisboa foi rejeitado por todos os povos que tiveram a oportunidade de se pronunciar e, apesar de todos os esforços do Partido Socialista e do Partido Popular Europeu, a verdade é o Tratado que está politicamente moribundo.

Como tal, não só é justo e legal como também é necessário que esta Assembleia se pronuncie sobre as questões que nele nos concernem. É necessário que esta Assembleia dê um sinal de que Portugal deve ter, nesta matéria, uma posição negocial forte, porque se tratam de matérias fundamentais para o País e para a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma política para as pescas deverá promover a modernização e o desenvolvimento sustentável do sector, assegurando a sua viabilidade socioeconómica e a sustentabilidade dos recursos haliêuticos e garantindo o abastecimento público de pescado e a soberania e segurança alimentares, a manutenção dos postos de trabalho e a melhoria das condições de vida dos pescadores.

Uma política para as pescas deve partir da assunção da interdependência entre o bem-estar das comunidades piscatórias e a sustentabilidade dos ecossistemas, dos quais são parte integrante, nomeadamente, reconhecendo a especificidade e a importância da pequena pesca costeira e da pesca artesanal. E esta é uma realidade ainda mais central na nossa Região!

Ao contrário do que é advogado pela Comissão Europeia, é necessária uma maior descentralização da Política Comum de Pescas, que garanta o envolvimento dos pescadores, das suas organizações representativas e das comunidades piscatórias na co-gestão dos recursos marinhos.

As pescas nas águas da zona económica exclusiva de cada Estado-Membro são essenciais para a salvaguarda da sua soberania e independência. Trata-se, aqui, da questão de fundo. As comunidades que dependem da pesca têm uma palavra a dizer! Os Açores têm uma palavra a dizer!

E, para o PCP, o rumo é muito claro e não é de agora que o dizemos:

A fim de garantir a sustentabilidade dos recursos, da actividade da pesca e das respectivas comunidades locais, consideramos indispensável que os Estados-Membros exerçam a sua soberania sobre as 12 milhas do Mar Territorial e que a área correspondente às ZEE das Regiões Ultraperiféricas seja considerada zona de acesso exclusiva.

Temos perante nós uma escolha simples, Srs. Deputados:

Ou nos remetemos ao silêncio e ao seguidismo obediente perante o centralismo, de Lisboa como de Bruxelas ou, com coragem e determinação defendemos o património nossas das gerações futuras.

Julgo que era importante que esta Assembleia tomasse uma posição de apoio à proposta que estamos a apreciar.

Por parte do PCP acontecerá!

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me um aparte. Penso que é a altura de se dizer qualquer coisa como isto: esta Assembleia não é uma quinta dividida em quotadas, com donos diferentes. Pelo menos eu não a vejo assim e penso que os açorianos e as açorianas também não a vêem assim.

Esta Assembleia é a casa onde todos e todas nós temos a obrigação de contribuir, cada um à sua maneira e cada um de acordo com a sua linha política, para o desenvolvimento desta Região e para os direitos das pessoas que aqui habitam.

Quem já cá estava nesta casa não tem mais legitimidade democrática do que aqueles que chegaram agora.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Nem menos!

A Oradora: Nem menos! Se não têm mais, também não têm menos. Isso é tão claro que não tem discussão.

Portanto, cada vez que há uma proposta a ver se entra alguém que se apresenta como o dono anterior da proposta, com uma data anterior à apresentação ou à defesa agora,

pelo amor de Deus, acho que não dignifica esta casa e ninguém fora dela percebe o que é que isto quer dizer.

Portanto, abaixo as quotadas!

Viva a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores!

Relativamente àquilo que está em causa, era bom termos presente que os peixes e os recursos marinhos não sabem geografia e não percebem nada de política. Normalmente limitam-se a nadar.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que enquanto assistirmos aqui a um pingue-pongue de culpas e de responsabilidades entre o PS e o PSD, e de vez enquanto também entra o CDS (quem é que era Primeiro-Ministro na altura, quem é que tirou e quem é que pôs) os nossos recursos haliêuticos continuam a ser depredados e não pelos pescadores da Região Autónoma dos Açores.

Se calhar, perderíamos menos tempo neste tipo de discussão e iríamos directamente àquilo que verdadeiramente importa às pessoas, neste caso à Região, ao país, à Europa, ao mundo e aos nossos pescadores.

Os senhores (e quando digo os senhores refiro-me concretamente ao Partido Socialista e aos Membros do Governo que já se pronunciaram sobre esta matéria), dizem que o Tratado de Lisboa, que nem sequer está em implementação, não pode ser alterado.

Srs. Deputados, façam o favor de reconhecer que ele está neste momento a ser alterado para que algum dia possa entrar em vigor.

Há vários povos a aproveitar esta janela da oportunidade para que algum dia ele entre em vigor, porque senão ele nunca entrará, apesar de se chamar de “Lisboa”.

A questão é: ninguém nesta casa, pelo menos o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não o fez, nem o fará, negou todo o caminho feito pelo Governo Regional dos Açores, pelas entidades do sector, pela Universidade dos Açores, no sentido da defesa e da justificação, em termos ambientais, da defesa da nossa Zona Económica Exclusiva.

Não é isso que está em causa.

O que nós estamos a propor é, se há uma outra frente de batalha, se há uma outra oportunidade, por que não aproveitá-la? Por que a proposta é do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda?

Ninguém compreende essa razão.

Os senhores dizem que nós estamos a defender a alteração do Tratado de Lisboa. Não estamos, não senhor!

Isso é claro no nosso projecto!

Nós estamos a defender uma derrogação para a Região Autónoma dos Açores e uma derrogação é uma alteração, é uma excepção, que deixa o vosso “amado” Tratado exactamente na mesma e altera um bocadinho dele em favor desta Região.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está a abrir uma excepção!

A Oradora: Esta tentativa de alteração deste artigo que nos penaliza, o Governo República deve isso à Região Autónoma dos Açores. Sabem porquê? Porque a queixa apresentada, e bem, pelo Governo Regional no Tribunal Europeu, foi chumbada, porque não foi apresentada pelo Governo República, porque quem tem legitimidade na União Europeia para o fazer são os Estados, são os países e não a Região Autónoma.

Portanto, para poder de alguma maneira dirimir esta Região da sua cobardia (estou a falar do Governo da República) em apresentar – ele, porque era ele que tinha a obrigação de o fazer – em nome da Região Autónoma dos Açores essa queixa, não o fez e permitiu que ela falisse da maneira como faliu.

Finalmente, das duas uma:

Os senhores não gostam desta proposta, nem lhe reconhecem mérito nenhum, única e exclusivamente, porque ela é da iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e porque os senhores não têm também a coragem de exigir do Governo da República que de vez em quando pense que esta Região existe no mapa, faz parte da Europa e ele tem a obrigação de a defender.

São essas as razões. Não há mais nenhuma outra razão viável e que qualquer açoriano ou açoriana possa entender.

É mais uma oportunidade de defender a Zona Económica Exclusiva dos Açores. Por que não?

Muito obrigada.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

*** Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por dar algumas respostas à Sra. Deputada Zuraída Soares.

A Sra. Deputada não percebeu a minha intervenção.

Eu disse e reafirmo: o Partido Socialista e todos os partidos desta Assembleia têm defendido a Zona Económica Exclusiva dos Açores no que se refere às 200 milhas.

Eu disse e afirmei que continuaremos a defender em todas as instâncias.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então defendam!

O Orador: O que é que disse o Presidente Carlos César, no dia da assinatura do Tratado de Lisboa?

A senhora não ouviu. Ele disse que o tratado é bom para os Açores. Tem coisas menos positivas e as coisas menos positivas passam por essa questão que estamos a abordar agora.

Portanto, a Sra. Deputada Zuraída Soares que quer ter uma quotada não a tem. Essa quotada é de todos os partidos, é de todos os açorianos, é dos pescadores dos Açores.

Portanto, continuaremos a defender em todas as instâncias a Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Portanto, a senhora perceba o que é que acontece à sua proposta. Ela é extemporânea. Não pode ser defendida agora junto do Governo da República, porque não se pode rectificar agora o tratado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Porque não querem!

O Orador: O que a senhora quer é pôr em causa o Tratado de Lisboa.

O que o seu partido quer é que a construção europeia não se faça.

A Sra. Deputada perceba que há acordos internacionais dos parlamentos e o nosso país comprometeu-se com os outros países continuar a construir uma Europa e um dos passos foi o Tratado de Lisboa com o qual o seu partido esteve e está contra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é essa a questão!

O Orador: A Sra. Deputada hoje vem defender o Tratado de Lisboa, mas a senhora está contra, votou contra o Tratado do Lisboa.

Relativamente a essa matéria a Sra. Deputada não pode achar que é a única defensora da nossa Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Quando dizem para esperarmos para 2012, o nosso Governo não vai esperar e o Sr. Secretário foi muito claro quando disse que estando aberta a discussão da Política Comum de Pescas, falaremos outra vez sobre esse assunto ao nível da Comunidade Económica Europeia porque queremos estar lá.

Muitas vezes não percebemos se o Bloco de Esquerda quer estar na Europa ou se não quer estar. Nós queremos estar na Europa para o bom e para o mal e é nesse sentido que na Política Comum de Pescas continuaremos a defender os interesses dos pescadores e os interesses da nossa Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Relativamente ao que foi afirmado pelo PCP, julgo que se aplica o mesmo que disse para o Bloco de Esquerda. O tratado não está em vigor, mas há um compromisso da parte portuguesa que devemos cumprir.

Portanto, não podemos brincar à rectificação de tratados. Não é uma brincadeira rectificar um tratado. É o assumir de um país perante os outros o que é que nós entendemos, o que queremos para a Europa.

Relativamente às questões trazidas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, eu percebo que custa muito a questão judicial.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não custa nada!!!

O Orador: Acha que tudo deve ser tratado ao nível político.

Para o Partido Socialista, a questão judicial foi uma questão de honra de defesa dos interesses dos Açores para quem não os defendeu na devida altura.

Hoje, para si, a questão deve ser política, não deve ser judicial.

É certo que a queixa que foi apresentada não foi julgada, mas foi uma queixa apresentada pela Região sobre uma matéria que ao PSD não interessa ouvir, porque o compromisso foi assinado pelo PSD, por isso hoje custa-lhe dizer que não deve ser tratado judicialmente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é o compromisso?

Passar das 12 para as 100 milhas!

O Orador: O Sr. Deputado é matreiro na leitura do Projecto de Resolução que foi aprovado por unanimidade nesta casa.

Vou ler o Projecto de Resolução para que o senhor perceba a matreirice.

Na alínea c) do Projecto de Resolução diz: “defender no plano nacional, que deverá ser mantido para além de 31 de Dezembro de 2002 a soberania nacional”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que está vendo isso?

O Orador: O senhor tem 2 projectos de resolução. Devia estudar melhor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tenho!

O Orador: Então leia. Estude.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que diz aí?

O Orador: Diz aqui: “na sequência do ponto anterior, deverá ser mantido o estatuto actualmente vigente na União Europeia para a exploração pesqueira da Zona Económica Exclusiva Portuguesa contígua à Região Autónoma dos Açores”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E...

O Orador: Isto quer dizer que esta Assembleia por unanimidade, com os votos dos PSD, defendeu ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E as 12?

O Orador: ... depois de uma proposta do PCP, que foi alterada pela Comissão de Economia para este texto que aqui tenho...

Deputado Lizuarte Machado (PS): A vossa proposta era uma treta. Nós não estamos para fazer isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Defendeu 200 quando tinha 12!

Isso é semântica!

O Orador: Não é semântica, Sr. Deputado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O senhor confunde o mar territorial com a Zona Económica Exclusiva. São coisas diferentes!

O Orador: Um governo, como o Governo do PSD...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Se os senhores tivessem continuado no Governo não tínhamos nada!

O Orador: ... que parte para uma negociação aceitando a 12 milhas e que depois pelo esforço que foi feito nesta Assembleia, pelo Partido Socialista, pelos pescadores dos Açores passou de 12 para 50 e continuou a exigir as 200 milhas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não passou para 50 nada! É baralhação!

O Orador: Não é baralhação!

Quando alguém diz que em vez de 12 se peça 50, depois 100 e depois 200, como foi aqui afirmado nesta Assembleia, estas pessoas que na altura defenderam muito bem a Região, a Autonomia dos Açores e o Governo dos Açores, fizeram muito bem em, judicialmente, pôr em causa a deliberação tomada pelo Governo nacional.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tentar demonstrar que o Sr. Deputado Jorge Macedo disse aqui uma coisa que não foi totalmente verdade.

O Sr. Deputado Jorge Macedo quando apresentou o documento esqueceu-se de ler o parágrafo nº 1 desse documento, que tenho aqui.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é o documento?

O Orador: Os regulamentos comunitários que estão em vigor e até o regulamento das águas ocidentais não é só para as embarcações açorianas, é para as embarcações de bandeira portuguesa. São as embarcações dos Açores, da Madeira e do Continente. Foi sempre assim desde a entrada de Portugal na União Europeia.

Aquilo que dissemos no nosso documento que o Sr. Deputado tem à sua frente, no parágrafo nº 1, foi que, em primeiro lugar, queremos manter em vigor o Regulamento 2027/95 e o Regulamento 685/95, são os regulamentos que dizem que na Zona Económica Exclusiva dos Açores só podem operar embarcações portuguesas.

Depois dizemos que “dentro da Zona Económica Exclusiva, a ser operada só por embarcações portuguesas, queremos que as 50 milhas fiquem só para as embarcações açorianas.” Essa é que é a grande diferença e o senhor não referiu aqui aquilo que tinha lido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é a diferença? Agora temos 100!

O Orador: A diferença é que desde o início da entrada na União Europeia existiu um filtro nas 200 milhas para as embarcações de bandeira portuguesa. O senhor sabe muito bem que as nossas embarcações vão pescar atum à Madeira e que as embarcações da Madeira vêm pescar atum aos Açores; que há embarcações do

Continente a pescar cá e que as nossas embarcações até podem ir pescar para o Continente. Mas há um acordo e há sempre a possibilidade de quando as embarcações nacionais vêm cá pescar serem precedidas de uma autorização do Governo Regional.

A partir de 96, negociámos com o Governo da República a não vinda para cá de embarcações de pesca de fundo e desde de 96 que apenas estão a pescar cá embarcações do Continente com palangre de superfície, mais as embarcações madeirenses. Foi isso que pedimos no próprio regulamento da Comissão Europeia.

O próprio Regulamento das Águas Ocidentais diz a mesma coisa, diz que nas 100 milhas podem operar as embarcações regionais registadas, bem como as outras embarcações comunitárias que já têm históricos de pesca na Região Autónoma dos Açores, que são as embarcações obviamente de bandeira portuguesa.

Eu queria deixar ficar esta clarificação, porque aquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo disse estava muito incompleto e a Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional sempre pediram que fosse as 200 milhas para as embarcações nas quais estão incluídas as embarcações açorianas.

De qualquer modo a nossa posição é que conseguiremos e vamos trabalhar para introduzir esses dois mecanismos de protecção, porque é muito mais passível, em termos da própria Política Comum de Pescas, conseguirmos defender a diferença que existe entre as nossas águas, que são muito mais sensíveis à sua exploração, com as águas do Continente Português.

Por exemplo, temos nas espécies demersais e de profundidade tradicionais, até aos 600/700 metros, nas 200 milhas, 50% da área de bancos de pesca que existem nas 12 milhas do Continente Português. Já explicámos isso e eles dizem que temos razão.

Os próprios técnicos da Comissão Europeia quando conversam connosco dizem que temos razão e que não é uma questão de distância.

A questão da reserva para as frotas locais não é uma distância de milhas, é uma questão de deixar em termos da estabilidade relativa das comunidades piscatórias áreas de pescas disponíveis para poderem pescar a médio e longo prazo.

Esse argumento que temos introduzido de dizer que na Região Autónoma dos Açores aquilo que pretendemos é proteger os bancos de pesca para que as nossas

embarcações tenham hoje menos oportunidades que as embarcações do Continente, têm tido já neste momento alguma aceitação por parte técnica da União Europeia.

Temos que passar à face seguinte e estamos a lutar para isso.

Quando ontem a Sra. Chefe da Unidade esteve a falar connosco, colocámos a necessidade de criar um Conselho Consultivo Regional para as Regiões Ultraperiféricas, porque podemos pôr todos os pescadores das Regiões Ultraperiféricas a lutarem por interesses específicos que, embora sendo de zonas diferentes, são praticamente idênticos. Portanto, há muitas formas.

Para além disso temos um processo no tribunal que foi posto com toda a aceitação e com todo o apoio de toda a comunidade ligada ao sector marítimo da Região, porque temos razão. A própria União Europeia acabou por não cumprir os princípios que ela própria definiu.

Quando o Sr. Deputado Jorge Macedo diz que ficámos com as 100 milhas mais os bancos de pesca, não é verdade!

Nós não ficámos com bancos de pesca.

Apresente-me o número do Regulamento Comunitário que nos diz que ficámos com bancos de pesca fora das 100 milhas.

Lanço-lhe o desafio!

Sr. Deputado Jorge Macedo, diga, neste Parlamento, qual é o Regulamento Comunitário que põe os bancos de pesca fora das 100 milhas para a frota da Região Autónoma dos Açores?

Deputado Rui Ramos (PSD): O próprio Dr. Ricardo Rodrigues disse-o!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico tem demonstrado ao longo dos últimos anos uma grande preocupação com a defesa da integridade da Zona Económica Exclusiva.

Nesse sentido, esta proposta do Bloco de Esquerda é uma proposta que, do ponto de vista político e do ponto de vista daquilo que é o momento em que esta questão deve ser novamente abordada, temos também a mesma percepção.

No entanto, lendo a proposta, é evidente que ela pressupõe uma série de conceitos e de integração em relação à União Europeia que não podemos de forma nenhuma subscrever na íntegra, porque temos uma visão diferente daquilo que deve ser a União Europeia do ponto de vista político e do ponto de vista institucional.

Mesmo assim, consideramos que a proposta do Bloco de Esquerda tem efectivamente mérito político.

Nesse sentido, e diminuindo a nossa aceitação do ponto de vista conceptual do que aqui está escrito em relação à União Europeia, retirando essa parte conceptual, nós apoiamos a medida no sentido político que ela pretende atingir.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Deputada Zuraída Soares chamou bem a atenção de que o que está aqui em causa é a proposta do Bloco de Esquerda.

Eu cingi-me apenas aos argumentos da nossa discordância relativamente à metodologia, mas com a nossa concordância relativamente à intenção.

Evidentemente inscrevi-me a seguir ao Sr. Secretário. Pensava que o Sr. Secretário não ia repetir os mesmos argumentos que tinha utilizado na Comissão de Economia e que já tinham sido rebatidos. Ou seja, a Comissão de Economia é o sítio mais recatado e quando nós perdemos alguns argumentos às vezes não caímos na tentação de depois, no plenário, virmos a repeti-los.

Esta minha intervenção é muito rápida e muito curta.

Boa intenção no Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Discordamos da metodologia porque entendemos que a metodologia tem que ser outra, tem que ser pela via ambiental, da preservação das espécies e das artes de pesca, com fiscalização que tem que existir entre as 100 e as 200 milhas.

Evidentemente que não podíamos deixar passar em claro as afirmações do Sr. Subsecretário Regional das Pescas quando diz que passámos das 200 para as 100 milhas por causa do Governo do PSD e do PP.

Esse argumento ficou provado à exaustão, como referi na minha primeira intervenção, que não é verdadeiro.

A cronologia dos acontecimentos não foi essa. A cronologia dos acontecimentos, repito, foi passarmos das 200, passado o período da derrogação, para as 12, e depois, tentando atingir numa primeira fase, por propostas do Partido Socialista na Assembleia da República, as 50. Depois o Governo do PSD e do CDS/PP conseguem as 100 milhas e os montes submarinos.

Essa é que é a cronologia.

Dêem as voltas que quiserem, essa é a cronologia dos acontecimentos, mas depois é corroborada com a opinião favorável abonatória do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas de então, Ricardo Rodrigues.

Ou seja, se toda a negociação obtida tem a chancela do vosso anterior Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Ricardo Rodrigues, actual Deputado na Assembleia da República que disse que tinha sido atingido e conseguido um bom acordo, eu não sei do que é que os senhores estão à espera.

A cronologia dos acontecimentos foi essa e penso que nesta casa e nesta Assembleia foi reposta a verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscrições na mesa, pelo que vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projecto de Resolução – “Alimentação humana – Promoção e consumo dos produtos regionais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Para fazer a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exma. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Exma. Senhora e Senhores Membros do Governo:

A alimentação humana é, cada vez mais, um conceito contemporâneo de características multidisciplinares e que envolve, especialmente, aspectos económicos, sociais, ambientais, territoriais e culturais que se têm revelado fundamentais na evolução das sociedades modernas;

Partindo das contaminações alimentares, passando pelas doenças dos animais que ciclicamente provocam crises, até à obesidade, são situações de saúde ligadas à prevenção transversais a todos os sectores.

Uma política alimentar humana resulta, assim, de um conjunto de interacções sectoriais, designadamente, entre áreas como: a agricultura, a saúde, a educação, a transformação, o marketing, a qualidade dos produtos, a segurança alimentar, entre outras.

Perceba-se que, a alimentação humana não é uma temática que está confinada exclusivamente à área Saúde, pelo contrário envolve e cruza várias temáticas.

É neste enquadramento que não existe nos Açores uma actuação direccionada e participada destes vários sectores nesta grande inquietude dos nossos dias, ou seja, não existe “diálogo social” de forma exclusiva.

A própria sociedade organizada deve poder participar na construção de uma estratégia que se inicia na Agricultura e termina no consumo, designadamente Associações de Agricultores, Associações de Transformadores e Associações de Consumidores.

Este assunto da alimentação humana deve, assim, ocupar o seu lugar à mesa das preocupações Açorianas por todos os que estão implicados.

O que comemos e como comemos são decisivamente duas faces da mesma moeda que para serem eficazes necessitam da participação e o directo envolvimento de todos.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar em alimentação humana, entre várias situações intermédias, requer falarmos, na óptica da sua produção e do consumo, sobre dependência externa, sustentabilidade e responsabilidade.

Desde logo, interessa compreender que vivemos ciclos frequentes de instabilidade nos preços de alguns alimentos essenciais.

Uma instabilidade que resulta de diversos factores como sejam, a competição entre a indústria da alimentação humana e animal e a produção de energia pela mesma matéria-prima, do aumento do consumo alimentar das populações de economias emergentes ou do crescimento da população mundial.

O mundo acordou para uma realidade muito conhecida mas, em simultâneo, muito esquecida, é preciso alimentar os povos.

Torna-se, deste modo, imprescindível melhorar o grau de auto aprovisionamento alimentar da Região.

Nos Açores, conseguimos ser auto-suficientes em leite, carne e peixe, todavia, em outros produtos como os hortícolas, as frutas ou matéria primas como o milho grão e o trigo temos de recorrer à importação.

A importação em detrimento de produções locais acarreta alguns perigos, por um lado, torna-nos muito vulneráveis pelo grau de dependência com o exterior, para mais em ilhas sujeitas às forças da natureza e, por outro, atendendo à distância e aos diferentes critérios legislativos de segurança alimentar existentes entre continentes, ficamos impossibilitados de controlar como queremos o modo de produção destes bens.

É, pois, fundamental promover o consumo da produção local, com os benefícios económicos, sociais e de saúde humana que este consumo potencia.

A própria Comunidade Europeia começa a falar em redireccionar a Política Agrícola Comum (PAC) para uma Política Alimentar Comum.

Aliás, nos Açores, continua ausente uma política que incentive e premeie o valor nutricional dos alimentos, tendo por base a investigação e a divulgação.

Estamos todos conscientes, espero eu, de que na óptica de sustentabilidade futura dos recursos naturais e suas implicações em sistemas em alteração como o equilíbrio climático ou o tendente desaparecimento da diversidade biológica, é indispensável a

promoção de uma fileira desde a produção até ao consumo assente no “ambientalmente sustentável”.

Efectivamente a produção de bens alimentares mais “amigos” da natureza, a transformação de matérias-primas agrícolas em produtos que se mantenham fiéis às suas origens e a educação para este consumo, constituem uma fileira que precisa de maior atenção política.

Falo de um consumo responsável, isto é, entende-se que os recursos são finitos e podem sofrer modificações por influência humana.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje queremos deixar alguns contributos na problemática da alimentação humana.

Hoje queremos alertar para a necessidade desta temática ser um assunto prioritário e transversal à sociedade Açoriana, por isso apresentamos o presente Projecto de Resolução.

Apresentamos um conjunto de recomendações para a existência de uma melhor política na área da alimentação humana tendo por base uma estratégia comum num esforço comum.

Muito obrigado.

Disse.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para o debate os Srs. Deputados Abel Moreira, Duarte Moreira, José Cascalho e o Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

* **Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP vota favoravelmente este Projecto de Resolução porque o entende concordante com a legislação em vigor do Governo sobre a matéria.

Este projecto vem reforçar os propósitos nelas incluídos e vem apelar ao Governo que intensifique a promoção dos produtos regionais, pois isso só irá trazer benefícios para todos os açorianos nos sectores económico, social e da saúde humana.

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução apresentado pelo PSD possui um conjunto de generalidades com as quais todos podemos concordar. É óbvio que interessa promover o consumo dos produtos regionais, interessa promover a saúde, interessa a educação alimentar. No entanto, esta é uma matéria em que o Partido Socialista e o Governo Regional têm tido uma atenção particular. Não é uma atenção de agora ou de há 4 ou 5 meses.

Este projecto foi apresentado após a aprovação do programa do Governo em Dezembro último. O próprio programa já aponta no sentido de se diversificar, de promover o apoio ao consumo dos produtos regionais.

Para além disso, e já antes disso, o Governo Regional tinha em execução diversos programas, diversos apoios, diversas portarias, que cobrem isto. Posso enumerar algumas delas:

- Portaria 26/2007 – Medidas a favor das produções animais e vegetais;

Para dar um exemplo ao nível do apoio às produções de diversificação, nomeadamente na horticultura, têm um apoio de 1.300 euros por hectare ao produtor.

- Portaria 45/2008 – Ajudas à comercialização dos produtos frescos ou transformados, produzidos na Região Autónoma dos Açores;

Há um apoio que varia nos 10 ou 13%, consoante sejam agricultores a título individual ou organizações de produtores.

- Portaria 34/2008 (recentemente foi publicada uma alteração através da Portaria 22/2009) – ajuda à melhoria da capacidade de acesso aos mercados com apoios na ordem dos 70% a fundo perdido para concepção de rótulos, de embalagens de promoção como os sites, os filmes que fala a resolução do PSD, catálogos, folhetos, participação em feiras e outros eventos de provas de degustação;

- Portaria 79/2007, de 5 de Dezembro – Sistema de apoio à promoção de produtos da Região, designadamente apoio ao escoamento, que varia entre 90%, 75 ou 50%, consoante sejam produtos originários de ilhas da coesão ou de outras ilhas, e também dependente dos produtos que estamos a falar.

Se conjugarmos isso com aquilo que está previsto nos apoios ao investimento, quer nas explorações agrícolas, quer à indústria, através da medida 1.7, do PRO-RURAL, que promove os estudos, a caracterização dos nossos produtos e promove os estudos de mercado e a colocação dos mesmos, com o Plano e Orçamento para 2009, recentemente aprovado nesta casa, que prevê, numa das medidas, o aumento do valor dos produtos agrícolas numa verba de 32 milhões de euros e no seu ponto específico, promoção de produtos açorianos o montante de 1 milhão e 750 mil euros, estamos a ver, pela intervenção, pela acção e pelo empenho e (porque não?) pela preocupação que o Partido Socialista e os Governos do Partido Socialista têm tido nesta área, que existe um conjunto de medidas que já estão implementadas e outras que estão em vias de implementação.

Obviamente, nem tudo está feito nem poderia estar.

Isto esvazia completamente a proposta do PSD, que mais uma vez veio tarde, e esvazia o seu conteúdo.

Em sede de comissão, quando o Sr. Deputado António Ventura foi questionado sobre as medidas concretas para operacionalizar estas medidas, nada disse, nada apresentou, porque não podia apresentar nada de diferente.

Hoje, o discurso do Sr. Deputado António Ventura foi um bom discurso. Foi oratório, mas não passa disso.

Fala aqui na segurança alimentar.

Nos Açores não há segurança alimentar?

Então o que é que se há-de dizer dos programas, do investimento que foi feito nas medidas veterinárias?

Vamos reforçar isso com o novo Laboratório Regional de Veterinária.

Por tudo isto, este Projecto de Resolução do PSD está esvaziado, não tem conteúdo, vem tardio e, por esse facto, o PS vota contra.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

* **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos que as intenções deste documento são boas.

Há ideias que são merecedoras de atenção, como por exemplo, a responsabilidade do consumo, mas parece-nos que a proposta carece de maior clareza.

A aposta na educação do consumo responsável, a importância do sentido à produção e consumo de produtos hortícolas, frutícolas produzidos pelos próprios consumidores, o problema da dimensão da importação destes produtos actualmente na Região, o apoio à educação por uma alimentação diversificada e equilibrada e também a divulgação do que é essa alimentação diversificada, são tudo medidas importantes e interessantes.

Parece-nos que este documento tem o mérito de trazer para esta casa o início de discussões sobre estas questões.

Falou-se aqui na questão da segurança. Para acrescentar, poderemos comer com segurança, mas se calhar a alimentação que fazemos não terá a qualidade que poderia ter. A questão da qualidade também é muito importante.

Portanto, o nosso voto vai no sentido da abstenção relativamente a este documento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta resolução do Partido Social Democrata vem reflectir-se numa das áreas em que, por excelência, se pode dizer que intervêm complementarmente aquilo que são entidades privadas e entidades públicas.

Não podemos esquecer também que da parte das entidades privadas, entidades que produzem na sua maioria estes produtos, há também um interesse directo, até do ponto de vista estritamente comercial, no sentido de valorizarem a qualidade do seu produto e de rentabilizarem aqueles que podem, comercialmente, ser os atributos desse produto.

Esse é um aspecto que nós consideramos essencial ser tido em conta na análise desta resolução.

Em segundo lugar, se é certo que essa resolução se pode traduzir pela manifestação da atenção que a Assembleia quer dar a este assunto, que é inteiramente legítima, o problema não pode, nem deve ser colocado de uma forma que ignora aquilo que já está a ser feito. Pior ainda, transparece a ideia de que nada está a ser feito. Desse ponto de vista a proposta está mal formulada, sem prejuízo daquilo que é o sinal político que pretende dar, mas que não é seguramente desta forma.

O que é que está a ser feito sobre esta matéria?

Desde 29 de Julho do ano passado que foi apresentado um plano operacional de *marketing* relativamente a produtos, um plano que tem por objectivo reforçar a captação de novos mercados, reforçar o consumo de produtos regionais e potenciar o investimento dos empresários regionais em acções de promoção e valorização das marcas e dos produtos regionais.

Portanto, é uma matéria na qual não cabe à parte pública ser ela a salientar esses aspectos. Cabe à parte pública colocar à disposição das entidades privadas os meios pelos quais eles, até no seguimento do seu próprio interesse, podem valorizar estes aspectos.

O fio condutor de todo este plano é exactamente o uso da marca Açores, que tem uma credibilidade e uma imagem que se traduz num *apport* muito positivo para a comercialização e para o incentivo à utilização destes produtos.

Este uso da marca é importante do ponto de vista da actuação pública, porque está ausente a referência a marcas comerciais específicas, é importante por uma dinâmica empresarial relacionada com a reduzida expressão do mercado que caracteriza muitas das produções regionais, e pelo impulso também que dá a novos modelos de organização, integrando produções e concentrando-as pela estratégia de mercado.

Por outro lado, também é importante esta utilização da marca Açores e aquilo que já está a ser feito. Esta já é uma marca conhecida e divulgada no âmbito de outras promoções da Região Autónoma dos Açores, de outra imagem positiva que a Região Autónoma dos Açores tem e que, por essa via, pode ser aproveitado o investimento que é feito noutras áreas em benefícios dos empresários regionais.

Gostava de dizer que isto está a ser feito e que estes objectivos estão definidos da parte do Governo, mas estão já em utilização por parte de entidades privadas,

reconhecendo-se também por esta via aquilo que é o mérito e a eficácia da estratégia que o Governo tem definido para esta matéria.

Há já protocolos em projectos da FRUTER, da AGROMARIENSE, da Adega e Cooperativa Agrícola da Graciosa, da PROFRUTOS, da Cooperativa e União Agrícola e há, para além disso, legislação de apoio aos empresários de produtos regionais para a melhoria de condições de acesso ao mercado e para a redução dos custos de transportes, intervindo nessa área quer a Secretaria da Economia, quer a Secretaria da Agricultura e Florestas.

Mesmo assim é possível ir mais além. Foi isso que o Governo fez quando, dentro daquelas que são as acções do plano operacional de *marketing* e dentro daquilo que podemos considerar como uma vertente de iniciativas institucionais, foram divulgadas e são realizadas acções de promoção e de divulgação, quer em certames nacionais e internacionais, quer através de campanhas promocionais como aquela que já há algum tempo foi anunciada, como aquela que já, no que diz respeito à Região Autónoma dos Açores, está a ser executada e como aquela que também se prevê a nível nacional que pode ser e vai ser executada.

Com tudo isto considerado, a conclusão que da parte do Governo retiramos é que, independentemente do valor e da sinalização política que a proposta quer fazer da atenção que a Assembleia dedica a esta matéria, ela não pode de forma nenhuma ser feita de uma forma, recomendando ao Governo que desenvolva um conjunto de iniciativas que já estão a ser desencadeadas, que já estão a ser feitas, cuja adesão dos privados demonstra efectivamente que esta é a estratégia correcta se tivermos presente (e esse é um aspecto que entendemos que deve ser estar sempre presente) que não estamos a falar aqui apenas de um interesse público. Estamos a falar aqui de um interesse que o próprio privado tem de potenciar as características que podem ser valorizadoras do seu produto.

Desse ponto de vista, tendo em conta todos estes aspectos, é que o Governo entende prestar esses esclarecimentos à câmara sobre a apreciação que faz desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado António Ventura.

*** Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o Partido Socialista, que suporta o Governo, e o Governo têm uma atenção particular sobre esta matéria – foram essas as palavras que ouvi – então vão responder-me a algumas questões que até agora ainda não foram respondidas.

Quanto a esta questão do consumo interno, eu nunca ouvi falar em nenhum Programa do Governo, até à altura em que trouxemos a esta casa numa intervenção no âmbito do auto-abastecimento alimentar. No dia 12 de Março de 2008, trouxemos a esta casa uma intervenção para alertar para a questão do auto-provisionamento alimentar.

Até à data, em nenhum sítio, havia uma designação relativamente ao consumo alimentar interno e à promoção deste consumo, com todas as consequências positivas que daí advinham.

A partir daí apareceram os *spots* publicitários, apareceram planos de *marketing*, apareceram declarações públicas, apareceu um conjunto de situações. Ainda bem!

Sr. Deputado, encontre-me uma situação, antes do dia 12 de Março, que refira esta particularidade. Se encontrar, eu calo-me. Esta é a primeira conclusão.

Segunda conclusão:

Se efectivamente existe essa atenção particular, há necessidade de conhecer determinadas temáticas que são fundamentais para projectar e elaborar políticas para o futuro no âmbito da alimentação humana, no que se refere à produção.

No dia 19 de Março de 2008, entregámos um requerimento à Assembleia que formula quatro perguntas muito simples, para as quais ainda não obtivemos resposta:

“1- Qual o grau de auto-provisionamento alimentar dos Açores?

2- Qual a evolução deste indicador nos últimos dez anos?

3- Qual é o consumo *per capita* na Região de leite, lácteos, carne, hortícolas e frutícolas?

4- Qual a evolução deste consumo nos últimos dez anos?”

Para todas estas perguntas nunca obtivemos resposta.

Deputado Rui Ramos (PSD): Quatro zeros!

O Orador: Se os senhores não sabem responder a isto, como é que têm uma atenção particular para esta questão?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Já passou mais de um ano!

São questões simples que qualquer governo tem que ter por base no seu conhecimento para a projecção de uma política alimentar.

Na altura, a 12 de Março, perguntávamos ao Governo uma questão muito simples:

“Quais os dados estatísticos relativamente à entrada de hortícolas na Região”?

Resposta – silêncio!

Deputado Rui Ramos (PSD): Zero!

O Orador: Mais um!

Deputado Luís Garcia (PSD): Cinco zeros!

O Orador: Eu não consigo compreender esta preocupação particular relativamente à alimentação humana. Se existe esse tão profundo esclarecimento, eu não consigo compreender.

A nível da República existe (pelo menos devia existir, porque está criado e funcionou), o Conselho Nacional da Alimentação e da Nutrição, em que os Açores estão representados.

Gostava de saber quem é o representante dos Açores nesse Conselho?

Deputado José Rego (PS): Leia o Jornal Oficial!

O Orador: Estão lá todos os sectores.

Se queremos uma política de autonomização, por que não particularizar este concelho na Região?

A questão é tão simples: é saber quem é que representa os Açores, se o Conselho funciona a este nível e se não funciona que funcione ao nível da região.

Portanto, esta preocupação de diálogo social não é nada de novo. O que interessa é que funcione.

Já percebemos que esta é uma temática fundamental que vai estar na base das grandes discussões, dos grandes debates, das grandes reflexões a nível europeu e internacional. Essa vai ser a questão de fundo. Desde logo, pela produção, pela

existência de critérios legislativos de segurança alimentar diferentes de continente para continente, que é necessário harmonizar, desde logo pela qualidade alimentar, pelo crescimento populacional, pelas quotas estabelecidas.

Portanto, há toda uma política, no âmbito da alimentação humana, a jusante e a montante, que é importante perceber e que é horizontal a todos.

Por isso é necessário o esforço de todos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não planeava intervir neste debate, mas há aqui duas ou três questões que gostaria de sublinhar relativamente a este projecto do Partido Social Democrata.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP vai votar favoravelmente este projecto, mas eu diria que ele, efectivamente, é inócuo. É como o “Melhoral”, não faz bem, nem faz mal!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas consola!

O Orador: Portanto, não temos nenhum problema em aprovar este projecto.

O que me preocupa é o seguinte:

Quando se fala no conceito de sustentabilidade, temos que recuar muitos anos atrás.

Sr. Deputado António Ventura, a sustentabilidade não é um conceito de curto prazo. É um conceito de longo prazo.

Os conceitos de longo prazo têm, obviamente, a ver com o tempo.

A causa de algumas coisas que o senhor aponta, e com razão, estão na monocultura da vaca, defendida como o futuro desta Região. A causa primeira e primária está aí (depois discutimos o resto), onde a riqueza, o “ouro” dos Açores era branco, chamava-se leite e monocultura da vaca. Estamos entendidos nessa matéria.

Falando da segurança e da qualidade alimentar, para mim já me chega a esterilização que a União Europeia nos quer fazer, já nos chegam os abusos da ASAE.

Eu bebi muito leitinho da tampa da vaca, comi muita carninha do bezerro morto no cerrado, comi muita massa sovada cozida e muito pão caseiro, cozidos em casa.

A mim o que me mete impressão é vir exigir-se hoje em dia que para se cozer pão em casa tenho que ter condições e tenho que lhe chapar lá um rótulo. É a isso que chamam de qualidade alimentar, mas é destruir a cultura de um povo. Com isso eu não concordo. Impõem regras a senhoras que para ganhar a sua vida, e bem, cozem belíssimo pão, mas não o podem fazer porque têm que se colectar, têm que ser empresárias. Com estas imposições, a senhora deixa de fazer pão e perdemos o nosso pão caseiro.

Sr. Deputado, eu nunca fiquei intoxicado com o pão de milho nem com a massa sovada da minha avó e não conheço ninguém que tenha ficado com a alcatra, com o peixe frito, nem com o peixe consertado nas escaleiras do porto.

Quando me vêm falar em esterilizar, eu resisto sempre contra essa esterilização.

Os senhores lembram-se que aqui há uns anos, alguns de nós fomos a uma visita ao Parlamento Europeu, onde nos impuseram, em nome da tal qualidade e segurança alimentar, aquela coisa dos galheteiros com rolhas e mais uns saquinhos que depois nem conseguimos abrir, mas no Parlamento Europeu tínhamos os galheteiros de latão.

Portanto, devemos ter algum cuidado nestas regras. Que os outros vão esterilizando, ainda vamos resistindo, agora estilizarmos a nós próprios... Ponto final parágrafo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Duarte Moreira.

* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de ser novo, ainda apanhei nos Serviços de Desenvolvimento Agrário, na altura designados por Serviços Agrícolas, uma orientação que vinha no sentido de se acabar com a experimentação da divulgação. Na altura a expressão que se utilizava era “acaba-se com os ensaios das alfices”.

Esta conversa vem um pouco no sentido daquilo que disse o Deputado Artur Lima, que é a questão da diversificação, que não havia e que se mandou parar no âmbito de uma determinada estratégica na altura que era a monocultura da vaca.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que continua!

O Orador: Não continua. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. É querer comparar a noite com o dia.

Foram os Governos do Partido Socialista que apostaram na diversificação. Apostaram na carne, porque os senhores na altura só apostaram no leite, e mal, porque nem nas fábricas de lacticínios apostaram.

Este Governo apostou na diversificação em termos da carne e tem vindo a apostar na diversificação em termos de produtos hortícolas.

Não vou entrar aqui numa questão de datas, de 12 de Março ou de 19 de Março, porque não vale a pena.

Posso dizer que foram inúmeras as iniciativas realizadas em feiras, em *workshops*, com a restauração local, com pessoas de fora no sentido de trabalharem, de utilizarem os nossos produtos na gastronomia, em termos de formação.

Tudo isso já vem sendo feito há muitos anos com resultados que começam a dar os primeiros frutos. Um exemplo concreto é a FRUTER na Terceira. Ela tem tido sucesso ao nível fruticultura.

Deputado Rui Ramos (PSD): A começar pela água. A água regional!

O Orador: A maçã da Terceira, hoje, já não é nada do que era há uns anos atrás.

O projecto da meloa de Santa Maria, e outros, nasceram com a aposta na diversificação que os Governos do PS fizeram na agricultura e hoje em dia é um caso, que não tendo chegado ao ponto que queremos e que achamos que pode crescer, de sucesso.

Em relação à segurança alimentar, que fique aqui registado que o PSD acha que não temos segurança alimentar na Região.

Voltou a referir essa questão, mas não é verdade, Sr. Deputado. Nós temos segurança alimentar.

Os padrões pelos quais a Região se rege são, independentemente da opinião do Sr. Deputado Artur Lima, os padrões nacionais e os padrões europeus.

Portanto, não sei onde é que há problema a nível da segurança alimentar.

Mais uma vez reforço: este Projecto de Resolução, que é o que está aqui em causa e é o que está aqui a ser discutido, vem tarde, é vazio de conteúdo.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores não estavam atentos àquilo que eu comecei por dizer. Tem um conjunto de intenções que todos nesta casa...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Aprovam!

O Orador: Não aprovam! Concordam! Mas é vazio de conteúdo.

Aliás, o Sr. Deputado António Ventura não apresentou uma única medida concreta da forma como é que o faria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*** Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico, em relação aos objectivos que aqui estão definidos, tem uma concordância absoluta.

Nós concordamos com as campanhas para usar os produtos regionais.

Os senhores dizem:

“Está a ser feito! Vamos incrementar!”

É um bom objectivo, é uma boa definição.

“É necessário fomentar práticas de consumo social e ecológico sustentável.”

Parece-me positivo.

A mesma coisa em relação ao portal da internet. A mesma coisa em relação ao relatório anual que demonstra que tipo de avanços, que tipo de resultados é que estamos a alcançar nestas áreas.

Em relação a estas áreas, muitas vezes os deputados têm que inventar coisas exóticas. Aquilo que parece evidente não é bom. Já está a ser feito ou então são ideias que não servem.

Isto é um conjunto de ideias evidentes e saudáveis. Nessa perspectiva não percebo o posicionamento do Partido Socialista em relação a estas questões.

Só vejo aqui um determinado ciúme político em relação ao Sr. Deputado e fundamentalmente já há aqui alguma projecção de alguns interesses autárquicos. Não vejo aqui mais nada.

É só assim que entendo a vossa opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou relatar uma situação que presenciei hoje de manhã.

Numa unidade hoteleira desta terra estava uma série de turistas e tinha lá um cestinho com manteiga. Eles tiravam a manteiguinha, mas quando viam escrito LACTOGAL, manteiguinha para o lado. Andavam à procura da nossa manteiga.

Isto enquadra-se na iniciativa privada, que o Sr. Secretário falava, de que devem promover os nossos produtos, ou seja, ter manteiga e queijo da nossa região, nas nossas unidades hoteleiras.

Havia muito pacotinho de manteiga, mas não era da nossa terra.

Sr. Secretário, uma excelente maneira de promover os produtos da nossa terra numa empresa pública, é na SATA.

Deputado Francisco César (PS): Lá vem outra vez!

O Orador: Incomoda-o! A SATA não pode ter pacotinhos de manteiga dos Açores?

Deputado Francisco César (PS): Pode e deve! Por acaso naquele dia não tinha!

O Orador: Não pode ter leite evaporado dos Açores?

Não pode ter queijo dos Açores?

Não é uma excelente maneira de promoção dos produtos?

Deputado Rui Ramos (PSD): Nem jornais regionais tem!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

O Orador: O senhor é contra que a SATA tenha estes produtos?

Deputado Francisco César (PS): Não! Sou a favor!

O Orador: Ah! É a favor! Estava a perceber que era contra.

Estou só a dar uma sugestão ao Sr. Secretário, para que se faça um esforço nesse sentido, de aumentar (não é que de vez enquanto não apareça!) o número de produtos

regionais na SATA Internacional. Temos vários produtos que podem ser lá divulgados. É uma entidade pública que tem oportunidade, porque tem um grande consumo e de até, Sr. Deputado Francisco César, nalguma situação, acrescentar produtos de valor acrescentado que possam ser comercializados na SATA, conforme o consumo que eles tenham. Por exemplo, o leite evaporado, aqueles pacotinhos pequeninos que se põe no café. É uma boa indústria para os Açores e uma mais valia. Isso é que é um produto acrescentado.

Conforme o preço que ele tiver, também a TAP o pode comprar, em vez de ter leite da Dinamarca.

É uma sugestão que acho que é válida, que se deve pensar e que acho que o Governo até a deve promover. É tão simples quanto isso.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de realçar aquilo que já foi referido em relação à forma como o Governo encara este Projecto de Resolução. Certamente que não está em causa o chamar a atenção para este aspecto. Está, sim, em causa a forma como isso é feito, porque da mesma forma que se reconhece a legitimidade para esse ser um assunto que interessa aos Srs. Deputados, também acho que é legítimo esperar-se que, da parte da Assembleia, se reconheça que esse tipo de tomada de posição deve ser feito não esquecendo que o Governo já está a cumprir com um determinado número de aspectos que relevam, porque o próprio Projecto de Resolução ao reconhecer que o objectivo principal de uma política de promoção alimentar dos Açores é informar e incentivar o consumo dos nossos alimentos, entronca exactamente naquilo que tem sido e que já está a ser feito pelo Governo Regional.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que em Janeiro deste ano tive a oportunidade de reunir com o Conselho de Administração da SATA.

Não é solução para este assunto que referiu o facto da SATA assumir o encargo do ponto de vista do procedimento, não o encargo financeiro, o encargo de ser ela a escolher a manteiga e o queijo. De qualquer das formas, dentro daquilo que é o

espírito deste plano de *marketing* estratégico, a orientação que a SATA tem é que, no âmbito dos contratos de *catering* que celebra, serem privilegiadas aquelas entidades e empresas de *catering* que utilizem os produtos regionais.

É essa a orientação que a SATA tem, deixando à concorrência entre as empresas de *catering* exactamente aquela que melhor conseguir aproveitar esta oportunidade, sendo certo também que é natural que este processo não se reflecta de imediato, porque há contratos que estão celebrados e que estão a correr o seu termo com determinadas condições, mas a orientação é que nas oportunidades que forem surgindo for sendo tido em atenção esse aspecto.

Portanto, é mais um aspecto que, muito embora não tenha referido na primeira intervenção, gostava de deixar registado nesta câmara.

Isso também podia ter sido feito de outra forma, que é a SATA dizer que quer a manteiga... Não! Eu penso que isso deve ser feito respeitando, por um lado, aquilo que é a autonomia dos privados e das empresas que se dedicam a esse negócio e, por outro lado também, rentabilizando aquilo que é a nossa imagem e os nossos produtos. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer um parênteses e responder a algumas situações.

Enquanto os senhores, quer da bancada do PS, quer da bancada do Governo, não responderem às questões que eu levantei, questões base, essenciais, questões fundamentais (O que é que entra? O que é que consumimos? Qual a evolução do consumo?) cai por terra toda vossa política alimentar.

Quero abrir aqui um parênteses, com uma questão tão importante como é a segurança alimentar.

Eu não falei que estava em causa a segurança alimentar nos Açores.

Falo nos diferentes critérios de elaboração, em termos de qualidade alimentar, entre continentes e não só nesta temática. Também nas questões do bem-estar animal existe. As regras relativas às questões alimentares no Mercosul, por exemplo, e questões de bem-estar animal são diferentes das regras existentes na União Europeia.

Há critérios mais rígidos na União Europeia, o que implica custos de produção acrescidos aos produtores.

Nós não podemos ser competitivos enquanto um não descer ou o outro não subir. Portanto, igualar as situações.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É nesses termos de segurança alimentar que podemos alargar para as questões do bem-estar animal, que eu falo.

Há aqui uma questão de custos suplementares, há aqui uma questão de igualdade que não é respeitada.

Isto é uma questão no âmbito da ronda do Uruguai, isto é uma questão no âmbito da OCM que tem que ser resolvida. Enquanto não for resolvida estamos numa desigualdade evidente.

Acho que as nossas regras são melhores, dão-nos maior garantia, maior protecção, porque há um regime jurídico que garante essa protecção alimentar.

Sempre que quisermos diferenciar uma produção específica que resulta de um pacto entre os eco-condicionalismos existentes e o saber fazer das gentes, a Comunidade Europeia também abre uma excepção para regulamentações próprias. E o caso do DOP, da IGP e da ETG.

Aliás, foi o PSD que trouxe a esta casa um Projecto de Resolução, aprovado por unanimidade, na outra legislatura, que recomendava a atribuição de uma qualificação à meloa de Santa Maria, ao alho da Graciosa, ao leite dos Açores.

Quando se fala que o leite dos Açores vai ser certificado, o PSD já em 2006 recomendou a certificação do leite dos Açores, porque entende que tem componentes saudáveis para os humanos que podem ser catapultadas utilizando também o cruzamento com o território, como marca, de forma a vender e a criar nichos de consumidores.

Até hoje não existe ainda a certificação do leite dos Açores. Portanto, o Governo Regional está em incumprimento.

Há aqui um conjunto de situações que estamos atentos.

Esta situação da alimentação cai por terra.

Os senhores ao rejeitarem essa situação e ao dizerem que estão a fazer, eu gostava de perceber se efectivamente nessas 5 recomendações, alguma está a ser feita antes do dia 23 de Março de 2008.

Vamos a elas:

“A realização de campanhas junto dos açorianos promovendo o consumo alimentar dos produtos regionais”.

Está a ser feita agora.

“A realização de eventos conducentes ao fomento de práticas de um consumo social ecologicamente sustentável”.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Já termino. Só mais um minuto.

Presidente: Não lhe posso dar um minuto. Tem de terminar.

O Orador: Vou concluir.

“Criar um portal na internet exclusivamente sobre produtos alimentares dos Açores e sobre a sua importância em termos económicos, sociais e de saúde humana, no que concerne ao seu consumo”.

Não existe!

“Criar um espaço de diálogo social envolvendo as organizações de produtores, defesa do consumidor e as instâncias governamentais competentes nestas áreas, tendo como objectivo a definição de políticas sobre a alimentação humana e a promoção do consumo dos produtos regionais para uma alimentação saudável”.

Não existe!

“A elaboração de um relatório anual sobre as iniciativas do Governo Regional nesta matéria”.

Era esta uma forma de informar publicamente esta casa daquilo que está a ser feito neste âmbito.

Há alguém contra esta informação?

Há alguém que se levante contra a informação dos Srs. Deputados serem informados sobre o que se passa em matéria de alimentação nos Açores?

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu não percebo por que é que reprovam isto?

Reprovam, única e exclusivamente, porque vem do PSD.

Muito obrigado.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Projecto de Resolução apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe esta matéria à Assembleia por ter a certeza que é um tema horizontal e de preocupação à sociedade açoriana.

Será um tema de maior debate e reflexão na Europa e no mundo nos próximos tempos, quer pela produção, quer pela qualidade, transformação, consumo e necessidade de harmonização de diferentes critérios legislativos entre continentes.

O PSD está consciente do seu contributo e da necessidade de existir uma estratégia comum, num esforço comum de todos, nesta questão da alimentação humana.

Não compreendemos esta rejeição, mas o tempo dar-nos-á razão.

O PSD não tem medo de ter razão antes do tempo.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD solicita um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Atendendo ao pedido feito pelo Grupo Parlamentar do PSD e à hora a que nos encontramos, vamos terminar os nossos trabalhos por hoje.

Recomeçamos amanhã às 10 horas com a Agenda da Reunião.

Boa noite e até amanhã.

Eram 19 horas e 27 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Mark Silveira Marques

** Texto não revisto pelo orador*

Documentos entrados

Projecto de Resolução

Implementação do “Passe Social” na Região Autónoma dos Açores

Considerando a política do Governo Regional dos Açores na adequação e na promoção da utilização do transporte colectivo de passageiros, através da adopção de medidas que melhorem a eficiência e a equidade do sistema de transportes públicos.

Considerando o incentivo à utilização de meios de transporte, equipamentos e energias menos poluentes, por intermédio da concessão de incentivos financeiros ao abrigo do Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros (SIRIART), assumindo, por esta via, as linhas de orientação estratégicas definidas no «Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010», que pretende conciliar o desenvolvimento económico e os requisitos de uma sociedade exigente em termos de qualidade e de segurança, a fim de desenvolver um sistema de transportes moderno e sustentável até ao ano de 2010.

Considerando a importância do sector dos transportes públicos no incremento da competitividade económica regional, através do aumento dos níveis de empregabilidade das populações deslocadas, por intermédio da introdução de horários alargados e novos percursos.

Considerando a importância do aumento do rendimento disponível das famílias e dos agregados familiares mais carenciados que são, por regra, aqueles que mais utilizam a rede de transportes públicos regional.

Considerando a promoção da mobilidade de forma ambientalmente sustentável e o fomento da utilização alargada do transporte público em detrimento do uso do automóvel particular.

Considerando o aumento da qualidade de vida das populações e o contributo efectivo para a coesão social e territorial.

Considerando que estamos perante uma medida inadiável, de amplo consenso e de profunda justiça social, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia

Legislativa Regional dos Açores, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que seja aprovado o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que desencadeie os mecanismos necessários à implementação de um “Passe Social” agregado ao transporte colectivo de passageiros, de abrangência regional, por forma a:

1. Implementar um tarifário justo e condizente com a realidade regional;
2. Introduzir e fomentar uma coordenação intermodal entre os diferentes concessionários/operadores;
3. Introduzir o sistema de zonas/coroas através do custo ao km (ou concelho, consoante a realidade de ilha);
- 4. Implementar, de forma eficaz, a dinâmica de passe social através da utilização de um n.º de viagens ilimitado/mês;**
5. Melhorar os pontos de venda através da venda automática e Multibanco;
6. Promover a automatização/informatização do sistema através da introdução de um passe/cartão com possibilidade de validação óptica, sem necessidade de obliteração física, bem como, a melhoria gradual do sistema de informação ao utilizador junto às paragens, apeadeiros e centrais de camionagem, disponibilizada quer a residentes quer a turistas (informação bilingue).

Horta, 21 de Abril de 2009

Os Deputados Regionais, Helder Silva, Hernâni Jorge, Catarina Furtado, Berto Messias

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO JOSÉ CARLOS GOMES SAN-BENTO DE SOUSA SER OUVIDO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO COMUM N.º 1043/05.3TAPDL, A CORRER TERMOS NO 2º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE PONTA DELGADA

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 17 de Abril de 2009, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa ser ouvido, como testemunha, nos autos do Processo Comum N.º 1043/05.3TAPDL, a correr termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada. O pedido do Tribunal Judicial Ponta Delgada deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 9 de Março de 2009, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no Estatuto e no respectivo regime legal de execução.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Por seu turno, o Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, estatui, no nº 1 do seu artigo 14º, que os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no período de funcionamento efectivo do Plenário, ou da Comissão Permanente, nos restantes casos, ser jurados, peritos ou testemunhas nem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito ou quando suspeitos de crime a que corresponda pena superior a três anos. Nos termos do nº2 da mesma disposição legal, a autorização é precedida de audição do Deputado.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e

regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido do Tribunal Judicial de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e do n.º 2 do artigo 14º do citado Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento, não pretendendo gozar da prerrogativa que lhe confere a lei processual penal, ao abrigo da qual poderia prestar o seu depoimento por escrito.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa seja ouvido, na qualidade de testemunha, no mencionado processo comum.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa a ser ouvido, como testemunha, nos autos do

Processo Comum N.º 1043/05.3TAPDL, a correr termos no Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e o n.º 1 do artigo 14 do Estatuto dos Deputados a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 17 de Abril de 2009

A Relatora, *Isabel Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO BAPTISTA SOARES MARINHO SER OUVIDO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DE ACÇÃO DE PROCESSO ORDINÁRIO N.º 29/1999, A CORRER TERMOS NO 3º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE PONTA DELGADA

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 17 de Abril de 2009, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o Deputado António Augusto Baptista Soares Marinho ser ouvido, como testemunha, nos autos de Acção de Processo Ordinário N.º 29/1999, a correr termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

O pedido do Tribunal Judicial Ponta Delgada deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 5 de Março de 2009, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no Estatuto e no respectivo regime legal de execução.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Por seu turno, o Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, estatui, no n.º 1 do seu artigo 14.º, que os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no período de funcionamento efectivo do Plenário, ou da Comissão Permanente, nos

restantes casos, ser jurados, peritos ou testemunhas nem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito ou quando suspeitos de crime a que corresponda pena superior a três anos. Nos termos do n.º 2 da mesma disposição legal, a autorização é precedida de audição do Deputado.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido do Tribunal Judicial de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do Deputado António Augusto Baptista Soares Marinho, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e do n.º 2 do artigo 14º do citado Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento por escrito, no uso da prerrogativa que lhe confere a lei processual.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado António Augusto Baptista Soares Marinho preste depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, na mencionada acção de processo ordinário.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado António Augusto Baptista Soares Marinho a prestar depoimento por escrito, como testemunha, nos autos de Acção de Processo Ordinário N.º 29/1999, a correr termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e o n.º 1 do artigo 14 do Estatuto dos Deputados a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 17 de Abril de 2009

A Relatora, *Isabel Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

—

Resposta a Requerimentos:

Assunto: Curso de Formação Profissional na Graciosa

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.04.21

Referência: 54.03.04 – N.º 71/IX;

Assunto: Integração da Escola Profissional das Capelas na Rede Escolar Regional

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.04.21

Referência: 54.04.02 – N.º 72/IX.

**ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 71/IX – “CURSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL NA GRACIOSA”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 71/IX, subscrito pelo Senhor Deputado João Bruto da Costa, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. A Direcção Regional da Educação e Formação, como entidade que tutela pedagogicamente as Escolas Profissionais da Região Autónoma dos Açores, tem conhecimento da não homologação do curso Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente leccionado na Escola Básica e Secundária da Graciosa;
2. Estão a ser envidados todos os esforços para encontrar, junto de outras Escolas Profissionais da R.A.A., os formadores devidamente acreditados para leccionarem o curso anteriormente citado, por forma a garantir aos alunos em questão, para além das respectivas habilitações académicas e profissionais previstas na Portaria que cria o curso, o acesso ao Certificado de Aptidão Profissional.

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

**ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 72/IX – “INTEGRAÇÃO DA ESCOLA
PROFISSIONAL DAS CAPELAS NA REDE ESCOLAR
REGIONAL”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 72/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do PCP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Tendo sido nomeada em 2008, por um mandato de dois anos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, compete à Comissão Executiva Instaladora desenvolver, desde essa data, os procedimentos constantes no n.º 3 do mencionado artigo 12.º, nomeadamente, no que concerne à realização do processo eleitoral e instalação dos vários órgãos de gestão e administração, de acordo com o estabelecido no mencionado diploma, tal como exigido pelo n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de Março, que reestruturou a Escola Profissional de Capelas, alterando o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro. Relativamente ao questionado sobre a distribuição de serviço não lectivo, informa-se que a Direcção Regional da Educação e Formação não tem conhecimento de nenhuma irregularidade no que diz respeito a essa matéria.

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco

